



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1107

Segunda-feira - 29 de Outubro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Biguaçu	2
Caçador	4
Camboriú	7
Campo Alegre	13
Campos Novos	18
Capinzal	18
Catanduvas	19
Chapadão do Lageado	20
Concórdia	21
Coronel Martins	24
Curitibanos	25
Fraiburgo	29
Garopaba	30
Garuva	30
Gaspar	30
Guaramirim	32
Herval d'Oeste	33
Ibiam	35
Imbituba	35
Iomerê	37
Ipumirim	39
Irineópolis	39
Itaiópolis	40
Itapoá	40
Joaçaba	41
Lages	42
Lauro Muller	42
Lebon Regis	42
Leoberto Leal	59
Luzerna	76
Meleiro	77
Navegantes	77
Novo Horizonte	78
Pinheiro Preto	79
Porto União	80
Rio do Sul	80
São Bento do Sul	83
São Pedro de Alcântara	89
Schroeder	91
Timbó	99
Três Barras	100
Turvo	103
Vargeão	103
Videira	104

Consórcios

CIS/AMARP	110
-----------------	-----

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 100/2012

DECRETO N° 100/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2012.

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 810,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.1.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 810,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total

da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 810,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de Outubro de 2012

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 26 de Outubro de 2012.

RUDINEI GOEDERT

Coordenador de Administração e Finanças

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Portaria Nº 490/2012.

PORTARIA Nº 490/2012.

Cessa Portaria nº 349/2012.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar, Portaria nº 349 de 26 de julho de 2012, retornando aos serviços laborais a servidora MADELAINE MAFRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 29 de outubro de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 26 de outubro de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 29 de outubro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretario de Administração e Finanças

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto

DECRETO Nº 221/2012 DE: 22 DE OUTUBRO DE 2012.

INSTITUI NOVAS TARIFAS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - TÁXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

DECRETA:

Art. 1º - As tarifas de transporte de passageiros - TÁXI passam a vigorar de acordo com a seguinte tabela:

Tarifa Comum	Valor
Bandeirada	R\$ 3,80
Bandeira	R\$ 2,00
Bandeira	R\$ 2,40
Hora Parada	R\$ 10,70

Art. 2º - Fica revogado o Decreto Municipal nº 016/2009, de 25 de fevereiro de 2009, assim como todas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Decreto

DECRETO Nº 219/2012 DE: 16 DE OUTUBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2012

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3.156/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 53.767,39 (cinquenta e três mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recurso 0.1.01.000000; 0.2.36.000000; 0.2.37.000032; 0.2.37.000070; 0.2.38.000200; 0.2.81.000058; 0.2.81.000059.

0901. FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0901.06.182.0006.2047	Funcionamento e Manutenção do FUNREBOM	1.405,69
3.3.90.00/0.2.81.000058	Outras Despesas Correntes	1.405,69

1501. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1501.27.812.0005.2045	Apoio ao Esporte Amador	14.900,00
3.3.50.00/0.1.00.000000	Transferências a Instit. sem Fins Lucrativos	14.900,00

1901. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1901.18.541.0008.2080	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	11.769,00
3.1.90.00/0.2.36.000000	Pessoal e Encargos Sociais	11.769,00

2301. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2301.08.244.0006.2053	Funcionamento e Manutenção do FMAS	1.000,00
3.3.90.00/0.2.37.000032	Outras Despesas Correntes	1.000,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2301.08.244.0006.2057	Benefícios Eventuais	8.454,00
3.3.90.00/0.2.38.000200	Outras Despesas Correntes	8.454,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2301.08.244.0006.2061	Manutenção do Bolsa Família	15.441,97
3.3.90.00/0.2.37.000070	Outras Despesas Correntes	15.441,97

2401. FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2401.08.243.0006.2049	Funcionamento e Manutenção do FIA	796,73
3.3.90.00/0.2.81.000059	Outras Despesas Correntes	796,73

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Portaria Nº 2676 de 23 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2676 de 23 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Regina Evaldt, ocupante do cargo comissionado de Secretária Municipal de Administração, na Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Regina Evaldt, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretária Municipal de Administração, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Administração, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7729, a partir de 23/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2677 de 23 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2677 de 23 de outubro de 2012

Nomeia Regina Evaldt, para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Regina Evaldt, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/10/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 24/10/2012.

Biguaçu, 23 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2678 de 24 de Setembro de 2012

PORTARIA nº 2678 de 24 de setembro de 2012

Designar o (a) Servidor (a) Leandro Adriano de Barros, para assinar os documentos referentes a Secretaria Municipal de Administração e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, Leandro Adriano de Barros, detentor do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal de Saúde, nível CC-1, inscrito na matrícula 9772, para assinar os documentos referentes à Secretaria Municipal de Administração, a partir de 24/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de setembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2679 de 25 de Outubro de 2012

PORTARIA nº 2679 de 25 de outubro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Mário César Simas, ocupante do cargo comissionado de Secretária Municipal de Governo, na Secretaria Municipal de Governo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Mário Cezar Simas, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Secretária Municipal de Governo, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Governo, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7695, a partir de 25/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Republicação do PP 216/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 216/2012 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 216/2012 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL PARA ONIBUS ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BIGUAÇU", fica republicada a mesma para a seguinte data:

Recebimento dos envelopes de documentação e Propostas de Preços: Dia 12/11/2012, até 13:45 horas.

Abertura dos envelopes de documentação e proposta de preços: Dia 12/11/2012, às 14:00 horas.

Biguaçu, 21 de setembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aditivos

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ADITIVO N. 03 DO CONTRATO Nº36/2012, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PMB, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DE BIGUAÇU E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA DE ACORDO COM A TOMADA DE PREÇOS Nº: PP261/11-PMB (OFICIAL), PP 261/2011 - FMAS, PP 261/2011-FIA, PP 261/2011-FUNREBOM, PP 261/2011-FMA, PP 261/2011- FAMA-BI E PP 261/2011-FMS. Fica acrescido o valor total de R\$ 1.375,75 resultantes da readequação das quantidades dos serviços discriminados na planilha em anexo dos seguintes itens; Betha Frotas

aumento de 2 (dois) usuários; Betha Compras aumento de 5 (cinco) usuários e Betha Protocolo aumento de 28 (vinte e oito) usuários conforme solicitação do Setor de Tecnologia da Informação pela CI nº 63/2012.

ADITIVO N. 06 DE VALOR DO CONTRATO Nº 586/2007, REFERENTE À LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA ABRIGAR AS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, NESTE MUNICÍPIO, CELEBRADO COM O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU e JONAS COSTA DOS REIS, DE ACORDO COM A DISPENSA 182/2007 - PMB. A vigência do contrato passa a ser até o dia 03 de setembro de 2013. O aluguel será mensal e o valor importa em R\$ 2.623,57 mensais - totalizando R\$ 31.482,84 anuais - que deverão ser pagos ao locador, ou a quem este indicar, até o 10º (décimo) dia útil após o vencimento. Este valor poderá ser reajustado apenas anualmente de acordo com a variação do INPC.

ADITIVO N. 08 DO CONTRATO N. 467/2008, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SUPORTE TÉCNICO E GERENCIAMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INSTALADOS NESTA MUNICIPALIDADE, CELEBRADO COM A EMPRESA TECNO-SUPORTE - SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA ME, CONFORME CV 181/2008 - PMB. - O presente contrato terá sua vigência prorrogada até o dia 15 de Setembro de 2013, conforme solicitação.

Biguaçu, 25 de outubro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.381

DECRETO nº 5.381, de 22 de outubro de 2012.

Dá nova redação às alíneas do art. 1º do Decreto nº 4.905/2011, que Nomeia Conselho Municipal de Cultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 2.033, de 22/12/2003 e 2.633, de 20/08/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica dada nova redação às alíneas do art. 1º do Decreto nº 4.905, de 04 de julho de 2011, que Nomeia Conselho Municipal de Cultura, na forma que segue:

“Art. 1º

I -

a) Presidente da Fundação Municipal de Esportes : Patrícia Beal de Córdova Cruz

b) Diretora Técnica da Fundação Municipal de Cultura : Vera Lucia Braun Berardi

c) Secretaria da Educação :
Aldonir Anciutti - Titular; Lucianita Furlanetto - Suplente

d) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador :
Liliane Maria Cury - Titular; Valmir Rigo - Suplente

e) Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo :
sem representação

f) Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA :
Luiz Gustavo Pavelski - Titular; Mariana Piacentini - Suplente

g) Coordenadoria do Parque Central :
Gilberto Dalmédico - Titular; Evandro José Martins - Suplente

h) Arte Ciência, Dança, Circo, Ópera, Mímica e Congêneres :
Janaina Raquel Reis - Titular; Jailson de Oliveira - Suplente

i) Música e Canto:
Shirlei Almeida Cavalheiro - Titular; Dirlei Antunes Heller - Suplente

j) Comunicação, Mídia, Produção Cinematográfica, Videografia, Discográfica, Rádio e Televisão
João Paulo Almeida - Titular; Rodrigo Schapieski - Suplente

l) Patrimônio Imaterial, Artesanato, Folclore, Culturas Étnicas, Centro de Tradições Gauchas, História, Antropologia Sociologia:
André Muskopf - Titular; Janete Dotta - Suplente

m) Patrimônio Material: Arquitetura, Arquivologia, Museus
Adenir dos Santos Camargo - Titular; Sabrina Maguerroski - Suplente

n) Livro, Literatura e Obras de Referência: Escritores, Biblioteca e Editores
Cristiane Aparecida Kasectari - Titular; Ana Maria Moretti Bortolon - Suplente

o) Associação Empresarial de Caçador - ACIC, CDL, AMPE :
Rosemari Ferlin - Titular; Jussara Olsen - Suplente

p) Universidade Alto Vale do Rio do Peixe :
Ilse Chiarello - Titular; Rosane D´Agostini - Suplente

q) 10ª Gerência de Educação :
Ruth Goulart - Titular; Marli Lhami - Suplente

r) Representante das Fundações, Instituições de Cultura Legalmente Constituídas Aliduíno Zanella - Titular; Roni Elicker - Suplente

s) União das Associações de Moradores de Caçador - UAMC :
Antonio Vanderlei Moreira - Titular; Elmar Pereira Rosa - Suplente

t) Vila Etnias :
Helio Pires - Titular; Iria Lezan Ribeiro - Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de outubro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 22.105

PORTARIA Nº 22.105, de 22 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 7, de 27/12/1999,

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA da Servidora Pública Municipal, da Secretaria de Educação, abaixo relacionada, especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, a contar de 22 de outubro de 2012:

Cód.	nome	cargo	c.h. antiga	c.h. atual
11618	Neiva Aparecida Bento da Silva Rossetto	Professora	29	21

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 22 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.109

PORTARIA Nº 22.109, de 24 de outubro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, mais o previsto na Lei Complementar nº 7, de 17/12/99 e a Lei Complementar nº 22, 28/12/2001, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências

RESOLVE:

CESSAR A ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA do Servidor Público Municipal, da Secretaria de Educação, abaixo relacionado, a contar de 22 de outubro de 2012:

Cód.	nome	cargo	c.h. antiga	c.h. atual
11650	Mauro Rodrigues	Professor	20	35

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 24 de outubro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI

Secretário da Educação.

Editai Sme Nº 07/2012 - Professor Aee, Telecentro e Laboratórios de Informática

EDITAL SME/Nº 07/2012

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, fixa data e estabelece os procedimentos para o processo Seletivo aos ocupantes dos cargos de Professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado, Laboratório de Informática e Telecentro do quadro do Magistério Público Municipal, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05 de abril de 1990, nos termos do art.79, inciso VIII e das Diretrizes do MEC: Nota Técnica 011/2010, Resolução 04/2010 e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

1. DA SELEÇÃO

1.1. Poderão participar dos procedimentos de que trata o presente Edital, o servidor efetivo no quadro do Magistério Público Municipal de Caçador, sendo candidato habilitado em curso de nível superior de duração plena na área de pedagogia para inscrições de Professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado e

habilitado em curso de nível superior na área de Licenciatura Plena para inscrições de Professor de Laboratório de Informática e Telecentro.

2. REQUISITOS**2.1. DOS CRITÉRIOS GERAIS**

2.1.1. Documento de identidade com foto.

2.1.2. Ser servidor efetivo, no cargo de Professor da Rede Municipal de Ensino.

2.2. DOS CRITÉRIOS PARA AS SALAS AEE – Atendimento Educacional Especializado.

2.2.1. Possuir curso de libras de no mínimo 40 horas.

2.3. DOS CRITÉRIOS PARA AS SALAS DE INFORMÁTICA E TELECENTRO

2.3.1. Possuir 40 horas de curso na área de Informática Básica, cursado a partir do ano de 2000.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Ficam abertas as inscrições para a seleção de professores que atuarão nas Salas de Atendimento Educacional Especializado, Laboratórios de Informática e Telecentro para o ano letivo de 2013, no período de 07, 08 e 09 de Novembro de 2012 das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Curitibaanos nº 600.

3.2.. O requerimento de inscrição será disponibilizado exclusivamente pelo site www.cacador.sc.gov.br

3.3. Após o preenchimento do requerimento de inscrição, o candidato deverá revisar, assinar e anexar os documentos solicitados no item 5 deste edital e entregar na Secretaria Municipal de Educação onde receberá comprovante de inscrição.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do requerimento de inscrição e as informações ali prestadas, dispondo à Comissão o direito de excluir do certame aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.5. Não serão aceitos documentos para serem anexados após a entrega do formulário de inscrição pelo candidato.

3.6. O candidato poderá inscrever-se para uma única opção de atuação, com carga horária variável de 10 a 40 horas semanais, conforme a vaga oferecida, não podendo ultrapassar o limite de 40 horas semanais por força do parágrafo 3º, do art. 36, da Lei Complementar nº 07 de 27/12/99 – Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador.

4. DOS DOCUMENTOS

No ato da inscrição deverão ser entregues fotocópias dos seguintes documentos, sob pena de indeferimento:

4.1. Documentos pessoais: Carteira de Identidade, CPF, comprovante de Habilitação Profissional.

4.2. Certificado de horas de aperfeiçoamento e/ou atualização de cursos com carga horária mínima de 20 horas ou 20h/aula, na área específica da inscrição, cursados no período de 2010 a 2012, sendo limitado a 600 horas de curso.

4.3. Diploma ou certificado de pós-graduação, mestrado ou doutorado, na área, devidamente registrado, com efeitos somente de contagem de pontos para titulação.

4.4. Declaração de tempo de serviço, expresso o período inicial e final em dias, meses e anos, prestados ao município de Caçador, expedido por autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação de Caçador, conforme segue:

4.4.1. O tempo de serviço deverá ser computado até o dia 30/09/2012.

4.4.2. As fotocópias apresentadas no ato da inscrição deverão ser acompanhadas dos documentos originais ou deverão ser autenticadas.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação dar-se-á ao candidato que obtiver maior número de pontos na somatória de tempo de serviço, cursos de especialização e cursos de capacitação;

5.2. A contagem de pontos obedecerá aos seguintes critérios:

a. 1,0 (um) ponto por mês de efetivo exercício, no Magistério Público Municipal, Estadual ou Particular (em sala de aula).

b. 1,0 (um) ponto para cada quarenta horas de curso de aperfeiçoamento ou atualização apresentado, sendo que certificados com carga horária inferior a 20h ou 20h/aula não serão aceitos.

c. No cálculo de pontos por tempo de serviço, computar-se-á a fração de 15 dias ou mais como 1 (um) mês.

5.3. A titulação será pontuada conforme o quadro abaixo:

Pontos por Título	Título
Pré-requisito	Licenciatura Plena em Pedagogia, para AEE e em qualquer área de Licenciatura para Laboratório de Informática e Telecentro.
25 (vinte e cinco)	Licenciatura Plena em Pedagogia – Habilitação em Educação Especial, para candidato ao AEE.
50 (cinquenta)	Pós-graduação em área Geral da Educação
75 (setenta e cinco)	Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial, para candidatos ao AEE. Pós-graduação em Mídias na Educação para candidatos ao Laboratório de Informática e Telecentro.
100 (cem)	Mestrado em área geral da Educação
150 (cento e cinquenta)	Doutorado em área geral da Educação.

5.3.1. A pontuação por títulos de Pós-graduação limita-se a utilização de até dois certificados de conclusão.

5.4. Em caso de empate terá preferência o candidato que:

5.4.1. Possuir maior número de horas de aperfeiçoamento e títulos na área que pretende atuar;

5.4.2. Possuir maior tempo de serviço em sala de aula, no Magistério Público Municipal de Caçador;

5.4.3. Possuir maior idade;

5.4.4. Possuir o maior número de filhos ou dependentes;

5.4.5. Vencedor de um sorteio realizado em ato público.

6. DO RESULTADO

As listas de classificação serão publicadas no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Caçador, no Mural Público da Secretaria de Educação e na página virtual da Prefeitura Municipal de Caçador/SC (www.cacador.sc.gov.br), até o dia 14/11/2012.

7. DOS RECURSOS

7.1. O candidato poderá entrar com o pedido de reconsideração (Recurso), junto a Secretaria Municipal de Educação de Caçador - SME, endereçado à Comissão de Processo Seletivo Interno, por escrito, com identificação completa do candidato, com indicação fundamentada/motivação do pedido, e deverá ser assinado pelo candidato, ou por Procurador legalmente constituído através de Procuração por Instrumento Público e/ou Procuração com Firma Reconhecida em Cartório, e protocolado junto a Secretaria Municipal de Educação situada à Rua Curitibaanos, nº 600, em Caçador - SC, nos dias 19 e 20/11 das 13h às 19h.

7.3. Não serão aceitos recursos coletivos.

7.4. Caberá à Comissão de Processo Seletivo Interno responder aos recursos.

7.5. A homologação do resultado final será divulgada no Diário Oficial da Prefeitura de Caçador, no Mural Público da Secretaria Municipal de Educação e na página virtual/home page da Prefeitura Municipal de Caçador/SC (www.cacador.sc.gov.br), até o dia

23/11/2012.

8. DA ESCOLHA DE VAGAS

8.1. A escolha das vagas será realizada no Salão Nobre da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Curitibaanos, nº 600 – Centro, Caçador/SC, no dia 07/12/2012, nos seguintes horários: 14h– Laboratório de Informática; 16h– AEE

8.2. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

8.3 Para escolha de vagas o candidato deverá apresentar documento de identidade com fotografia.

8.4. A chamada dos candidatos obedecerá à ordem de classificação.

8.5. O candidato classificado que não escolher vaga por motivo diverso, passará para o final da listagem classificatória e somente poderá escolher outra vaga depois de esgotada a primeira chamada.

8.6. Na escolha de vagas é responsabilidade do candidato observar a compatibilidade de horários, turnos, distância e transporte entre os locais de trabalho.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo Interno, incluindo a falta de professores.

Este Edital entra em vigor na sua data de publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 25 de Outubro de 2012.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

PROFESSOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E TELECENTRO

NOME:

ESCOLA DE EFETIVAÇÃO:

TURNO:

TEMPO DE SERVIÇO:

ANO (S) : MÊS (ES) : DIA(S):

PONTUAÇÃO	PONTOS
GRADUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO – PRÉ-REQUISITO	00
PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (50 PONTOS)	
PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO (75 PONTOS)	
MESTRADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (100 PONTOS)	
DOCTORADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (150 PONTOS)	
CURSOS DE CAPACITAÇÃO - TOTAL DE HORAS:	
TOTAL DE PONTOS	

CAÇADOR, ____/11/2012.

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROFESSOR DE A.E.E
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

NOME:	
ESCOLA DE EFETIVAÇÃO:	
TURNO:	
TEMPO DE SERVIÇO:	
ANO (S):	MÊS (ES):
DIA(S):	
PONTUAÇÃO	PONTOS
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – PRÉ-REQUISITO	00
GRADUAÇÃO COM COMPLEMENTAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL (25 PONTOS)	
PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (50 PONTOS)	
PÓS-GRADUAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E/OU EDUCAÇÃO ESPECIAL (75 PONTOS)	
MESTRADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (100 PONTOS)	
DOCTORADO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (150 PONTOS)	
CURSOS DE CAPACITAÇÃO - TOTAL DE HORAS:	
TOTAL DE PONTOS	

CAÇADOR, ____/11/2012.

ASSINATURA DO CANDIDATO

Camboriú

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 042/2012

LEI COMPLEMENTAR N.º 042/2012

Altera a Lei Complementar Municipal n.º 026, de 18 de dezembro de 2009.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o inciso X do artigo 2º e o inciso I do artigo 3º da Lei Complementar Municipal n.º 026, de 18 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º ()

()

X - prestar os serviços de comunicação social, por todos os meios;

()

Art. 3º ()

I - Assessoria de Comunicação Social;

()

Art. 2º Fica alterada a nomenclatura do cargo de Assessor de Comunicação Social e Relações Públicas para Assessor de Comunicação Social, conforme previsto no Anexo XVI da Lei Complementar Municipal n.º 026, de 18 de dezembro de 2009:

N.º	CARGO	SÍMBOLO
01	ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	CC-2

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 24 de outubro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.476/2012

LEI N.º 2.476/2012

Institui o Sistema para a Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil no Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Para efeito do disposto nesta Lei ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - Resíduos de Construção Civil: são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos. Classificando-se, conforme legislação federal específica, em classes A, B, C e D, da seguinte forma:

a) Classe A: são os resíduos reutilizáveis como agregados, tais como:

1. De construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
2. De construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.), argamassa e concreto;
3. De processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios, etc.), produzidas nos canteiros de obras.

b) Classe B: são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

c) Classe C: são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam

a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

d) Classe D: são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais, postos de abastecimento de combustíveis e outros.

II - Geradores: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias ou responsáveis por obra de construção civil que gerem os resíduos acima definidos;

III - Transportadores: pessoas físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação;

IV - Áreas de Transbordo e Triagem: são os estabelecimentos destinados ao recebimento de resíduos da construção civil, gerados e coletados por agentes públicos e/ou privados, cujas áreas, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, deverão ser usadas para triagem dos resíduos recebidos, eventual transformação e posterior remoção para adequada disposição;

V - Áreas de Destinação de Resíduos: são áreas destinadas ao beneficiamento ou à disposição final de resíduos;

VI - Aterro de Resíduos: são áreas onde serão empregadas técnicas de disposição de resíduos da construção civil, visando a reserva de materiais de forma segregada, possibilitando seu uso futuro e/ou, ainda, a disposição destes materiais, com vistas à futura utilização da área, empregando princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 2º Os resíduos da construção civil gerados em Camboriú, deverão ser destinados às áreas indicadas no artigo 6º desta Lei visando sua reutilização, reciclagem, reserva ou destinação mais adequada, conforme legislação específica.

§ 1º Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterros sanitários e controlados, em "lixões", em áreas de "bota fora", encostas, corpos d' água, lotes vagos, em passeios, vias e outras áreas públicas e em áreas protegidas por LEI.

§ 2º Deverão ser desenvolvidos, fomentados e implantados programas de incentivo a redução, reutilização, reaproveitamento e reciclagem, de caráter social, educacional, ambiental e outras medidas correlatas.

Art. 3º Os geradores de resíduos da construção civil são os responsáveis pelos resíduos das atividades de construção, reforma, reparos e demolições, bem como por aqueles resultantes da remoção de vegetação e escavação de solos.

Art. 4º Os transportadores e os receptores de resíduos da construção civil são os responsáveis pelos resíduos, no exercício de suas respectivas atividades.

Art. 5º Fica instituído o Sistema para a Gestão Sustentável de Resíduos da Construção, voltado à facilitação da correta disposição, ao disciplinamento dos fluxos e dos agentes envolvidos e à destinação adequada dos resíduos da construção civil, gerados no Município de Camboriú.

Parágrafo único. O Sistema, indicado no "caput" deste artigo, será constituído por um conjunto integrado de áreas físicas e ações, descritas a seguir:

- a) áreas para recepção dos resíduos (Áreas de Transbordo e Triagem, Áreas de Destinação de Resíduos e Aterro de Resíduos);
- b) ações para a informação e educação ambiental dos munícipes, dos transportadores de resíduos e das instituições sociais

multiplicadoras, definidas em programa específico;

c) ações para o controle e fiscalização do conjunto de agentes envolvidos, definidas em programa específico;

d) ação de gestão integrada a ser desenvolvida por Núcleo Permanente de Acompanhamento, a fim de garantir a unicidade das ações e o exercício do papel gestor, competência do Poder Público Municipal.

Art. 6º A Rede de Áreas para Recepção de resíduos será constituída por empreendimentos regulamentados, públicos ou privados, operadores de triagem, reciclagem, reservação e disposição final, compromissados com o disciplinamento dos fluxos e dos agentes e com a destinação adequada dos resíduos gerados, atuantes em conformidade com as diretrizes desta Lei, sendo proibida sua utilização para fins de descarga de resíduos domiciliares.

§ 1º A descarga de resíduos de Classe D, oriundos da construção civil, somente será permitida junto ao local de recepção dos resíduos de Classe A, B e C, caso haja local de destinação exclusiva e independente.

§ 2º Os resíduos da construção civil serão integralmente triados pelos operadores e receberão a destinação definida em legislação específica, priorizando-se sua reutilização e reciclagem.

Art. 7º A localização das áreas públicas e/ou privadas previstas, bem como o detalhamento das ações de educação ambiental e das ações de controle e fiscalização, serão definidos e readequados pelo Núcleo Permanente de Acompanhamento, visando soluções eficazes de captação e destinação.

Art. 8º Os geradores de resíduos de construção civil serão fiscalizados e responsabilizados pelo uso correto das áreas e equipamentos disponibilizados para a captação disciplinada dos resíduos gerados, nos termos desta LEI.

§ 1º Aos geradores fica vedada a disposição, no mesmo recipiente de resíduos de construção civil de Classes A, B e C, com resíduos de Classes D.

§ 2º Os geradores poderão transportar seus próprios resíduos e, quando usuários de serviços de transporte, ficam obrigados a utilizar exclusivamente os serviços de remoção de transportadores licenciados pelo Poder Público Municipal.

§ 3º Os geradores de resíduos de construção civil deverão desenvolver Projetos de Gerenciamento de Resíduos em Obra, em conformidade com as diretrizes do Sistema para a Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil municipal e com a legislação federal específica.

Art. 9º Os transportadores de resíduos de construção, reconhecidos como ação privada de coleta regulamentada, ficam submetidos às diretrizes e à ação gestora do poder público municipal.

§ 1º Aos transportadores aplica-se a mesma disciplina descrita para os geradores de acordo com o § 1º do artigo 8º desta LEI.

§ 2º Os transportadores ficam obrigados a utilizar dispositivos de cobertura de carga durante o transporte dos resíduos.

Art. 10. O Núcleo Permanente de Acompanhamento será criado mediante decreto do Poder Executivo Municipal, dele devendo fazer parte representantes dos geradores, transportadores e destinatários dos resíduos, sendo responsável pela coordenação das ações integradas previstas para o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil, e, ainda, pelo julgamento dos recursos decorrentes das penalidades impostas por esta LEI.

Art. 11. Caberá ao órgão de fiscalização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no âmbito da sua competência, o cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei e aplicação de sanções por eventual inobservância.

Art. 12. No cumprimento da fiscalização, os órgãos responsáveis deverão:

- I - inspecionar e orientar os geradores e transportadores de resíduos sólidos da construção civil quanto às normas desta Lei;
- II - vistoriar os equipamentos, veículos cadastrados para o transporte, os recipientes acondicionadores de resíduos sólidos da construção civil e o material transportado;
- III - impedir a presença de transportadores que não preencham as disposições do art. 9º desta Lei;
- IV - expedir notificações, autos de infração e de embargos;
- V - enviar à Secretaria de Finanças do Município, os autos que não tenham sido pagos para fins de inscrição em dívida ativa.

Art. 13. Aos infratores das disposições estabelecidas nesta Lei e nas normas dela decorrentes serão aplicadas as seguintes penalidades, respectivamente:

- I - notificação;
- II - multa;
- III - suspensão do exercício da atividade por até 15 (quinze) dias;
- IV - embargo das atividades.

§ 1º Ao infrator penalizado será concedido prazo de até 10 (dez) dias para apresentação de defesa.

§ 2º O valor da multa será fixado entre 10 (dez) e 20 (vinte) UFM (Unidade Fiscal Municipal), considerando a gravidade da infração cometida e a reincidência do ato.

§ 3º A quitação da multa não exime o infrator do cumprimento de outras obrigações legais nem o isentará da obrigação de reparar os danos resultantes da infração detectada pela fiscalização.

Art. 14. Por transgressão do disposto nesta Lei e das normas dela decorrentes, consideram-se infratores:

- I - o proprietário, o ocupante, o locatário e, ou, síndico do imóvel, bem como todo e qualquer gerador de resíduos da construção civil;
- II - o proprietário, seu representante legal e o responsável técnico da obra;
- III - o proprietário e o motorista do veículo transportador;
- IV - o dirigente legal da empresa transportadora;
- V - os receptores dos resíduos.

Art. 15. Quanto às penalidades previstas no art. 13 desta Lei, serão aplicadas depois de esgotado os prazos de defesa sem sua apresentação, ou, feita esta, após a decisão administrativa denegatória.

Parágrafo único. Eventuais suspensões ou embargos serão cancelados, sem prejuízo de outras sanções, comprovado o saneamento da infração.

Art. 16. Após aplicação da penalidade prevista no inciso III do Artigo 13, e, havendo a prática de nova infração, qualquer que seja esta, será aplicada a penalidade prevista no item IV do mesmo artigo.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 24 de outubro de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.537/2012

DECRETO N.º 1.537/2012

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.373 de 04/11/2011-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.350 de 19/08/2011-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

Órgão: 09 - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Função: 06 - Segurança Pública
Sub-função: 182 - Defesa Civil
Programa: 0016 - Gestão de Apoio aos Bombeiros
Atividade: 2.063 - Manut. do Fundo Reeq. do Corpo de Bombeiros
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 2
VALOR: R\$ 30.000,00

Órgão: 09 - Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Unidade Orçamentária: 01- Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Função: 06 - Segurança Pública
Sub-função: 182 - Defesa Civil
Programa: 0016 - Gestão de Apoio aos Bombeiros
Atividade: 2.063 - Manut. Do Fundo Reeq. do Corpo de Bombeiros
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 3
VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes do superávit financeiro, apurado no exercício anterior do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 18 de outubro de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.539/2012

DECRETO N.º 1.539/2012

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.373 de 04/11/2011-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.350 de 19/08/2011-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da

Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 06 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Função: 23 - Comércio e Serviços

Sub-função: 695 - Turismo

Programa: 0006 - Gestão e Apoio ao Desenvolvimento do Turismo e Cultura

Atividade: 2.023 - Manutenção da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 68

VALOR: R\$ 55.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão das Obras e Infra-Estrutura Urbana

Atividade: 2.026 - Manut. da Secret. de Obras e Infra-Estrutura

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 88

VALOR: R\$ 300.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se provável excesso de arrecadação dos recursos próprios da Prefeitura Municipal de Camboriú, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 23 de outubro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.540/2012

DECRETO N.º 1.540/2012

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.373 de 04/11/2011-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.350 de 19/08/2011-LDO.

A PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.610,000 (dois milhões e seiscentos e dez mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos

Código Reduzido: 08

VALOR: R\$ 300.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0018 - Tranf. do Fundeb - 60%

Código Reduzido: 09

VALOR: R\$ 600.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0019 - Tranf. do Fundeb - 40%

Código Reduzido: 10

VALOR: R\$ 300.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Infra - Orçamentárias

Fonte de Recurso: 1.0018 - Tranf. do Fundeb - 60%

Código Reduzido: 11

VALOR: R\$ 180.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Infra - Orçamentárias

Fonte de Recurso: 1.0019 - Tranf. do Fundeb - 40%

Código Reduzido: 12

VALOR: R\$ 60.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade
Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos
Código Reduzido: 21
VALOR: R\$ 30.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade
Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0018 - Tranf. do Fundeb - 60%
Código Reduzido: 22
VALOR: R\$ 1.000.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade
Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Infra - Orçamentárias
Fonte de Recurso: 1.0018 - Tranf. do Fundeb - 60%
Código Reduzido: 24
VALOR: R\$ 120.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade
Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Infra - Orçamentárias
Fonte de Recurso: 1.0019 - Tranf. do Fundeb - 40%
Código Reduzido: 25
VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se provável excesso de arrecadação de recursos próprios no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta e três mil reais) e R\$ 2.280.000,00 (dois milhões duzentos e oitenta mil reais) dos recursos vinculados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 23 de outubro de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.541/2012

DECRETO N.º 1.541/2012

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.373 de 04/11/2011-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.350 de 19/08/2011-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional no valor de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte cinco mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
Atividade: 1.016 - Const. do Parque Linear c/ Bacia de Ret. do Rio Camboriú
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 08
VALOR: R\$ 75.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
Atividade: 2.064 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 10
VALOR: R\$ 180.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
Atividade: 2.065 - Manutenção Técnica do Fundo Mun.de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 15
VALOR: R\$ 470.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se provável excesso de arrecadação dos recursos próprios do Fundo Municipal de Saneamento Básico, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 23 de outubro de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.542/2012

DECRETO N.º 1.542/2012

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.373 de 04/11/2011-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.350 de 19/08/2011-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.250,000 (quatorze mil duzentos e cinquenta reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

06 - Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Secret. Munic, Desenv. e Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0013 - Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social

Atividade: 2.058 - Manut. Do Programa Apoio a Pessoa Idosa

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf. a Inst. Priv sem Fins Lucrativos

Código Reduzido: 24

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

VALOR: R\$ 14.250,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se provável excesso de arrecadação dos recursos próprios da Prefeitura Municipal de Camboriú, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 23 de outubro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.535/2012

DECRETO N.º 1.535/2012

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.373 de 04/11/2011-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.350 de 19/08/2011-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 456.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 04 - Secretaria de Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0004 - Gestão Fazendária Governamental

Atividade: 0.002 - Amortização da Dívida Funda Int. e Déb. Consolidados

Elemento de Despesa: 3.2.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 46

VALOR: R\$ 131.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 04 - Secretaria de Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0004 - Gestão Fazendária Governamental

Atividade: 0.002 - Amortização da Dívida Funda Int. e Déb. Consolidados

Elemento de Despesa: 4.6.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 47

VALOR: R\$ 325.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se provável excesso de recursos próprios da Prefeitura Municipal de Camboriú, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 10 de outubro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

Anulação Edital de Convocação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

ANULAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PUBLICADO NO DOM/SC NA DATA 11/01/2012

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Edital de Convocação publicado em 11/01/2012 no DOM/SC sob edição nº906 cujo objeto é: PARA O CONHECIMENTO DE QUANTOS POSSAM INTERESSAR OS TERRENOS, DESAPROPRIADOS E DESAFETADOS PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.425/2011, PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DO PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA.

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 25 de Outubro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.317 de 25 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 7.317 DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE HORÁRIO NATALINO, E
ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990;

DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado conforme acordo celebrado pela Câmara de Dirigentes Lojistas, e o Sindicato do Comércio Varejista e o Sindicato dos Empregadores no Comércio dos Municípios de São Bento do Sul e Campo Alegre, conforme cláusula 1º do Acordo Coletivo de Trabalho Horário Natalino - 2012 firmado entre as partes em data de 17 de outubro de 2012, o seguinte Horário Natalino para o mês de Dezembro de 2012 e Janeiro de 2013, em nosso Município:

MÊS DE DEZEMBRO DE 2012

LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS

Dias	Semana	Horário	Horário
03/12	Segunda-feira	Até às 19:00 horas	Normal
04/12	Terça-feira	Até às 19:00 horas	Normal
05/12	Quarta-feira	Até às 19:00 horas	Normal
06/12	Quinta-feira	Até às 19:00 horas	Normal
07/12	Sexta-feira	Até às 19:00 horas	Normal
08/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
09/12	Domingo	FECHADO	Normal
10/12	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Normal
11/12	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Normal
12/12	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
13/12	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
14/12	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
15/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
16/12	Domingo	09:00 às 12:00 horas	Normal
17/12	Segunda-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
18/12	Terça-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
19/12	Quarta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
20/12	Quinta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
21/12	Sexta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas

22/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
23/12	Domingo	09:00 às 14:00 horas	Normal
24/12	Segunda-Feira	Até às 13:00 horas	Até às 17:00 horas
25/12	Terça-Feira - Natal	FECHADO	FECHADO
26/12	Quarta-Feira	Normal	Normal
27/12	Quinta-Feira	Normal	Normal
28/12	Sexta-Feira	Normal	Normal
29/12	Sábado	Normal	Normal
30/12	Domingo	FECHADO	Normal
31/12	Segunda-Feira	NORMAL	NORMAL
01/01	Terça-Feira - Ano Novo	FECHADO	FECHADO
02/01	Quarta-Feira	Normal	Normal

Parágrafo único: passa fazer parte integrante deste Decreto o Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2012-2013 Horário Natalino - 2012 citado no caput deste Artigo.

Art.2º) Os horários previstos na Cláusula 1ª, correspondem ao horário MÁXIMO estabelecido pelas Entidades Sindicais, ficando a critério dos empregadores o cumprimento total ou parcial deste horário, sendo permitido o cumprimento de horário inferior ao estabelecido.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 25 de outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO ADITIVO
À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2012 - 2013
HORÁRIO NATALINO Dezembro - 2012

O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO BENTO DO SUL, representando a categoria profissional dos empregados no comércio no Município de São Bento do Sul, e Campo Alegre e o SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA de SÃO BENTO DO SUL E CAMPO ALEGRE, representando a categoria econômica do comércio e prestação de serviços no município de São Bento do Sul, firmam o presente Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2013, estabelecendo a Prorrogação e Compensação do horário de trabalho durante o período natalino de 2012, para o Município de Campo Alegre, respeitando-se as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA 1ª - HORÁRIO DE TRABALHO

CAMPO ALEGRE

MÊS DE DEZEMBRO DE 2012



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS

Dias	Semana	Horário	Horário
03/12	Segunda-feira	Até às 19:00 horas	Normal
04/12	Terça-feira	Até às 19:00 horas	Normal
05/12	Quarta-feira	Até às 19:00 horas	Normal
06/12	Quinta-feira	Até às 19:00 horas	Normal
07/12	Sexta-feira	Até às 19:00 horas	Normal
08/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
09/12	Domingo	FECHADO	Normal
10/12	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Normal
11/12	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Normal
12/12	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
13/12	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
14/12	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Normal
15/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
16/12	Domingo	09:00 às 12:00 horas	Normal
17/12	Segunda-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
18/12	Terça-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
19/12	Quarta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
20/12	Quinta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
21/12	Sexta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
22/12	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
23/12	Domingo	09:00 às 14:00 horas	Normal
24/12	Segunda-Feira	Até às 13:00 horas	Até às 17:00 horas
25/12	Terça-Feira - Natal	FECHADO	FECHADO
26/12	Quarta-Feira	Normal	Normal
27/12	Quinta-Feira	Normal	Normal
28/12	Sexta-Feira	Normal	Normal
29/12	Sábado	Normal	Normal
30/12	Domingo	FECHADO	Normal
31/12	Segunda-Feira	NORMAL	NORMAL
01/01	Terça-Feira - Ano Novo	FECHADO	FECHADO
02/01	Quarta-Feira	Normal	Normal

CLÁUSULA 2ª - HORÁRIO MÁXIMO

Os horários previstos na Cláusula 1ª correspondem ao horário MÁXIMO estabelecido pelas entidades sindicais, ficando a critério dos empregadores o cumprimento total ou parcial deste horário, sendo permitido o cumprimento de horário inferior ao estabelecido.

Parágrafo único - As horas extraordinárias somente serão devidas quanto efetivamente prestadas pelos empregados, podendo os empregadores estabelecerem "turnos" de trabalho de modo a respeitar a jornada normal diária, ou ainda cumprir horário inferior

ao máximo estabelecido, não incidindo em jornada suplementar.

CLÁUSULA 3ª - BANCO DE HORAS

A jornada extraordinária prestada na forma da Cláusula 1ª, poderá ser compensada por folgas concedidas em outras datas, ou ainda incluída no Banco de Horas, desde que solicitadas por escrito pelo empregado.

CLÁUSULA 4ª - LIBERAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Na hipótese dos funcionários cumprirem na totalidade os horários previstos na Cláusula 1ª, deverão os empregadores, em um dia do período previsto, com exceção dos sábados e domingos, deverão liberar o empregado após o horário normal de expediente, possibilitando a este efetuar suas compras de Natal.

CLÁUSULA 5ª - INTERVALO PARA LANCHE

O intervalo para almoço será de 01:00 hrs. (uma hora), quando o horário de encerramento ultrapassar às 13:00 hrs, e nos dias da semana de 00:15 min. (quinze minutos) para o lanche na parte da noite, quando o horário de encerramento ultrapassar às 19:00 hrs. para as lojas e 20:00 hrs. para os supermercados.

CLÁUSULA 6ª - FORNECIMENTO DE LANCHE E ALMOÇO

O empregador fornecerá obrigatoriamente e gratuitamente um lanche correspondente a um "cheese-salada" e um refrigerante, ou em valor equivalente, nos dias 10 a 14, e 17 a 21 de dezembro, e um almoço sortido nos sábados dias 08, 15 e 22 de dezembro, para as lojas, quando houver a prestação de horas extraordinárias, em local apropriado. Os lanches deverão ser fornecidos após o cumprimento do horário normal, para o trabalhador que prestar horas extraordinárias.

CLÁUSULA 7ª - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias ficam estabelecidas com o valor de 60% (sessenta por cento) sobre a hora normal, abrangendo também os comissionistas.

§ 1º - As horas extraordinárias prestadas nos domingos para as Lojas serão remuneradas com o valor de 100% (cem por cento) sobre a hora normal, abrangendo também os comissionistas, não se aplicando a Cláusula 08 e seus parágrafos da CCT 2012/2013, dispensando-se a concessão da fruição do descanso semanal remunerado.

§ 2º - As horas não trabalhadas na parte da tarde do dia 24/12/2012 (parte da tarde) e no dia 31/12/2012 (período integral), para as Lojas, e nestes dias NOS Supermercados a partir das 17:00 hrs., serão compensadas com horas extraordinárias prestadas em dias da semana e/ou sábados na proporção de 01:00/01:00, durante o horário natalino 2012, ou anteriormente a este período, ou ainda incluída no Banco de Horas desde que solicitada por escrito pelo empregado.

CLÁUSULA 8ª- PAGAMENTO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

O pagamento das horas extraordinárias será efetuado em folha de pagamento, especificando a quantia de horas, valor unitário e total.

CLÁUSULA 9ª - EMPREGADO ESTUDANTE

Ao empregado estudante fica garantida a dispensa para a participação de aulas e prestação de exames finais desde que pré-avisados com 48 horas de antecedência.

CLÁUSULA 10ª - FISCALIZAÇÃO

Fica livre o acesso dos dirigentes sindicais em todos os estabelecimentos comerciais para fiscalização do presente acordo.

CLÁUSULA 11ª - APLICAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

As divergências que ocorrerem na aplicação do presente acordo serão dirimidas pelos Sindicatos signatários.

CLÁUSULA 12ª - MULTA E PENALIDADE

Pelo não cumprimento das cláusulas pactuadas no presente acordo fica estabelecida a multa no valor de 01 (um) salário mínimo vigente no mês de dezembro de 2012, por infração cometida pela extrapolação do horário diário, a qual reverterá em favor da entidade sindical.

§ 1º - A extrapolação do horário previsto na Cláusula 1ª, em 00:15 min. (quinze minutos) diários, e em 00:30 min. (trinta minutos) aos sábados e domingos, e ainda nos dias 24 e 31 de dezembro/2012, após o fechamento do estabelecimento, não caracterizará o descumprimento, não ensejando a multa acima prevista.

§ 2º - A Cláusula da CCT 2012/2013 que versa acerca dos trabalhos aos domingos não se aplica ao presente Termo Aditivo - Horário Natalino.

CLÁUSULA 13ª - VIGÊNCIA

O presente acordo terá duração de 04/12/2012 até 02/01/2013.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente acordo, em quatro vias, com igual teor e único efeito.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2012.

PEDRO AMANCIO MACHADO

Presidente

Sindicato dos Empregados no São Bento do Sul e Campo Alegre
CPF 638.431.969-15

HERTON SCHERER

Presidente

Sindicato do Comércio Varejista de Comércio de
São Bento do Sul
CPF 332.686.490-68

JOÃO ALAOR NENEVE CORDEIRO

Presidente

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE
CPF 808.363.999-00

Portaria Nº 9.394 de 25 de Outubro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.394 DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor ocupante do cargo público de Fiscal de Obras, Postura e Meio Ambiente, SÉRGIO DA COSTA, Matrícula Funcional nº 000449, Registro no Sistema sob nº 954399, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2011 a 31 de outubro de 2011.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 22 de outubro

de 2012 a 31 de outubro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de outubro de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.376 de 17 de outubro de 2012.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
26 de Outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
26/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.395 de 25 de Outubro de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.395 DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial os Artigos 166 inciso V e 173 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para tratar de interesses particulares à Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Instrutor de Música - GREICY SCHWENDNER, Matrícula Funcional nº 000506, Registro no Sistema sob nº 954571, pelo período de 06 (zero seis) meses, à partir de 25 de outubro de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC,
25 de Outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/10/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão (Presencial) Nº 125/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 125/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de profissional habilitado para EXECUÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS, consistindo em:

- Avaliação médica pericial admissional da aptidão física e mental dos candidatos que aceitem ingressar na administração pública municipal, expedindo os competentes laudos periciais oficiais, nos termos da legislação vigente;

- Avaliação médica pericial dos servidores que apresentarem atestados por mais de 15 (quinze) dias em um período de 12 (doze) meses, nos termos da legislação vigente; e

- Auxiliar em todas as questões relacionadas às perícias, em especial, compondo juntas e com laudos complementares nos contenciosos judiciais e administrativos, se necessário.

A periodicidade para a execução das perícias será de no máximo 1 (uma) vez por semana, de acordo com a necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL;

O local para a execução das perícias poderá ser:

- No consultório do profissional contratado, desde que o consultório esteja instalado num raio máximo de 70Km (setenta quilômetros), via rodovia, contados da sede da Prefeitura Municipal; ou

- Na sede do POSTO DE SAÚDE CENTRAL ou em local determinado por este.

As despesas com transporte, alimentação, hospedagem ou outras decorrentes a prestação do serviço, quando houver, correrão por conta exclusiva do profissional CONTRATADO, não cabendo quaisquer ônus desta ordem ao Município de Campo Alegre.

A previsão de gastos, para um período de 12 (doze) meses é de -100 (cem) PERÍCIAS MÉDICAS ADMISSIONAIS e 20 (vinte) PERÍCIAS DE AVALIAÇÃO DE ATESTADOS.

O valor UNITÁRIO estimado por PERÍCIA MÉDICA é de R\$ 100,00 (cem reais).

O Município de Campo Alegre-SC responsabiliza-se apenas pelo pagamento das PERÍCIAS efetivamente realizadas (conforme necessidade), não gerando obrigação no pagamento da totalidade licitada.

O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO UNITÁRIO.

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: até as 9 horas e 45 minutos, do dia 09/11/2012, no protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data/horário/local para início da realização da sessão pública do Pregão: 09/11/2012, às 10 horas, no prédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Entidade: 01 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre

- Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração

- Unidade: 01 - Serviço de Administração

- Função: 4 - Administração;

- Subfunção: 122 - Administração Geral;

- Programa: 05 - Coordenação e Manutenção das Atividades Administrativas;

- Projeto/Atividade: 2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria;

- Complemento do Elemento: 3390360000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;

- Recursos: 00.01.0080 Ordinários

- Código reduzido sistema: 23

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "125/2012".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 25 de outubro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços - 17/2012 Dialsupri

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2012 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 10 (dez) meses, a contar desta data.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2012, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Expediente, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA ME, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 109/2012, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	20	Unid	Apontador de metal	0,2780	5,56
02	10	Unid	Almofada para carimbo azul	1,5156	15,16
03	15	Unid	Almofada para carimbo preta	1,5156	22,73
04	15	Unid	Almofada para carimbo vermelha	1,5156	22,73
05	10	CX	Alfinete com cabeça colorida, c/ 50 unid	0,9147	9,15
06	30	Unid	Borracha branca n.40	0,0897	2,69
07	60	Unid	Bobina para calculadora 57 mm	0,5740	34,44
08	20	BOB	Bobina papel térmico para fax 215mm x 30m	3,6141	72,28
09	15	Bl	Cópia de cheque azul, bloco com 50 fls	1,6322	24,48
10	200	Unid	Caixa papelão para arquivo morto, 1ª linha	0,8789	175,78
11	02	cx	Caneta esferográfica ponta fina 0,7 (de metal), caixa c/ 12 unid, azul.	33,5363	67,07
12	05	cx	Caneta esferográfica ponta 1.0, preta, caixa com 50 unidades (da industria nacional)	13,4021	67,01
13	01	cx	Caneta esferográfica ponta 1.0, vermelha, caixa com 50 unidades (da industria nacional)	13,4021	13,40
14	10	cx	Caneta esferográfica ponta 1.0, azul, caixa com 50 unidades (da industria nacional)	13,4021	134,02
15	20	Cx	Caneta marca texto caixa com 12 unid, amarela	5,0848	101,70
16	100	Jogo	Capa pvc encadernação tamanho A4	0,3384	33,84

17	10	Unid	Calculadora de mesa 12 dígitos, Dimensões aproximadas: 11,8 cm Alt. X 15,5 cm Larg	9,97,36	99,74
18	20	unid	Caneta para retro projektor, várias cores	0,7569	15,14
19	05	cx	Carbono filme, tamanho 21x29,7cm (preto), com 100 folhas	31,4169	157,08
20	100	Unid	Cd R-700mb/80 minutos embalado individualmente	0,6652	66,52
21	100	Unid	Cd RW-700mb/80 minutos embalado individualmente	1,2486	124,86
22	10	Caixa	Clips galvanizados 3/0 – 500g	3,8916	38,92
23	20	Caixa	Clips galvanizados 4/0 – 500g	3,8916	77,83
24	15	Caixa	Clips galvanizados 8/0 – 500g	3,8916	58,37
25	50	tubo	Cola 40g branca	0,3190	15,95
26	20	unid	Cola em bastão 8g	0,3463	6,93
27	20	Unid	Corretivo em fita, fabricação nacional	5,8693	117,39
28	30	Unid	Corretivo líquido, da indústria nacional, frasco com 18 ml	0,5104	15,31
29	25	Unid	Dvd Rw 4.7 Gb embalado individual- mente	0,7291	18,23
30	15	Unid	DVD RW 8.5 Gb embalado individual- mente	1,3124	19,69
31	30	Unid	Espiral 12 mm	0,0667	2,00
32	100	Unid	Espiral 17mm	0,1087	10,87
33	50	Unid	Espiral 33mm	0,3597	17,99
34	150	Unid	Envelope saco branco 24 x 34	0,1422	21,33
35	100	Unid	Envelope ofício bran- co 11 x 23	0,0335	3,35
36	50	Unid	Envelope saco branco 16 x 23	0,0836	4,18
37	100	Unid	Envelope saco Kraft 24 x 34	0,0920	9,20
38	150	Unid	Envelope saco Kraft 17 x 25	0,0586	8,79
39	1	Cx	Etiquetas 3,7 x 10,7 cm folhas com 20 unid	37,6421	37,64
40	5	Unid	Fita durex 45mm x 50m	1,4973	7,49
41	35	Unid	Fita durex 12mm x 50m	0,6190	21,67
42	50	Unid	Fita adesiva marrom de papel de 25mm x 50m scotch, 1ª linha	3,187	159,35
43	5	Unid	Fita para impressora Epson fx 880	3,2289	16,14
44	10	Unid	Grampeador metálico médio, capacidade 100grampos 26/6, di- mensões 40x60x140	6,15	61,50

45	06	Unid	Grampeador metálico grande, capacidade 200 grampos 26/6, dimensões 55x60x200	10,96	65,76
46	50	Caixa	Grampo para gram- peador 26/6 caixa com 5000 grampos cobreado	2,07	103,50
47	50	pacote	Grampo trilho plásti- co c/50 transparente	3,02	151,00
48	200	unid	lápiz preto n.02 da indústria nacional	0,15	30,00
49	10	Unid	Livro Ata capa Dura 100fls paginado	4,55	45,50
50	10	Unid	Livro Ata capa Dura 200fls paginado	8,96	89,60
51	30	unid	Molha dedo 12g	141,00	42,30
52	1.000	resma	Papel multiuso branco A4 210x297 mm, 75g/m, com 500 folhas	9,60	9.600,00
53	2	caixa	Papel contínuo 3.000fls	57,85	115,70
54	3	Rolo	Papel contact 25 m	25,90	77,70
55	10	Caixa	Papel granito 180g/ m², cor verde claro cx c/ 50 unid	10,08	100,80
56	5	Caixa	Papel vergê 180g/ m², cor branco cx c/ 50 unid	6,44	32,20
57	3	Caixa	Papel vergê 180g/ m², cor salmão cx c/ 50 unid	6,44	19,32
58	120	Unid	Pasta az LL azul ofício c/ ferragens resistentes, 1ª linha	4,97	596,40
59	3	cx	Pasta suspensa marmorizada, com 50 unid	36,40	109,20
60	5	Unid	Porta clips em acrílico com imã	1,93	9,65
61	5	Caixa	Percevejo latonado com 100 unid	0,88	4,40
62	20	Unid	Perfurador em metal, dimensões 75x105x118, capaci- dade 25 folhas	8,76	175,20
63	20	Unid	Pincel atômico azul 850, ponta redonda, tinta à base de água, com ponta de 4 mm	0,69	13,80
64	20	Unid	Pincel atômico preto 850, ponta redonda, tinta à base de água, com ponta de 4 mm	0,69	13,80
65	20	Unid	Pincel atômico vermelho 850, ponta redonda, tinta à base de água, com ponta de 4 mm	0,69	13,80
66	20	cx	Recibo de pagamen- to (holerite), c/ 250 jogos	12,60	252,00
67	10	bloco	Recibo simples com 50 fls.	0,55	5,50

68	30	Unid	Régua plástica, 30 cm transparente	0,28	8,40
69	10	Unid	Tesoura inox formato anatômico, preta, 21cm, indústria nacional	19,84	198,40
70	10	Unid	Tinta para carimbo azul 40 ml	1,25	12,50
71	10	Unid	Tinta para carimbo preta 40 ml	1,25	12,50
72	10	Unid	Tinta para carimbo vermelha 40 ml	1,25	12,50
					13.926,93

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ NEIDE ALESSANDRA CARL
Pregoeira Municipal Representante legal da empresa

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.794/12 de 23/10/2012

LEI Nº 3.794/12 DE 23/10/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos Novos, com a finalidade de desenvolver programação alusiva ao Natal 2012, na forma da minuta em anexo, que fica fazendo parte integrante da presente LEI.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos Novos, para fins de concretização do convênio, até o montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), que serão suportados pela seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 - Realização de Eventos em Geral
Elementos de despesa: 7-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transf. a Instituições Priv.sem fins Lucrativos

Art. 3º - A Câmara de Dirigentes Lojistas deverá prestar contas dos recursos repassados pelo Município, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento dos valores.

Parágrafo Único = O Município remeterá à Câmara Municipal de Vereadores, cópia da prestação de contas efetuada pela Câmara de Dirigentes Lojistas.

Art. 4º - Fica autorizado a Câmara de Dirigentes Lojistas a captar recursos federais, estaduais ou da iniciativa privada, que se destinem à realização do Natal de 2012, os quais serão movimentados em contas bancárias específicas e diversa da conta de movimentação dos valores repassados pelo Município.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,
23 de outubro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Capinzal

PREFEITURA

Contrato 0185/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0185/2012

Pregão Presencial 0043/2012

Processo Licitatório Nº 0110/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: MIRANDA & MIRANDA COM.PEÇAS SER.MAQ. LTDA

OBJETO: Contratação de 130 (cento e trinta) horas de serviços de manutenção da frota de caminhões da Municipalidade- Secretaria de Infraestrutura, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios.

VALOR R\$: 12.610,00

VIGÊNCIA: 19/10/2012 A 31/12/2012

Contrato 0186/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0186/2012

Pregão Eletrônico 0021/2012

Processo Licitatório Nº 0112/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: SUPER DELAZERI LTDA

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios, para o ano letivo de 2012, para manutenção das atividades nas Creches, Escolas e pré-escolas Municipais, discriminados na folha anexa a solicitação de compras, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/PNAP/PNAC) e Recursos Próprios.

VALOR R\$: 65.288,41

VIGÊNCIA: 19/10/2012 A 31/12/2012

Contrato 0187/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0187/2012

Pregão Eletrônico 0021/2012

Processo Licitatório Nº 0112/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL



CONTRATADA: DOLMORA & MASSON LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios, para o ano letivo de 2012, para manutenção das atividades nas Creches, Escolas e pré-escolas Municipais, discriminados na folha anexa a solicitação de compras, através do convênio 4087/94-FNDE (PNAE/PNAP/PNAC) e Recursos Próprios.

VALOR R\$: 20.290,50

VIGÊNCIA: 19/10/2012 A 31/12/2012

Contrato 0188/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0188/2012

Pregão Presencial 0040/2012

Processo Licitatório Nº 0104/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição de fraldas descartáveis, geriátrica e infantil, e alimentação especial para suporte nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, para fornecimento mediante prescrição médica e parecer social, através da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, deste município, para a Assistência Comunitária, com recursos próprios.

VALOR R\$: 3.101,40

VIGÊNCIA: 19/10/2012 A 31/12/2012

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.849, de 11 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº 1.849, de 11 de outubro de 2012.

“INSTITUI TURNO ÚNICO DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VIII, e IX do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que a adoção do turno único de trabalho para os serviços administrativos da Prefeitura Municipal de Catanduvas(SC) contribuirá para a redução do custeio da máquina pública;

CONSIDERANDO, também que a Administração tem o dever de buscar todos os mecanismos ao seu alcance para minimizar os gastos públicos, direcionando, com isso, os recursos existentes para as atividades mais essenciais; e

CONSIDERANDO, que outras esferas da Administração e em outros Poderes do Estado já têm seu funcionamento fixado em turno único com horário reduzido,

DECRETA:

Art. 1º O funcionamento dos serviços públicos municipais, de caráter administrativo, será de trinta (30) horas semanais;

Art. 2º As trinta (30) horas semanais de trabalho a que se refere o artigo anterior serão cumpridas em turno único, das 7:00 às 13:00 horas, durante cinco (5) dias da semana, de segunda a

sexta-feira.

§ 1º A jornada especial de que trata este artigo iniciar-se-á no dia 16 de outubro de 2012, e terá duração por tempo indeterminado.

§ 2º Os Secretários do Município, bem como o Gabinete da Prefeitura, poderão, eventualmente, designar servidores para a execução de serviços internos de apoio técnico e administrativo, em regime diverso do indicado no caput deste artigo.

Art. 3º Não se aplica o disposto nos artigos antecedentes aos serviços e atividades que por sua natureza demandem atendimento continuado (Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social e Secretaria de Saúde, Cultura e Desporto) ou mediante escalas de turnos sucessivos e regime de plantão.

Art. 4º A Secretaria de Administração poderá, por Portaria, expedir instruções complementares para a fiel execução do disposto neste Decreto, em especial no que diz ao controle de frequência e do cumprimento da carga horária estabelecida.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 11 de outubro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0093/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0044/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0093/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0044/2012

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição e distribuição de calcário dolomítico e de sementes de olerícolas e prestação de serviços de máquina agrícola para correção de solos do interior do município conforme convenio nº 029429/2012 bem como o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Agricultura.

Abertura das Propostas: às 09h do dia 12 de novembro de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 29 de outubro de 2012 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 26 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Extrato de Contrato Nº 0130/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0130/2012

Dispensa nº 0006/2012 (Processo Licitatório nº 0090/2012).

Objeto: Contratação de empresa para execução de projeto e aquisição de materiais para construção de ponte sobre o Rio Tunal,



conforme projeto de engenharia anexo, referente a convênio de britagem rural nº16914/2011 - 5, em forma de Empreitada Global, bem como o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA - EPP.

Valor global contratado: R\$ 25.000,28 (vinte e cinco mil reais e vinte e oito centavos).

Prazo de vigência: 17 de outubro de 2012 até o dia 31 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato: 17 de outubro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0119/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0119/2012

Pregão nº 0038/2012 (Processo Licitatório nº 0072/2012).

Objeto: Contratação de serviços de pintura externa das Escolas Municipais e Casa da Cultura visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS -SC

Contratado (a): TALILA G. VIEIRA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula o disposto na Cláusula 6.5 do contrato originário combinado com o artigo 65, § 1º da Lei 8666/93 (com alterações); e

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar pintura de faixas coloridas e pintura interna nas Escolas Municipais Alfredo Gomes, Vitoldo Alexandre Czech e Augustinho Marcon

RESOLVE

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em face da necessidade de efetuar a pintura de faixas coloridas e pintura interna nas Escolas Municipais Alfredo Gomes, Vitoldo Alexandre Czech e Augustinho Marcon, houve um aumento de 2.222 (dois mil, duzentos e vinte e dois) metros de pintura. Assim, aditiva-se o valor global do contrato, acrescendo a este a importância de R\$ 6.110,50 (seis mil cento e dez reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor global do presente contrato que antes era de R\$ 24.450,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), após o acréscimo, passa a ser de R\$ 30.560,50 (trinta mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas para cobertura e empenhamento dos serviços ora contratados, correrão por conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC para o ano de 2012, através da seguinte classificação:

001.2012.45.2026.44900000 - Conservação e Reforma Esp. Educativa.

CLÁUSULA QUARTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do termo aditivo do contrato: 28 de setembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 061/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 061/2012

"ALTERA O ART.2º DO DECRETO Nº 056/2012 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o § 3º do Art. 23 da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

DECRETA:

Art. 1º O art.2º do Decreto Nº 056/2012 de 10.10.2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Excetuam-se do disposto no artigo anterior o expediente da Secretaria Municipal de Saúde que será das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas e dos Operadores de Equipamentos da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes que será das 08:00 às 13:00 e das 15:00 às 18:00 horas."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado as disposições em contrário.

Prefeitura do Município De Chapadão do Lageado,
25 de outubro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 361/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 361/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 07/01/2011 à 06/01/2012, a MARCIO MACIEL, Matrícula nº2508/01, Secretario Municipal de Saúde, na condição de Agente Político na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 29.10.2012 à 27.11.2012, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
26 de outubro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Edital de Tomada de Preços Nº 65/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 65/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada global, para execução de Praça no Bairro Petrópolis, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 23/11/2012.

Abertura: dia 26/11/2012, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 26 de outubro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Tomada de Preços Nº 66/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 66/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão-de-obra), para execução de obra de pavimentação asfáltica nas Ruas dos Pássaros e dos Cardeais, localizadas no Bairro Colibri, neste Município, de acordo com o Projeto Básico e Memorial Descritivo, constantes no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 22/11/2012.

Abertura: dia 23/11/2012, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 26 de outubro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Errata ao Edital de Licitação da Concorrência Nº 1/2012 - Fmc

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - SC

ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 1/2012 - FMC

No edital de licitação Concorrência 1/2012 - FMC, disponível no site: www.concordia.sc.gov.br link licitações. No item 5. Da Documentação referente à Habilitação,

onde se lê:

i.1.1) O código A0838, de reforço estrutural em estrutura semelhante a ser executada.

Leia-se: i

.1.1) O código A0839, de reforço estrutural em estrutura semelhante a ser executada

Os prazos para protocolo dos envelopes de habilitação e a abertura da licitação continuam marcados para a mesma data e horário. Informações complementares: a Errata, em inteiro teor, está à disposição dos interessados no home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (0 ** 49) 3441-2207

Concórdia, SC, 26 de outubro de 2012.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas Tomada de Preços Nº 59/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 59/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua A (João Kugelmeier), Loteamento Recanto Verde, neste Município, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA sagrou-se vencedora com o menor valor Global de R\$ 120.932,52 (cento e vinte mil novecentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos), a licitante BALBINOT TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP, ficando na segunda colocação com o valor Global de R\$ 129,498.61 (cento e vinte mil quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos). Ressalta-se que a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS apresentou a planilha orçamentária em discordância com o item 9.2 do edital, ou seja: "Será desclassificada a proposta de preço da empresa que apresentar planilha orçamentária com preços unitários superiores aos preços estabelecidos na planilha fornecida pela municipalidade.", restando a mesma DESCLASSIFICADA. Sendo assim, a licitante BALBINOT TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP, sagrou-se vencedora com o menor valor global de R\$ 129,498.61 (cento e vinte mil quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos). Ressalta-se que o preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado nos itens 9.1 do Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 26 de outubro de 2012.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL**Republicado - Decreto Legislativo Nº 2.515**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.515, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012.
Transfere ao Executivo Municipal bens integrantes do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário,

R E S O L V E:

Art. 1º Transferir ao Executivo Municipal bens integrantes do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, constantes no Anexo Único, parte integrante deste Decreto Legislativo, para incorporação ao patrimônio do Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 23 de outubro de 2012.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal. Em 23.10.2012.

Roberto Kurtz Pereira – Secretário Administrativo

Nº DE ORDEM	CÓDIGO PATRIMONIAL	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	4	01	Cadeira estofada fixa, corvim preto
02	8	01	Cadeira estofada fixa, corvim preto
03	9	01	Cadeira estofada fixa, corvim preto
04	10	01	Cadeira estofada fixa, corvim preto
05	16	01	Arquivo para disquete com chave, marca Menno
06	17	01	Arquivo para disquete com chave, Acrílico
07	33	01	Cadeira giratória tecido preto, Recoflex
08	34	01	Televisor TVC 2046, Philco, série n.628772, HI Vision
09	99	01	Monitor de vídeo computador NE, 15 polegadas, série OT15HX-BR102328-H, marca Samsung, modelo SincMaster 550V
10	130	01	Mini modem assíncrono, modelo MMA, marca ATMC, cor preto, série 838
11	131	01	Mini modem assíncrono, modelo MMA, marca ATMC, cor preto, série 839
12	136	01	Relógio de ponto, marca Ponto System, modelo Eletrônico, série 3473
13	178	01	Retroprojektor, marca Grafotec, modelo 4001, 220 volts

14	187	01	Microcomputador Pentium III, drive 1.44, marca Asus. .mouse , Teclado marca CE , cor cinza - (contem 1 gravador de CD LG 16X- Nº de pat.201)
15	201	01	Gravador de CD LG 16X, marca LG (instalado na CPU 187)
16	271	01	Aparelho de videocassete, marca LG, modelo CC 903B, série 202AZ02121, cor cinza
17	452	01	Aparelho de gravador marca Sony, modelo TCM 150, cor cinza com branco
18	453	01	Câmera digital, marca Sony, modelo P93, série 528949, com carregador de pilhas e cabo USB
Nº DE ORDEM	CÓDIGO PATRIMONIAL	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
19	456	01	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900602
20	457	01	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900546
21	460	01	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900561
22	462	01	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900518
23	463	01	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900542
24	464	01	Monitor LCD 15 Polegadas, com multimídia, marca AOC, modelo LM 520 B, série T5CP53A900536
25	474	01	Pentium 4, processador 3.0 GHz 1 MB cachê L2 478 pinos, frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ADNT 2, mouse óptico
26	476	01	Pentium 4, processador 3.0 GHz 1 MB cachê L2 478 pinos, frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ADNT 2, mouse óptico
27	477	01	Pentium 4, processador 3.0 GHz 1 MB cachê L2 478 pinos, frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ADNT 2, mouse óptico
28	480	01	Pentium 4, processador 3.0 GHz 1 MB cachê L2 478 pinos, frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ADNT 2, mouse óptico

29	481	01	Pentium 4, processador 3.0 GHz 1 MB cachê L2 478 pinos,frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ADNT 2, mouse óptico
----	-----	----	---

Nº DE ORDEM	CÓDIGO PATRIMONIAL	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
30	482	01	Pentium 4, processador 3.0 GHz 1 MB cachê L2 478 pinos,frequência 800 Mhz, gabinete ATX - 450 Wats, Drive disquete 3.5 1.44 MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB Pc - 400, gravador de CD, marca LG, teclado ADNT 2, mouse óptico
31	484	01	Impressora jato de tinta até 21 ppm em preto e 15 ppm a cores, impressão de fotos sem bordas, marca HP, modelo Deskjet 5650, série BR51I3R03X
32	485	01	Impressora jato de tinta até 21 ppm em preto e 15 ppm a cores, impressão de fotos sem bordas, marca HP, modelo Deskjet 5650, série BR513R04P
33	486	01	Impressora jato de tinta até 21 ppm em preto e 15 ppm a cores, impressão de fotos sem bordas, marca HP, modelo Deskjet 5650, série BR51K3R04Q
34	487	01	Impressora jato de tinta até 21 ppm em preto e 15 ppm a cores, impressão de fotos sem bordas, marca HP, modelo Deskjet 5650, série BR51I3R04B
35	488	01	Impressora jato de tinta até 21 ppm em preto e 15 ppm a cores, impressão de fotos sem bordas, marca HP, modelo Deskjet 5650, série BR51I3R07G
36	489	01	Impressora jato de tinta até 21 ppm em preto e 15 ppm a cores, impressão de fotos sem bordas, marca HP, modelo Deskjet 5650, série BR51I3R003
37	490	01	Impressora jato de tinta até 21 ppm em preto e 15 ppm a cores, impressão de fotos sem bordas, marca HP, modelo Deskjet 5650, série BR51J3R02Z
38	511	01	Aparelho de DVD, marca Gradiente, cor preta, série 97V208919A63
39	513	01	Microcomputador processador Intel, drive de disquetes, drive gravador DVD, HD 250GB, 7200 RPM, HD 250 GB 7200 RPM, memoria 1 GB DDR 2, placa de rede 10/100 MBPs, placa mãe Intel D946GZISSL 775, processador Pentium IV, 3.0 GMZ 775
40	606	01	Monitor LCD 15" multimidia HP, N/S BRC746H105

Nº DE ORDEM	CÓDIGO PATRIMONIAL	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
41	616	01	Microcomputador com processador core 2 duo, placa mãe 775 ASUS,2048 memória,pl.de vídeo pci 256mb,HD160gb,gravador DVD,gabinete atx,drive disquete 3,5",teclado ABNT2,mouse optico,windows xp professional,office 2003. N/S GTFHH- 49PKT
42	617	01	Impressora Deskjet HP 6940 , N/S MY7AMBS1ZQ
43	652	01	Hd 320 Gb - 7200 RPM SATA Samsung

Republicado - Decreto Legislativo Nº 2.516

Dá baixa de bens sucateados, integrantes do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário,

R E S O L V E:

Art. 1º Dar baixa de bens sucateados, integrantes do patrimônio da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, constantes no Anexo Único, parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 23 de outubro de 2012.

EVANDRO PEGORARO
Presidente em exercício

DIRCEU BIONDO
1º Secretário

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal. Em 23.10.2012.

Roberto Kurtz Pereira – Secretário Administrativo

Nº DE ORDEM	CÓDIGO PATRIMONIAL	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	1	01	Máquina de escrever eletrônica, marca Olivetti, modelo ET-121, matrícula 5085170
02	13	01	Aspirador pó hidrovac, marca Prosdoci-mo, modelo A-IN WAP
03	19	01	Terminal Telefonico Inteligente,TI 400,ADVANC
04	21	01	Aparelho de telefone, marca Intelbras, padrão EMFT 15
05	22	01	Aparelho de telefone, marca Intelbras, padrão EMFT 15
06	23	01	Aparelho de telefone, marca Intelbras, padrão EMFT 15

07	30	01	Microfone, marca Lesson, modelo SM-58 B
08	36	01	Gravador MD, marca Sony, modelo MDS-JE 510
09	126	01	Aparelho de telefone, marca GE MF, modelo Magic/ JR GF Magitel, série 45.4995, cor bege
10	183	01	Aparelho de telefone, modelo Premiun, 30 digital, marca Intelbras, PD 010911340, cor bege
11	196	01	Microcomputador K 7-750 MHZ, drive 1.44, marca Asus.
12	276	01	Impressora jato de tinta, marca Hewlett Packard, modelo Deskjet 3.550, cor cinza com pérola, série CN3573F4P8
13	402	01	Aparelho de telefone, marca Siemens, modelo Eurosset 3005, cor grafít, série 133062620
14	455	01	Impressora laser colorida, até 20 ppm preto e 4 ppm cores, badeja 125 folhas capacidade, marca HP, modelo HP Color Laserjet 2550L
15	479	01	Pentium 4, processador 3.0GHz 1MB cachê L2 478 pinos, frequência 800Mhz, gabinete ATX – 450Wats, drive disquete 3,5 1.44MB, placa mãe HD, memória DDR 512 MB PC-400, gravador de CD, marca LG, teclado ADNT 2, mouse óptico
Nº DE ORDEM	CÓDIGO PATRIMONIAL	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
16	483	01	Impressora jato de tinta até 21 ppm em preto e 15 ppm a cores, impressão de fotos sem bordas, marca HP, modelo Deskjet 5650, série BR51E3R00B
17	595	01	Projetor Multimídia, sistema de projeção com tecnologia 3LCD, marca Panasonic, matriz ativa de TFT de silício policristalino, brilho/lumens 3200 Ansi Lumens, resolução nativa XGA (1024x768, controle remoto com todas as funções.
18	597	01	Monitor LCD 15" multimidia HP, N/S BRC750H0ZF
19	604	01	Monitor LCD 15" multimidia HP, BR-C745H0CC
20	620	01	Impressora Deskjet HP 6940, N/S MY7479R02Y
21	622	01	Impressora Deskjet HP 6940, N/S MY7469R3RZ
22	632	01	Nobreak NHS 1.2 KVA, 024529
23	636	01	Scanner de mesa Hp G 4050, N/S CN817A61C0 -- L1957A
24	649	01	Nobreak 750 Va 110/220
25	671	01	Notebook I550w7 Intelbras, com pasta, mouse óptico, Windows 7, Oficce 2007 Standard Full, N/S: 100292

Coronel Martins

PREFEITURA

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Terceiro Termo Aditivo Nº. 041/2012 de Contrato, de 22 de Outubro de 2012.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 041/2012 DE CONTRATO, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012. MÊS/ANO: JANEIRO/2012. NÚMERO CONTRATO: 007/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/01/2012

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração das Cláusulas Primeira e Segunda do Contrato nº. 007, de 25 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula Primeira do Contrato nº. 007/2012, passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento consiste na seleção de propostas para aquisição de combustíveis para as Secretarias e Departamentos da Prefeitura e Fundos Municipais assim discriminados:

Item	Produto	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	Óleo Diesel	200.000 litros (duzentos mil litros)	MAXSUL	2,17	434.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ nº. 12.046.242/0001-03

CONTRATADO: Coop. Sol. de Prod. e Cons. de Cel. Martins - CO-OPACCEL

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2012.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Termo de Convênio 007

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO DE CONVÊNIO 007
MÊS/ANO: MARÇO/2012 NÚMERO CONVÊNIO: PMCM 007/2012

DESCRIÇÃO: O presente convênio tem por finalidade a transferências de recursos financeiros para o auxílio nos serviços contra a estiagem período 2011/2012 para o Município de Coronel Martins, constante do plano de trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo Secretário do desenvolvimento Regional, parte integrada do presente convênio.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ nº 05.593.175/0001-73

CONVENIADO: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL- SÃO LOURENÇO DO OESTE.

DATA VENCIMENTO CONVÊNIO: 31 de dezembro de 2012



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Curitibanos

PREFEITURA

Lei Nº 4.866/2012

LEI Nº 4.866/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Antonio Nilson de Moraes, inscrito no CPF sob n. 448.909.909-68, do lote 12 da quadra 07 A (antiga quadra 22) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizado a nordeste da Rua Projetada "E", entre o lote 11 e o lote 13 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 11 da mesma quadra;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 13 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com Sucessores de Antonio Magalhães;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com a Rua Projetada "E".

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009.

Curitibanos, 09 de julho de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

NEWTON PINHEIRO
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Promulgada Nº 4.767/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.767/2012

De 30 de março de 2012

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE COBRE, ALUMÍNIO E ASSEMELHADOS SEM ORIGEM NO MUNICÍPIO DE Curitibanos, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, Vereador Osni Righes, Presidente da Câmara de Vereadores de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica proibida a comercialização de Cobre, Alumínio e Assemelhados quando em formato de Fios ou Cabos, no município de Curitibanos, na forma prevista nesta LEI.

Art. 2º A proibição que refere o artigo 1º, incide exclusivamente sobre o material sem origem, não alcançando aquele objeto de comercialização regular, na forma da legislação própria.

Art. 3º Considera-se praticante do comércio de Cobre, Alumínio e Assemelhados, toda e qualquer pessoa física ou jurídica que adquira, venda, exponha à venda, mantenha em estoque, use como matéria prima, beneficie, recicle, transporte e compacte material metálico procedente de anterior uso comercial, residencial, industrial ou de concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos, ainda que a título gratuito.

Art. 4º Os estabelecimentos, as pessoas jurídicas ou físicas que praticam o comércio de produtos definidos no Art. 1º dessa Lei que não comprovarem a origem dos mesmos ficarão sujeitos à:

I - Aplicação de multa no valor de 1000 (um mil) UPMC - Unidade Fiscal do Município de Curitibanos.

II - Cassação do Alvará de Funcionamento em caso de reincidência.

§ 1º - O material apreendido ficará à disposição da municipalidade.

§ 2º - Fica vedado o depósito dos bens de que trata o artigo 1º desta Lei em logradouros públicos, sob pena das cominações de que trata este artigo.

Art. 5º Fica o município, através do órgão competente, obrigado a comunicar à delegacia especializada, ou distrito policial da área que localiza o estabelecimento autuado da ocorrência de aplicação de multa ou cassação do alvará de funcionamento devido à comercialização de Cobre, Alumínio e Assemelhados em formato de Fio ou Cabo, sem origem comprovada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 30 de março de 2012.
OSNI RIGHES
Presidente

Lei Promulgada Nº 4.768/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.768/2012

De 30 de março de 2012

DISPÕE SOBRE O CONTROLE, EM AGENDA, DAS CONSULTAS MÉDICAS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Eu, Vereador Osni Righes, Presidente da Câmara de Vereadores de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. É obrigatório o controle, em agenda, das consultas médicas e odontológicas, nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Curitibanos, tendo o usuário do sistema de saúde, à sua disposição, as seguintes opções:

I - Dirigir-se a uma Unidade Básica de Saúde de responsabilidade do município, localizada em seu bairro para:

a) Fazer o seu cadastramento;

b) Agendar a consulta pretendida, com o que fica assegurado o acompanhamento da doença.

II - Dirigir-se a uma Unidade Básica de Saúde de responsabilidade do município;

III - Marcar a consulta via telefone ou outra forma de comunicação à distância.

Art. 2º. O prazo máximo para o atendimento da consulta e encaminhamento ao especialista é fixado em 7 (sete) dias a partir da anotação em agenda, podendo, entretanto, a Secretaria Municipal de Saúde justificar a impossibilidade de assim o fazê-lo, sob pena de responsabilidade do Município pelos custos que advirem de um atendimento particular.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento anual, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Curitibanos, 30 de março de 2012.

OSNI RIGHES

Presidente

Lei Promulgada Nº 4.836/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.836/2012

De 22 de maio de 2012

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ÔNIBUS BIBLIOTECAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC.

Eu, Vereador Osni Righes, Presidente da Câmara de Vereadores de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado no município de Curitibanos (SC) o Programa Bibliotecas Móvel, a ser implementado pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - As bibliotecas móveis funcionarão em ônibus adaptados para essa finalidade, denominados de "ônibus bibliotecas".

Art. 2º A aquisição dos ônibus bibliotecas será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que poderá ser feita através de parcerias e convênios com empresas privadas.

Art. 3º Os ônibus bibliotecas serão distribuídos uniformemente nas regiões administrativas do município de Curitibanos.

§ 1º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá garantir periodicamente, através de calendário pré-definido, a circulação dos ônibus bibliotecas nos bairros da cidade.

§ 2º Os ônibus bibliotecas atenderão preferencialmente os bairros e interior onde não existam bibliotecas públicas.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 22 de maio de 2012.

OSNI RIGHES

Presidente

Lei Promulgada Nº 4.842/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.842/2012

De 13 de junho de 2012

DISPÕE SOBRE O SUBSÍDIO MENSAL DOS VEREADORES DA

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS PARA A LEGISLATURA DE 2013/2016.

Eu, Vereador Angelo Scolaro, Presidente Interino da Câmara de Vereadores de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Curitibanos será fixado nos termos desta LEI.

Art. 2º Os Vereadores da Câmara Municipal de Curitibanos receberão subsídio mensal no valor de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).

Art. 3º As sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

Art. 4º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal será no valor de R\$ 8.400,00. (oito mil e quatrocentos reais).

Parágrafo Único - O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Presidente previsto neste artigo, proporcionalmente ao período da substituição.

Art. 5º O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal terá sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

§ 1º No primeiro ano do mandato, o valor dos subsídios de que trata esta Lei será revisado considerando o período de 1º de janeiro até a data realização da revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais.

§ 2º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101, de 4 de Maio de 2000.

§ 3º É vedada a recuperação de valores do subsídio mensal dos Vereadores, em anos seguintes, quando não pagos em decorrência do extrapolamento dos limites legais e constitucionais.

Art. 6º O subsídio mensal dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art. 7º Os Vereadores e o Presidente da Câmara de Vereadores farão jus ao 13º subsídio (gratificação natalina), a ser paga no mês de dezembro de cada ano, no valor de um subsídio mensal, como valor idêntico ao valor do subsídio pago no mês de dezembro de cada ano.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

Curitibanos, 13 de junho de 2012.

ANGELO SCOLARO

Presidente Interino

Lei Promulgada Nº 4.843/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.843/2012

De 13 de junho de 2012

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Curitiba, PARA O QUATRIÊNIO DE 2013/2016.

Eu, Vereador Angelo Scolaro, Presidente Interino da Câmara de Vereadores de Curitiba, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Curitiba será estabelecido nos termos desta LEI.

Art. 2º O Prefeito Municipal receberá subsídio mensal no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 3º O Vice-Prefeito receberá subsídio mensal no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Art. 4º O substituto legal que, na forma da Lei, assumir a chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Prefeito previsto no artigo 2º desta Lei, proporcionalmente ao período de substituição.

Parágrafo Único - A proporcionalidade de que trata este artigo levará em consideração o número de dias em que ocorrer a substituição.

Art. 5º Os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Parágrafo Único - No primeiro ano do mandato, o valor dos subsídios de que trata esta Lei será revisada considerando o período de 1º de janeiro até a data realização da revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais.

Art. 6º O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando em licença, férias ou por motivo de saúde, perceberão integralmente o seu subsídio mensal.

Parágrafo Único - Na hipótese de o Prefeito e o Vice-Prefeito estarem vinculados ao Regime Geral de Previdência Social será pago valor equivalente à complementação do subsídio mensal a partir do benefício previdenciário efetivamente pago.

Art. 7º É vedada a recuperação de valores do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito, em anos seguintes, quando não pagos em decorrência do extrapolamento dos limites legais e constitucionais.

Art. 8º O Prefeito e o Vice-Prefeito farão jus ao 13º subsídio (gratificação natalina), a ser paga no mês de dezembro de cada ano, no valor de um subsídio mensal, como valor idêntico ao valor do subsídio pago no mês de dezembro de cada ano.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

Curitiba, 13 de junho de 2012.

ANGELO SCOLARO
Presidente Interino

Lei Promulgada Nº 4.844/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.844/2012

De 13 de junho de 2012

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE Curitiba, PARA O QUATRIÊNIO 2013/2016.

Eu, Vereador Angelo Scolaro, Presidente Interino da Câmara de Vereadores de Curitiba, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º O subsídio mensal dos Secretários Municipais de Curitiba será estabelecido nos termos desta LEI.

Art. 2º Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Art. 3º O subsídio dos Secretários Municipais terá sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Art. 4º Os Secretários Municipais ficam vinculados ao regime de trabalho dos demais ocupantes de cargos em comissão.

Art. 5º Os Secretários Municipais farão jus ao 13º subsídio (gratificação natalina), a ser paga no mês de dezembro de cada ano, no valor de um subsídio mensal, como valor idêntico ao valor do subsídio pago no mês de dezembro de cada ano.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

Curitiba, 13 de junho de 2012.

ANGELO SCOLARO
Presidente Interino

Lei Promulgada Nº 4.851/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.851/2012

De 21 de junho de 2012

ESTABELECE MEDIDAS PREVENTIVAS E ORIENTADORAS DESTINADAS A INIBIR QUALQUER FORMA DE VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Eu, Vereador Angelo Scolaro, Presidente Interino da Câmara de Vereadores de Curitiba, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, medidas preventivas e orientadoras destinadas a inibir qualquer forma de violência contra professores da rede municipal de ensino, pública e privada.

Art. 2º As medidas preventivas de que trata esta Lei consistem em:

I - estimular a reflexão nas escolas e nas comunidades correspondentes acerca da violência contra os professores; e

II - desenvolver, nas escolas, atividades extracurriculares de combate à violência contra os professores, envolvendo docentes, alunos e membros das comunidades correspondentes.

Art. 3º As medidas preventivas de que trata esta Lei serão organizadas conjuntamente pelas entidades representativas dos profissionais de educação, pelos órgãos municipais competentes e pelas entidades comunitárias locais, sob a coordenação da unidade escolar.

Art. 4º As medidas orientadoras de que trata esta Lei consistem em:

I - assistir o aluno que pratica a violência, advertindo-o, bem como seus responsáveis;

II - assistir o professor que sofre violência;

III - afastar, cautelarmente, o aluno enquanto perdurar a potencial ameaça;

IV - transferir o professor para outra escola, caso seja avaliado que não há condições para sua permanência na escola atual; e

V - outras ações, para os casos em que o professor esteja sob risco de violência que possa comprometer sua segurança.

Art. 5º As medidas orientadoras de que trata esta Lei serão adotadas, conforme o caso, pelos órgãos municipais competentes, pelas entidades representativas dos profissionais de educação e pelos órgãos competentes da comunidade escolar.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 21 de junho de 2012.

ANGELO SCOLARO
Presidente Interino

Lei Promulgada Nº 4.852/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.852/2012

De 21 de junho de 2012

CONCEDE O DIREITO AO CIDADÃO DE RECEBER PROTOCOLO DOS SEUS PEDIDOS DE SERVIÇOS À PREFEITURA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE SUAS SECRETARIAS E/OU REPARTIÇÕES.

Eu, Vereador Angelo Scolaro, Presidente Interino da Câmara de Vereadores de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedido ao cidadão o direito de receber o protocolo por parte das secretarias e/ou repartições do Poder Público Municipal, quando da solicitação de serviços por parte dos cidadãos.

Art. 2º O protocolo cedido por parte do Poder Público deverá constar da data e horário da solicitação, bem como nome da secretaria e/ou repartição pública que recebe a solicitação dos cidadãos.

Parágrafo 1º: A solicitação por parte dos cidadãos deverá ser digitada pelos servidores quando o município não o fizer, sempre cedendo a cópia ao cidadão.

Parágrafo 2º: O prazo para resposta será de 10 (dez) dias.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 21 de junho de 2012.

ANGELO SCOLARO
Presidente Interino

Lei Promulgada Nº 4.853/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.853/2012

De 21 de junho de 2012

CRIA O PROGRAMA PARA VISITA E AGENDAMENTO DE CONSULTAS DE SAÚDE NAS REGIÕES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC.

Eu, Vereador Angelo Scolaro, Presidente Interino da Câmara de Vereadores de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado o Programa para visita e agendamento de consultas de saúde nas regiões do interior do município de Curitibanos - SC.

Art. 2º A visita deverá ser realizada através de profissionais da área da saúde, periodicamente, com intervalos não superiores a quarenta dias.

Parágrafo Único. Os profissionais da área da saúde, quando necessário, deverão agendar consultas e providenciar o acompanhamento dos pacientes às Unidades de Saúde do município de Curitibanos - SC.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com prazo de sessenta dias para implantação do programa.

Curitibanos, 21 de junho de 2012.

ANGELO SCOLARO
Presidente Interino

Lei Promulgada Nº 4.854/2012

LEI PROMULGADA Nº 4.854/2012

De 21 de junho de 2012

DISPÕE SOBRE A OFERTA E AS FORMAS DE AFIXAÇÃO DE PREÇOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA O CONSUMIDOR.

Eu, Vereador Angelo Scolaro, Presidente Interino da Câmara de Vereadores de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto do art. 48, § 6º da Lei Orgânica, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Esta Lei regula as condições de oferta e afixação de preços de bens e serviços para o consumidor.

Art. 2º São admitidas as seguintes formas de afixação de preços em vendas a varejo para o consumidor:

I - no comércio em geral, por meio de etiquetas ou similares afixados diretamente nos bens expostos à venda, e em vitrines, mediante divulgação do preço à vista em caracteres legíveis;

II - em auto-serviços, supermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais onde o consumidor tenha acesso direto ao produto, sem intervenção do comerciante, mediante a impressão ou afixação do preço do produto na embalagem, ou a afixação de código referencial, ou ainda, com a afixação de código de barras.

Parágrafo único. Nos casos de utilização de código referencial ou de barras, o comerciante deverá expor, de forma clara e legível, junto aos itens expostos, informação relativa ao preço à vista do produto, suas características e código.

Art. 3º Na impossibilidade de afixação de preços conforme disposto no art. 2º, é permitido o uso de relações de preços dos produtos expostos, bem como dos serviços oferecidos, de forma escrita, clara e acessível ao consumidor.

Art. 4º Nos estabelecimentos que utilizem código de barras para apuração, deverão ser oferecidos equipamentos de leitura ótica para consulta de preço pelo consumidor, localizados na área de vendas e em outras de fácil acesso.

§ 1º O regulamento desta Lei definirá, observados, dentre outros critérios ou fatores, o tipo e o tamanho do estabelecimento e a quantidade e a diversidade dos itens de bens e serviços, a área máxima que deverá ser atendida por cada leitora ótica.

§ 2º Para os fins desta Lei, considera-se área de vendas aquela na qual os consumidores têm acesso às mercadorias e serviços oferecidos para consumo no varejo, dentro do estabelecimento.

Art. 5º No caso de divergência de preços para o mesmo produto entre os sistemas de informação de preços utilizados pelo estabelecimento, o consumidor pagará o menor dentre eles.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, definindo as penalidades em caso de infração, com aplicação de multa e suspensão do alvará de funcionamento em caso de reincidência.

Parágrafo único. O PROCON local fiscalizará o cumprimento do disposto nesta Lei, cabendo a qualquer cidadão provocar a iniciativa do Órgão de Proteção de Defesa do Consumidor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Curitiba, 21 de junho de 2012.
ANGELO SCOLARO
Presidente Interino

Decreto Nº 4.208/2012

DECRETO Nº 4.208/2012
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 4.731/2011

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de saúde, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0006.2.045 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.1.90.00.00.00.00.00.0221 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 11.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 11.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação por fonte de recursos, no valor total de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de setembro de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de setembro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0292/2012

DECRETO Nº 0292, DE 25 DE OUTUBRO DE 2012.
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições e em conformidade com as Leis municipais nº 1928/2007 e 2064/2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo para comporem a Comissão Especial para Avaliação de Bens Móveis do patrimônio do Município - veículos - ficando sob a Presidência do primeiro e assim composta:

- Pedro de Oliveira
- Marco Antonio Dias da Silva
- Paulo Luiz Pacheco dos Santos
- Eloir Haupt
- Ronaldo Adam

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC., 25 De Outubro De 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0153/2012 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0153/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de materiais elétricos e outros para uso na confecção de enfeites de iluminação e decoração natalina da cidade de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 09.11.2012. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 25 de outubro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Portaria N.º 717/2012.

PORTARIA N.º 717, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, o Ofício n.º 127/2012, solicitando a abertura de sindicância administrativa para apurar os devidos responsáveis pela multa n.º 008440-54050259D-6599-2, aplicada em 06/12/2011, ao veículo M. Benz/LK 1113, placas LZU-3628, a serviço da Secretaria de Infraestrutura, por conduzir veículo registrado que não esteja devidamente licenciado.

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante, os servidores: DANIELA MARIA DOS SANTOS, SIMONE VERA WOLFF e BIANCA DOS PASSOS, com a presidência da primeira, e Assessoria Técnica da Senhora GISELE AMBROSIO BELTRÃO, representante da Assessoria Jurídica Municipal.

Art.3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 23 de Outubro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/10/2012, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso Inexigibilidade de Licitação N° 38/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 190/2012; IL nº. 38/2012; Credenciado: Expresso Transporte Garopaba Ltda.; CNPJ: 80.429.160/0001-90; Objeto: Serviço de transporte escolar para atender aos alunos das redes Municipal e Estadual do Município de Garopaba; Valor: R\$ 124.992,00 (Cento e Vinte e Quatro Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais);

Data da Assinatura: 25/10/2012.

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Licitação PMG N° 046/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preço para Serviços PMG nº 046/2012

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de análises microbiológicas de água, para atender as necessidades do Sistema Municipal de Abastecimento de Água da Secretaria de Saneamento Ambiental, conforme Memorial Descritivo em anexo.

Entrega e abertura dos envelopes: 13/11/2012 às 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 25 de outubro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto N°. 5.226 de 25 de Outubro de 2012.

DECRETO N°. 5.226 DE 25 DE OUTUBRO DE 2012.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município e considerando a necessidade de alienar bens móveis inservíveis ao Patrimônio Público Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada comissão de avaliação de bens móveis inservíveis ao patrimônio do Município para posterior alienação em leilão público, composta dos seguintes membros:

Mathusalém Venera Controlador do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Gaspar
 Jeferson Debus Assessor Administrativo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
 Gilberto Rodrigo Goedert Assessor Administrativo da Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de outubro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Resolução Nº. 012/2012

RESOLUÇÃO Nº. 012/2012

Dispõe sobre a composição da Comissão de Financiamento e Orçamento do CMAS no exercício 2012-2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, O Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal no. 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97.

CONSIDERANDO:

- LEI Nº. 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
- Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010;
- LEI Nº 12.435, de 06 de julho de 2011;
- A reunião ordinária do CMAS de 05.09.2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão de Financiamento e Orçamento do CMAS, ficando assim constituída:

Nome	Representação
Fatima T.C.Arruda	Secretaria de Administração e Finanças
Ana Janaina Medeiros	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Candice Munhoz Cazorla	Entidade de Assistência Social
Jocenira de O. Waltrick	Entidades de Assistência Social
Ricardo Silvino da Cunha - suplente	Entidades de Assistência Social

Parágrafo Único: Todos os conselheiros que compõe a comissão são conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 23 de outubro de 2012.

JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Resolução Nº. 013/2012

RESOLUÇÃO Nº. 013/2012

Dispõe sobre a composição da Comissão de Normas e Regulamentos do CMAS no exercício 2012-2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, O

Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal no. 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97.

CONSIDERANDO:

- LEI Nº. 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
- Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010;
- LEI Nº 12.435, de 06 de julho de 2011;
- A reunião ordinária do CMAS de 03.10.2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão de Normas e Regulamento CMAS, ficando assim constituída:

Nome	Representação
Ricardo Silvino da Cunha - suplente	Entidades de Assistência Social
Giana Carla Laikovski	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Darlene Reis da Silva Gonçalves	De usuários
Simara Dalcastegne Capistrano	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Parágrafo Único: Todos os conselheiros que compõe a comissão são conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 23 de outubro de 2012

JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Resolução Nº. 014/2012

RESOLUÇÃO Nº. 014/2012

Dispõe sobre a composição da Comissão de Inscrição de Entidades do CMAS no exercício 2012-2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, O Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal no. 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97.

CONSIDERANDO:

- LEI Nº. 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
- Decreto no 7.237, de 20 de julho de 2010;
- LEI Nº 12.435, de 06 de julho de 2011;
- A reunião ordinária do CMAS de 05.09.2012

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão de Inscrição de Entidades CMAS, ficando assim constituída:

Nome	Representação
Vera Lucia S. Uessler	Entidade de Assistência Social
Giana Carla Laikovski	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Josiane dos Santos Hoepers	Trabalhadores da Área
Ana Janaina Medeiros	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Parágrafo Único: Todos os conselheiros que compõe a comissão são conselheiros titulares do Conselho Municipal de Assistência

Social.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 23 de outubro de 2012.

JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº. 015/2012

RESOLUÇÃO Nº. 015/2012

Dispõe sobre a composição da Mesa Diretora do CMAS no exercício 2012-2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, O Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal no. 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97.

CONSIDERANDO:

- LEI Nº. 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
- Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010;
- LEI Nº 12.435, de 06 de julho de 2011;
- A reunião ordinária do CMAS do dia 12.06.21012;
- A reunião ordinária do CMAS do dia 05.09.2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social, ficando assim constituída:

Nome	Representação
Josiane dos Santos Hoepers	Presidente
Giana Carla Laikovski	Vice- Presidente
Darlene Reis da Silva Gonçalves	Primeira Secretária

Parágrafo Único: Todos os conselheiros que compõe a mesa diretora são conselheiros titulares do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 23 de outubro de 2012

JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Portaria Nº. 2.897, de 24 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº. 2.897, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR COMETIMENTO DE ATITUDES INDEVIDAS NO ÂMBITO DA EEB NORMA MÔNICA SABEL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando o teor do Memorando nº 227/2012 da Procuradoria Geral do Município de Gaspar,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurada sindicância para apurar o cometimento de atitudes indevidas no âmbito da EEB Norma Mônica Sabel.

Art. 2º. A sindicância deve ser conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Michel Marcelo Longo, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Mariana de Souza da Luz, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, e Elke Cristine Schramm Moser, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora - IV-8, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de outubro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Errata ao Decreto Nº 5.224, de 24 de Outubro de 2012.

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 5.224, de 24 de outubro de 2012, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1105, de 25 de outubro de 2012, nos seguintes termos:

Onde se lê no teor do Decreto supracitado TOMADA DE PREÇOS Nº 50-2012,

leia-se TOMADA DE PREÇOS Nº 154-2012.

Gaspar, 26 de outubro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

Errata 67/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 67/2012

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

COMUNICADO DE PRORROGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaramirim, através de seu Prefeito Municipal Nilson Bylaardt, torna público para o conhecimento dos interessados na licitação Tomada de Preço acima, que está promovendo alterações na data prevista para acontecer a licitação. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal 8.666/93, esta Administração Pública comunica que altera a data para entrega e abertura dos envelopes, conforme segue: DATA, HORA e LOCAL: até às 09h 00 min do dia 14 de novembro de 2012, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

O Edital versão II e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta, das 07:00h às 13:00h, fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço www.guaramirim.sc.gov.br

GUARAMIRIM/SC, 26/10/2012
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1004/2012 PORTARIA Nº. 1004/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora JANAINA DAVID (Matr. 1042), nascida aos 20/10/1977, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/B, anexo XI, a partir de 22 de outubro de 2012, de conformidade com o artigo 22 da Lei Complementar Nº. 286 de 27 de outubro de 2011, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Outubro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1005/2012 PORTARIA Nº. 1005/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional de Profissional do Magistério - Progressão por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora VIVIANE APARECIDA CAMPANHOL SBRUSI (Matr. 575), nascida aos 19/10/1974, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/C, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/D anexo XI, a partir de 19 de outubro de 2012, de conformidade com o artigo 22 da Lei Complementar Nº. 286 de 27 de outubro de 2011, Inciso I.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Outubro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1006/2012 PORTARIA Nº 1006/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 23 de outubro de 2012 até 20 de abril de 2013, conforme preceitua o Artigo 107 da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora EDILAINE APARECIDA DE BARBA DE COL (Matr. 3620), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Outubro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1007/2012 PORTARIA Nº. 1007/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora CRISTIANE ZABOTT GARVIN (Matr. 532), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 24 de outubro de 2012 a 04 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Outubro de 2012.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1008/2012 PORTARIA Nº. 1008/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, à servidora RENATA PARENTI (Matr. 1569), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "D", Anexo XI da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº. 191/2005, corroborada pelo artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de

2005 a 30 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 25 de Outubro de 2012 a 23 de Novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Outubro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1009/2012

PORTARIA Nº 1009/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 07 (sete) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 705/2012, à Servidora MARIANGELA CASANOVA DE OLIVEIRA (Matr. 2805), a qual exerce a função de Psicólogo, Nível - 12/1/A, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2010 e 30 de junho de 2011, para serem gozadas a partir de 25 de outubro de 2012 a 31 de outubro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Outubro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 0020/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestoras:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fundo Municipal de Assistência Social

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0020/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0110/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 22 de Outubro de 2013, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e dois dias do mês de Outubro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento, de Frutas e Verduras para merenda das Unidades escolares, pré-escolares, Centro Municipais de Educação Infantil e Projetos das Unidades Gestoras do Município, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal, e a empresa vencedora Odari Lopes Rodrigues - ME, em decorrência do Processo Licitatório nº 0110/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2012, para Sistema de

Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Discriminação do Produto	Unidade	Quantidade estimada	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	ABACATE	KG	50,00	COLONIAL	1,59	79,50
2	ALHO TIPO 05	KG	650,00	COLONIAL	10,50	6.825,00
3	BANANA CA-TURRA DE BOA QUALIDADE	KG	4.000,00	COLONIAL	1,19	4.760,00
4	BATATA LAVADA GRAÚDA MONA-LISA	KG	2.500,00	COLONIAL	1,50	3.750,00
5	BATATA SALSA	KG	350,00	COLONIAL	2,99	1.046,50
6	CEBOLA DE CABEÇA DE 1ª NACIONAL	KG	2.000,00	COLONIAL	1,99	3.980,00
7	CHUCHU	KG	500,00	COLONIAL	1,19	595,00
8	FEIJÃO PRETO TIPO 2	KG	300,00	COLONIAL	3,49	1.047,00
9	LARANJA PERA	KG	1.000,00	COLONIAL	1,29	1.290,00

10	LARANJA LIMA, TAMANHO MÉDIO DE 1ª QUALIDADE	KG	150,00	COLONIAL	1,89	283,50
11	MAÇÃ GALA CATEGORIA 02, TAMANHO 100	KG	3.500,00	COLONIAL	1,99	6.965,00
12	MAMÃO FORMOSA	KG	550,00	COLONIAL	2,29	1.259,50
13	MELANCIA	KG	100,00	COLONIAL	0,99	99,00
14	PEPINO COMUM, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, SEM DANOS FÍSICOS	KG	150,00	COLONIAL	1,99	298,50
15	PÊRA ARGENTINA	KG	100,00	COLONIAL	5,20	520,00
16	TOMATE LONGA VIDA AA	KG	1.000,00	COLONIAL	3,99	3.990,00
17	VAGEM	KG	50,00	COLONIAL	4,50	225,00
TOTAL						37.013,50

Herval d'Oeste, 22 de Outubro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

ODARI LOPES RODRIGUES

Proprietário

CPF: 445.456.069-20

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN RIBAS

CPF: 076.591.479-43

Ibiam

PREFEITURA

Portaria Nº 231/2012

PORTARIA Nº 231, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012

"CANCELA PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO PELA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar o pagamento de Gratificação pela dedicação exclusiva e adicional de insalubridade, concedida ao servidor WALDEMAR CORDEIRO, através da Portaria nº 192, de 06 de julho de 2012.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas funções, junto a Secretaria da Educação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE OUTUBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 232/2012

PORTARIA Nº 232, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012

"CANCELA PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO PELA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA E ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar o pagamento de Gratificação pela dedicação exclusiva e adicional de insalubridade, concedida ao servidor ILDO TREVISOL, através do Contrato de Trabalho nº 016, de 06 de julho de 2012.

Art. 2º. O servidor desempenhará suas funções, junto a Secretaria da Infraestrutura, Obras e Transportes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo De Ibiam, 16 De Outubro De 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 233/2012

PORTARIA Nº 233, 16 DE OUTUBRO DE 2012

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008; tudo combinado com a Lei Municipal nº 461, de 25 de Abril de 2011, bem como o Decreto nº 2.195, de 12 de maio de 2011 e o Requerimento da servidora protocolado em 03 de outubro de 2012; tudo de acordo com o Prejulgado nº 1477 e nº 1800, do Egrégio Tribunal de Contas de Santa Catarina, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, 26 (vinte e seis) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 02.07.2001 a 19.12.2002.

Parágrafo único. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 16 de outubro a 12 de novembro de 2012.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo De Ibiam - SC, 16 De Outubro De 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Imbituba

PREFEITURA

Portaria DGP/SEAGP N.º 298/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 298, de 25 de outubro de 2012.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Tamires Dias Viegas	Professora I - 40h	058.975.009-75	02/10/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de outubro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de outubro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 299/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 299, de 25 de outubro de 2012.

Dispõe sobre a demissão a pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, admitida em 02/10/2012, contrato nº 6409, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Tamires Dias Viegas	Professora I - 40h	058.975.009-75	16/10/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de outubro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 25 de outubro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Extrato: FMS 2012/54 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/54 - A00

Contratada: MARIANI VIEIRA PINHO ME

C.N.P.J: 09.289.246/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO E CAMISSETAS PERSONALIZADAS PARA USO DOS PROGRAMAS E CAMPANHAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Valor: R\$ 4.960,00 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 52/2012 Dispensa 07/2012

Imbituba, 27 de setembro de 2012.

MARIA MADALENA D. NUNES

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

MARIANI VIEIRA PINHO ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 57/2012 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 57/2012 - A01

Contratada: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES

C.N.P.J: 10.202.167/0001-99

Objeto: ACRÉSCIMO DE 18,49%(DEZOITO VIRGULA QUARENTA E NOVE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 21.801,50

Fundamento: Processo nº. 25/2012 Dispensa 03/2012

Imbituba, 17 de outubro de 2012

VALMIRA SEBOLD BRANCO

Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte

Contratante

COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 65/2012 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 65/2012 - A01

Contratada: GENEVAL NUNES ME

C.N.P.J: 83.816.124/0001-77

Objeto: ACRÉSCIMO DE 7,46%(SETE VIRGULA QUARENTA E SEIS POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 17.808,40

Fundamento: Processo nº. 12/2012 Pregão 12/2012

Imbituba, 17 de outubro de 2012

VALMIRA SEBOLD BRANCO

Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte

Contratante

GENEVAL NUNES ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 66/2012 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 66/2012 - A01

Contratada: JOSE CANDIDO ESPINDOLA ME

C.N.P.J: 01.394.452/0001-68

Objeto: ACRÉSCIMO DE 2,69%(DOIS VIRGULA SESSENTA E NOVE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 4.137,55

Fundamento: Processo nº. 12/2012 Pregão 12/2012

Imbituba, 17 de outubro de 2012

VALMIRA SEBOLD BRANCO

Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte

Contratante

JOSE CANDIDO ESPINDOLA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 67/2012 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 67/2012 - A01

Contratada: KAC LTDA

C.N.P.J: 04.492.199/0001-73

Objeto: ACRÉSCIMO DE 6,46%(SEIS VIRGULA QURENTA E SEIS POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 7.659,50

Fundamento: Processo nº. 12/2012 Pregão 12/2012

Imbituba, 17 de outubro de 2012

VALMIRA SEBOLD BRANCO

Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte

Contratante

KAC LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 68/2012 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 68/2012 - A01

Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: ACRÉSCIMO DE 10,05%(DEZ VIRGULA ZERO CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 10.009,33

Fundamento: Processo nº. 12/2012 Pregão 12/2012

Imbituba, 17 de outubro de 2012

VALMIRA SEBOLD BRANCO

Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte

Contratante

LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 69/2012 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 69/2012 - A01

Contratada: RIP FIBRAS IND E COM DE ALIMENTOS NATURAIS LTDA

C.N.P.J:08.882.687/0001-48

Objeto: ACRÉSCIMO DE 22,81%(VINTE E DOIS VIRGULA OITENTA E UM POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 3.332,00

Fundamento: Processo nº. 12/2012 Pregão 12/2012

Imbituba, 17 de outubro de 2012

VALMIRA SEBOLD BRANCO

Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte

Contratante

RIP FIBRAS IND E COM DE ALIMENTOS NATURAIS LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 70/2012 - A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 70/2012 - A01

Contratada: VANIO VIEIRA ME

C.N.P.J: 78.613.445/0001-34

Objeto: ACRÉSCIMO DE 4,92%(QUATRO VIRGULA NOVENTA E DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 5.850,70

Fundamento: Processo nº. 12/2012 Pregão 12/2012

Imbituba, 17 de outubro de 2012

VALMIRA SEBOLD BRANCO

Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte

Contratante

VANIO VIEIRA ME

Representante Legal

Contratada

Iomerê**PREFEITURA****Decreto 1350/2012**

DECRETO Nº. 1350 DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 659/2011 de 30 de novembro de 2011, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 659/2011 de 30 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 107.620,00 (cento e sete mil seiscentos e vinte reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças

03.01 Secretaria de Administração e Finanças

2007 Contribuição ao PASEP

33900000 Aplicações Diretas

144.00 Fundo Especial do Petróleo

R\$ 120,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças

03.01 Secretaria de Administração e Finanças

2012 Amortização / Juros e Encargos da Dívida

32900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 17.300,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Secretaria de Educação

2021 Aplicação do FUNDEB

31900000 Aplicações Diretas

118.00 Transferência do FUNDEB (Aplicação Remun. Prof. do Magistério-Educação Básica)

R\$ 80.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 2.500,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2048 Manutenção da Sec. de Obras e Serviços Públicos
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2059 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
144.00 Fundo Especial do Petróleo
R\$ 5.700,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente e da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2012 Amortização / Juros e Encargos da Dívida
46900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 17.300,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.500,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2048 Manutenção da Sec. de Obras e Serviços Públicos
31710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2048 Manutenção da Sec. de Obras e Serviços Públicos
33710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 19 de outubro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1351/2012

DECRETO Nº. 1351, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 659/2011 de 30 de novembro de 2011, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 659/2011 de 30 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2061 Manutenção do Fundo de Saúde
33710000 Transferência a Consórcios Públicos
102.00 Recursos de Impostos e Transf. de Impostos Saúde
R\$ 6.000,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2070 Manutenção do Programa Média e Alta Complexidade
33900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transf. de Impostos Saúde
R\$ 29.500,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2071 Manutenção do Programa e Campanhas de Vacinação
44900000 Aplicações Diretas
166.00 Vigilância em Saúde
R\$ 3.000,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2073 Manutenção da Farmácia Básica
33900000 Aplicações Diretas
102.00 Recursos de Impostos e Transf. de Impostos Saúde
R\$ 6.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente e da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde
07.01 Fundo Municipal de Saúde
2071 Manutenção do Programa e Campanhas de Vacinação
33900000 Aplicações Diretas
166.00 Vigilância em Saúde
R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 22 de outubro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1352/2012

DECRETO Nº. 1352 DE 25 DE OUTUBRO DE 2012.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 659/2011 de 30 de novembro de 2011, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 659/2011 de 30 de novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 17.187,64 (dezesete mil cento e oitenta e sete reais sessenta e quatro centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2049 Manutenção e Urbanização de Praças e Avenidas
44900000 Aplicações Diretas
124.00 Transferências de Convênios Outros
R\$ 11.145,82

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2049 Manutenção e Urbanização de Praças e Avenidas
44900000 Aplicações Diretas
324.00 Transferências de Convênios Outros
R\$ 6.041,82

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior e do excesso de arrecadação do exercício corrente referente ao rendimento de juros na conta corrente B.B. S/A - Praça 5.499-2.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Iomerê - SC, 25 de outubro de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº.457/2012 de 25 de Outubro de 2.012
REVOGA PORTARIA 247/2011 E 179/2012 QUE CONCEDE E ALTERA FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal em Exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a LEI.

R E V O G A

Ficam revogadas as portarias 247/2011 e 179/2012 que concede e altera gratificação de função a FERNANDA PALUDO, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 3.942.537, CPF sob o nº 054.242.799-02, residente e domiciliada nesta cidade de Ipumirim - SC, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVA, com carga horária de 35 horas semanais, gratificação de função no valor de 30 % (Trinta por Cento) do piso inicial da Prefeitura Municipal.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de Outubro de 2012.

Ipumirim - SC, 25 de Outubro de 2.012.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal em Exercício

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato Processo Licitatorio 68/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 68/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º 36/2012

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 12 de novembro de 2012, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE 880M² DE GEOMEMBRANA, CONFECIONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE - PEAD, COM ESPESSURA DE NO MINIMO 1,0MM (UM MILIMETRO), PARA INSTALAÇÃO EM VALA DE DEPOSITO DE REJEITOS JUNTO A UTC - UNIDADE DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS, NESTE MUNICIPIO. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 26 de outubro de 2012.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

HOSPITAL BOM JESUS

Resolução 022/2012

RESOLUÇÃO N.º 022/2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMNETO OU CAPACITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JULIANA TRUKAN, Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece o inciso VII do Art. 105, da Lei Complementar n.º007/2001, combinado com o artigo 19, inciso I da Lei Complementar n.º 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Progressão Funcional,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora ROSANE APARECIDA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal Efetivo do HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, Progressão Funcional através de Promoção por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, em seu nível 10 da Tabela de Vencimentos da Administração Direta e Indireta, passando da Referência B para C.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 22 de outubro de 2012.
JULIANA TRUKAN
Presidente Hospital Municipal Bom Jesus

Resolução 21/2012

RESOLUÇÃO N.º 021/2012.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ATRAVÉS DE PROMOÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMNETO OU CAPACITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JULIANA TRUKAN, Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece o inciso VII do Art. 105, da Lei Complementar n.º 007/2001, combinado com o artigo 19, inciso I da Lei Complementar n.º 057/2012, bem como em conformidade com o parecer exarado pela Comissão de Progressão Funcional,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora CLECI MOREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal Efetivo do HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, Progressão Funcional através de Promoção por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, em seu nível 10 da Tabela de Vencimentos da Administração Direta e Indireta, passando da Referência A para a Referência B.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Irineópolis (SC), 22 de outubro de 2012.

JULIANA TRUKAN

Presidente Hospital Municipal Bom Jesus

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 1º Nº CONTRATO: 36/2012

CONTRATADA: Instituto o Barriga Verde

OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será de 06 (seis) meses. Itaiópolis, 26/09/2012. Helio César Wendt Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 1º Nº CONTRATO: 23/2012

CONTRATADA: FURTADO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GÁS LTDA. EPP

OBJETO: acréscimo nos quantitativos dos produtos, dentro do limite e na forma do artigo 65, Inciso I, alínea "b", parágrafo 1º da Lei Federal nº 8666/93.

Itaiópolis, 24/10/2012.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA

Termo Aditivo N.º 48/2012 (2º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º 48/2012 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 78/2011 (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, Sr.ª CENITA SCHIZZI DANI, portadora do CNPF/MF: 998.671.929-15 e C.I. RG nº 6.068.384-0 SSP/SC, e pelo Prefeito Municipal MÁRIO ELÓI

TAVARES, brasileiro, casado, portador do RG nº 803.609-8 SSP/SC e CNPF/MF nº 183.607.699-15, residente e domiciliado à Av. Brasil, nº 2526, nesta cidade, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, com sede na Av. Paraná, 70, Bairro Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.263.284/0001-09 e Inscrição Estadual Isento, representada neste ato por proprietário, a Sr. OSMAR MAYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15 e do CI. RG nº 8/R 883.158-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de execução e vigência do objeto da Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a construção de Unidade de Educação Infantil, no Balneário São José, conforme projetos, memorial descritivo, ART, e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 11/2011 - PROCESSO Nº 85/2011, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato administrativo n.º 78/2011 em 30 (trinta) dias contados a partir do dia 28 de outubro de 2012, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 78/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 78/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 26 de outubro de 2012.

Contratante

MÁRIO ELÓI TAVARES

Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE ITAPOÁ

Contratada

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA OSMAR MAYER RIBEIRO

Contratante

CENITA SCHIZZI DANI

Município De Itapoá

Secretária De Educação

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome:

CPF/MF:

Joaçaba

PREFEITURA

Aditivo Contrato 304/2012 FMS TA 01

CONTRATO Nº 304/2012/FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.802.002/0001-02, estabelecida na ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320, no Município de RIO DO SUL/SC, neste ato representada pelo Sr. ANACLETO FERRARI, portador da Carteira de Identidade nº 1.428.772 e CPF nº 523.140.819-00, residente e domiciliado na cidade de RIO DO SUL/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE ADITIVO ao contrato nº 304/2012/FMS, firmado em 17/05/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2012/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 09/2012/FMS, homologado no dia 17/05/2012, cujo objeto é o fornecimento, pela CONTRATADA, de materiais e equipamentos de enfermagem, destinados à manutenção dos programas e serviços do Fundo Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2012, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor global do contrato fica suprimido em R\$ 119,20 (cento e dezenove reais e vinte centavos) correspondentes a 0,20% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente à supressão total do item 161 - negatoscópio.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 25 de outubro de 2012.

Município De Joaçaba
RAFAEL LASKE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
ANACLETO FERRARI

Aditivo Contrato 670/2007 TA 07

CONTRATO Nº 670/2007 - TA 07

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa HEMBERE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.158.876/0001-47, estabelecida na Arthur Pereira Alves, 290, Bairro Jardim Cidade Alta, na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. HERMES JOSÉ BERSAGHI, inscrito no CPF sob o nº 561.335.889-34, residente e domiciliado no mesmo endereço, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/1993, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 670/2007, celebrado em 24 de agosto de 2007, proveniente do Processo de Licitação nº 84/2007, que tem por objeto a prestação de serviços de serventes, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO E DO REAJUSTE nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO E DO REAJUSTE

O valor mensal atualizado do contrato fica suprimido em R\$ 27.855,10 (vinte e sete mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos), a contar desta data, correspondente a 25% do valor atualizado inicialmente contratado, relativo à redução de 14 postos de trabalho, em atendimento à solicitação do Gabinete do Prefeito e em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 24 de outubro de 2012.

Município De Joaçaba
RAFAEL LASKE
Prefeito

HEMBERE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
Hermes José Bersaghi

CONTRATO Nº 670/2007 - TA 07

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa HEMBERE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.158.876/0001-47, estabelecida na Arthur Pereira Alves, 290, Bairro Jardim Cidade Alta, na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. HERMES JOSÉ BERSAGHI, inscrito no CPF sob o nº 561.335.889-34, residente e domiciliado no mesmo endereço, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/1993, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 670/2007, celebrado em 24 de agosto de 2007, proveniente do Processo de



Licitação nº 84/2007, que tem por objeto a prestação de serviços de serventes, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO E DO REAJUSTE nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO E DO REAJUSTE

O valor mensal atualizado do contrato fica suprimido em R\$ 27.855,10 (vinte e sete mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos), a contar desta data, correspondente a 25% do valor atualizado inicialmente contratado, relativo à redução de 14 postos de trabalho, em atendimento à solicitação do Gabinete do Prefeito e em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 24 de outubro de 2012.

Município De Joaçaba

RAFAEL LASKE

Prefeito

HEMBERE REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Hermes José Bersaghi

Lages

PREFEITURA

PP 49-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 49-2012 PML

Objeto: Seleção de Instituição Financeira para Administração da Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais

Tipo: Maior Oferta

Abertura: 12/11/2012 às 13:30

Valor Mínimo da Oferta: R\$ 3.000.000,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 25 de outubro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Aviso de Licitação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 135/2012

Edital : LEILAO 135/2012

Tipo: Maior Oferta

Objeto: LEILÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS CONFORME ANEXO I DO EDITAL

Abertura às 9h00m do dia 13 de Novembro de 2012.

A retirada do Edital deverá ser feita no Setor de Licitação da Prefeitura. Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 29 de Outubro de 2012.

RENATO CITADIN

Comissão Permanente De Licitação

Lebon Regis

PREFEITURA

Decreto Nº 104/2012

DECRETO Nº 104/2012 - de 26 de outubro de 2012

"Dispõe sobre a homologação das inscrições do concurso público n. 01/2012".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o concurso público n. 01/2012 do Município de Lebon Régis, conforme anexo I, que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 26 de outubro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta data na Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Edital de Homologação Provisório das Inscrições Para o Concurso Público

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS****ANEXO I**

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIO DAS INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE SERVIDORES EM CARÁTER EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS/SC.

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012 de 20 de Setembro de 2012.
INSCRIÇÕES DEFERIDAS E PRÉ-HOMOLOGADAS (SUJEITO À ALTERAÇÕES NO PRAZO DE RECURSOS)**

ATENÇÃO

AS PROVAS SERÃO APLICADAS EM DOIS PERÍODOS (**MANHÃ E TARDE**) EM RAZÃO DO NÚMERO DE INSCRITOS NO PRESENTE CERTAME.
A DIVULGAÇÃO DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS PARA TODOS ESTARÃO SENDO DIVULGADAS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.APRENDERSC.COM.BR E NO MURAL PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS/SC
NO DIA 31/10/2012 CONFORME CRONOGRAMA.

CARGOS SEM INSCRITOS E/OU INDEFERIDOS

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
---	-----	CARPINTEIRO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
---	-----	PEDREIRO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
---	-----	PROFESSOR DE MÚSICA

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
---	-----	TÉCNICO EM CONTABILIDADE

CARGOS PRÉ-HOMOLOGADOS E DEFERIDOS

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0041	LUIZ FERNANDO VESCOVI	ADVOGADO
0082	TAMIRIS AMARAL GRAZZIOTIN	ADVOGADO
0180	ALEXANDRA TOMACHEUSKI	ADVOGADO
0202	CAMILA TALIAH RIGON	ADVOGADO
0209	RAFAEL DE MORAES	ADVOGADO
0229	JADIR GALINA	ADVOGADO
0277	GLENDA FRANCES DE MORAES	ADVOGADO
0287	DANIEL FELIPE POYER	ADVOGADO
0305	PATRICIA AMARAL	ADVOGADO
0324	GLALCIA SANDRA GONÇALVES	ADVOGADO
0359	MARIANA KLIPPERT	ADVOGADO
0365	RAFAEL ERNANI CABRAL BROCHER	ADVOGADO
0403	FRANCIELE FATTORI	ADVOGADO
0433	KAREN CORSO CALLIARI	ADVOGADO
0452	MICHELE MARTINS DA SILVA	ADVOGADO
0477	BRUNA AMARAL DALMAS	ADVOGADO

WWW.APRENDERSC.COM.BR - FONE (49) 3522.3791**Página 1**



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0516	ANDRE LUIZ CARDOSO DA SILVA	ADVOGADO
0519	JAIR PEREIRA	ADVOGADO
0525	VANIA BALEM VENDRUSCOLO	ADVOGADO
0554	THAIS PONTES GARCIA	ADVOGADO
0555	CAMILLA DA SILVA	ADVOGADO
0620	MARLON CANANI CORDEIRO DE ALMEIDA	ADVOGADO
0631	THIAGO BIESUS BORSATTI	ADVOGADO
0657	JOÃO LUIS RADICHEWSKI	ADVOGADO
0674	JACSON JOSÉ PEREGO	ADVOGADO
0768	KLEBER DOS PASSOS JARDIM	ADVOGADO
0773	ADROALDO MOREIRA JUNIOR	ADVOGADO
0775	RICARDO TADEU DE MORAES	ADVOGADO
0776	CIDCLEI RAMOS	ADVOGADO
0777	ANDRE BOTECA LARROYD	ADVOGADO
0789	FERNANDO PADILHA KUHNEN	ADVOGADO
0795	RODRIGO MOREIRA DOS SANTOS	ADVOGADO
0797	FAUSTO OURIQUES	ADVOGADO
0819	MIGUEL GERMANO PODANOSCHE	ADVOGADO
0840	PATRICIA MARIA DA LUZ	ADVOGADO
0850	GIANCARLO PAGANIN	ADVOGADO
0860	GIBIA REDIVO RAMOS	ADVOGADO
0861	WILMAR DA COSTA MARTINS JUNIOR	ADVOGADO
0886	RUBENS BORDINHÃO DE CAMARGO NETO	ADVOGADO
0904	LIDIANE OLIVEIRA FRACARI	ADVOGADO
0911	JOAO PAULO CUBAS	ADVOGADO
0921	ALBANA LUNA BALESTRA	ADVOGADO
0955	RAFAEL KNOLL	ADVOGADO
0985	ANDRÉ GUSTAVO MEYER TOLENTINO	ADVOGADO
0992	JAIR ZALESKI	ADVOGADO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0046	PATRICIA DE OLIVEIRA	AGENTE DE SAÚDE
0047	GRAZIELE BRITO	AGENTE DE SAÚDE
0101	CAMILA GUEDES DE MELO	AGENTE DE SAÚDE
0134	MARISTELA ARAUJO DE FREITAS	AGENTE DE SAÚDE
0164	SALETE ALVES DOS SANTOS	AGENTE DE SAÚDE
0165	PATRICIA MACHADO DOS SANTOS	AGENTE DE SAÚDE
0167	SANDRA MARIA GUEDES	AGENTE DE SAÚDE
0175	LENIR RIBEIRO	AGENTE DE SAÚDE
0182	ROSE PRATES	AGENTE DE SAÚDE
0219	ERONITA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	AGENTE DE SAÚDE
0245	ANDRIELI GONSALVES	AGENTE DE SAÚDE
0252	RONILDO PIRES	AGENTE DE SAÚDE
0265	MARILUCE SOARES DOS SANTOS	AGENTE DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0290	ROSILENE DE OLIVEIRA SOUZA	AGENTE DE SAÚDE
0293	ZENILDES CEZAR DE SOUZA	AGENTE DE SAÚDE
0336	MARCIA APARECIDA DUMAS	AGENTE DE SAÚDE
0338	FRANCIELI ALVES ANTUNES	AGENTE DE SAÚDE
0358	TATIANE DA CRUZ COSTA	AGENTE DE SAÚDE
0390	SILVIA APARECIDA DOS SANTOS	AGENTE DE SAÚDE
0391	JANETE APARECIDA GRANEMANN	AGENTE DE SAÚDE
0425	IRACEMERI PRESTES PEPPES	AGENTE DE SAÚDE
0462	MARINA PIRES DE MORAES ROCHA	AGENTE DE SAÚDE
0484	ANTONIA CARVALHO DO VALE	AGENTE DE SAÚDE
0536	ADRIANA MEIRELES CRUZ	AGENTE DE SAÚDE
0539	MARIA DE FATIMA TOMCHAK	AGENTE DE SAÚDE
0540	JOSIANE FERREIRA	AGENTE DE SAÚDE
0563	CLEUZI DE ALMEIDA	AGENTE DE SAÚDE
0577	IVANIA DE JESUS DA SILVA	AGENTE DE SAÚDE
0581	DIEIME JUNIOR SOARES DOS SANTOS	AGENTE DE SAÚDE
0592	THAIS FERREIRA DE SOUZA GARCIA	AGENTE DE SAÚDE
0595	VALDIVINA DE FATIMA PEREIRA DE MELLO	AGENTE DE SAÚDE
0626	CHAIANE DA SILVA LOURENA	AGENTE DE SAÚDE
0628	MARIA CLEUZA SOUZA DIAS	AGENTE DE SAÚDE
0643	JOSEANE APARECIDA DOS SANTOS	AGENTE DE SAÚDE
0670	SERLI CASTRO DOS SANTOS	AGENTE DE SAÚDE
0686	GIOVANA VACARIO	AGENTE DE SAÚDE
0710	JACQUELINE DE ALMEIDA	AGENTE DE SAÚDE
0717	SONIA ALVES SELINCA	AGENTE DE SAÚDE
0750	DELAIR MARTINS MAIBERG	AGENTE DE SAÚDE
0788	TATIANE THIBES FLORIANO	AGENTE DE SAÚDE
0798	CIRENE RIBEIRO DA SILVA	AGENTE DE SAÚDE
0809	FABIANA ALVES DA SILVA	AGENTE DE SAÚDE
0818	ALZIRA RIBEIRO DA SILVA	AGENTE DE SAÚDE
0823	ÉRICA MARISA DE ALMEIDA	AGENTE DE SAÚDE
0833	ALEXSSANDRA NUNES	AGENTE DE SAÚDE
0855	ROSILDA MEDEIROS RADECK	AGENTE DE SAÚDE
0863	JUCELIA BUENO DA SILVA	AGENTE DE SAÚDE
0898	VANESSA DOS SANTOS SOUZA	AGENTE DE SAÚDE
0914	ERICA FERNANDA RIBEIRO CORDEIRO	AGENTE DE SAÚDE
0917	NEUNICE GONÇALVES DE ARAUJO	AGENTE DE SAÚDE
0919	MARYNARA PIRES DE MORAES	AGENTE DE SAÚDE
0938	LOURDES DE FATIMA ROSA VIEIRA	AGENTE DE SAÚDE
0977	MARLI LENZ NAFFIN	AGENTE DE SAÚDE
0999	NILSON JOSE RIBEIRO	AGENTE DE SAÚDE

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0112	JANIA APARECIDA DA ROSA PADILHA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0181	CLEITON DIOGO MACHADO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0399	KARINE ANDRESSA TOMASI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0412	VILARIN VERONEZE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0417	BELONI TEREZINHA MORAES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0488	FRANCIELY MOREIRA DE LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0513	DAMIAN MAIBERG DE SOUZA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0588	REGINALDO ROSARIO DA CRUZ	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0599	LUCIANA MACHADO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0600	NELSON DE JESUS TOMIN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0601	ROSELIA APARECIDA MACHADO GRANEMANN	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0820	JEAN CARLOS TELES DE SOUZA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0884	EVANILDES APARECIDA QUERINO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0903	PAULO EDUARDO DOS ANJOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
0946	LUCAS ALVES DOS SANTOS CONCEIÇÃO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0040	BERNADINA DIAS DE SOUZA CAMARGO	ASSISTENTE SOCIAL
0200	BRUNA HOLLEWEGER	ASSISTENTE SOCIAL
0502	Taelis Tasca	ASSISTENTE SOCIAL
0612	ANA MARIA RIBEIRO DOS SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL
0655	KAMILA BRANCO CARLOS	ASSISTENTE SOCIAL
0660	JIBRAN YOPEM PATTE	ASSISTENTE SOCIAL
0675	DANIELLI APARECIDA HEINE	ASSISTENTE SOCIAL
0799	BRUNA DA FONSECA	ASSISTENTE SOCIAL
0872	SALETE DOS PASSOS RODRIGUES	ASSISTENTE SOCIAL
0932	DANIELE CAROLINE HEUSSER	ASSISTENTE SOCIAL

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0126	SONIA BORGIA	AUXILIAR DE ASSISTENTE SOCIAL
0250	ADEVILSON CARLOS PIRES	AUXILIAR DE ASSISTENTE SOCIAL
0582	ERIANE APARECIDA DOS SANTOS	AUXILIAR DE ASSISTENTE SOCIAL
0928	SILVANA BORGIA	AUXILIAR DE ASSISTENTE SOCIAL

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0102	ROSANA APARECIDA PEPES	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
0212	ELOIR ALVES TIBES DOS SANTOS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
0339	SUZANA DOS SANTOS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
0408	ADENILSON GUEDES DOS SANTOS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
0446	ANA PAULA DE CHRISTO DA SILVEIRA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
0707	BERNADETE DIAS DE SOUZA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
0745	JOAO CARLOS TOMACHESKI JUNIOR	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
0755	JACQUELINE PAES DE FARIAS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
0805	DJULIA DOS SANTOS CALISTRO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
0822	GENI ANTUNES DE CAMPOS ROCHA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0899 IDINEI JOSÉ GUEDES

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0013	ANA MARIA WERNER	BIOQUÍMICO
0098	DANIEL SEMANN KIM	BIOQUÍMICO
0308	RAFAELA FERREIRA	BIOQUÍMICO
0586	DANELISE LEAL	BIOQUÍMICO
0649	GRACIELI AP. FERLIN DE SOUZA	BIOQUÍMICO
0651	CAROLINE ISRAEL	BIOQUÍMICO
0763	ALEX HOFFMANN VARELA	BIOQUÍMICO
0956	ELVIO ROSSETTO	BIOQUÍMICO
0968	MICHAEL EDIMEICO RIBEIRO	BIOQUÍMICO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0414	MIGUEL RIBEIRO	BORRACHEIRO
0794	ROQUE NARDELI RISSO	BORRACHEIRO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0015	ADRIANO CARLOS XAVIER	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0029	KAROLAI ROSARIO DA CRUZ MOREIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0033	JOSOENNI RAUEN XAVIER	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0038	DIEGO RAFAEL LOCATELLI	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0076	JOFÉN FRANCISCO MOHR	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0077	DEBORA DE FATIMA BARTOVSKI	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0118	RAFAEL OLIVEIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0137	MATEUS WILLIAN	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0163	MIRIAN DOS SANTOS PONTES	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0194	EMERSON RAIMUNDO FANTIN	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0196	RENATA MARAFON	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0214	FLAVIO GOMES PINTO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0217	FRANCIELI GRANEMANN DE MELLO DE SOUSA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0218	ADRIANO BECKEMBACH DOS SANTOS	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0220	SAMARA MOREIRA SCHEFFMACHER	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0221	ELITA DAMBROS	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0231	JOCIVANIA PESENTI	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0241	RODRIGO CHAVES	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0247	MONALISA DOS SANTOS	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0248	LEONEL MARCOS VALCANAIA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0326	DEIVID LUIZ DE OLIVEIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0329	EDUARDO PIERDONÁ	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0348	JESSÉ PEREGO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0349	PRISCILA LUCIANO FRANÇA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0371	VALDELICE DOS SANTOS DAVID	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0383	CINTIA LEILA NUNES	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0393	SAMUEL FARIAS DE OLIVEIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0404	PRISCILA PEREGO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0415	FLAVIANA DOS REIS	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0416	PRISCILA VIEIRA FELIPUS	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0418	CINDY MORAES DE MEDEIROS	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0427	FRANSIELE CANEPPELE PEREIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0432	GILMAR FRANCISCO PERETTI	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0438	RAMON DE OLIVEIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0448	JONATHAN CARLOS FAIER DOS SANTOS	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0463	JANE DE FATIMA GOIS RUTH	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0464	EDER FABIO DALPIAZ	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0490	STEFANIA ADAIME VEIT	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0518	DAIANE REGINA MENEZ	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0520	SIMONE PATRICIA MARTINAZZO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0546	SIDNEI JOSE GONÇALVES DE ARAUJO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0557	IRINEU CORREIA DA SILVA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0566	RAFAEL SCALABRIN GONÇALVES	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0573	ANDRÉ LUIZ RIZZO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0583	LUANA GONÇALVES DE ARAUJO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0603	PETTERSON ANTONIO FERREIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0604	PAULO BORGES	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0606	FERNANDO BORGA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0610	ANDRESSA RAMOS DE CARVALHO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0616	LEONAORDO JOSE SCHNEIDER	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0630	JOZIANY GRANEMANN DE SOUZA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0642	KELLY CRISTINA LIERMANN	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0662	RAMON VELASQUES DA SILVA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0691	ROSELI LINHARES DE OLIVEIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0695	ANDERSON LEMES	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0697	MARILAINE DE FATIMA GOMES	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0700	CRISTIANO ANTONIO BOVOLINI FRANCHI	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0705	ELIANE DA SILVA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0733	JOSE VANDERLEI DE CAMPOS	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0741	RODRIGO TELES FURTADO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0753	EROS GILBERTO SOUNIS FILHO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0762	RAUL RICKEN DE OLIVEIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0769	JOHN LENNON SCHWINDEN DE OLIVEIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0779	FELIPE EDUARDO PEDROSO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0835	PITER PAUL PEGORARO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0844	THACYANA CANALLE	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0852	LUIZ GUSTAVO PRADO DE LIMA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0870	JULIANA DE OLIVEIRA BALSINI	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0887	SIMONE APARECIDA RIBEIRO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0891	FERNANDO RIBEIRO DA SILVA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0892 MIRIAM WESTERLON DE OLIVEIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0895 TUANY ROCHA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0896 RAFAEL DE OLIVEIRA ANTUNES	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0897 MONICA SALETE RODRIGUES	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0900 LUCIANE BRUSCHI	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0905 SÉRGIO DOS SANTOS CRUZ	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0912 CLEBE KASZCZESEN	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0916 ALEX SANDRO MOREIRA LIMA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0925 ALEXANDRE BOHN	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0929 ALINE RISSO KOJIKOSKI	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0933 GEOVANI LUIZ RIZZO	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0942 LEONARDO DE ROSSI	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0952 JAISON CAETANO DA SILVA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0965 RICARDO ADRIANO LEMOS	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0972 JEAN CARLOS DE OLIVEIRA	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS
0987 ALESSANDRO BRAGA RAMOS	ENCARREGADO DEPTO DE COMPRAS

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0016	APARECIDO GOES	ENFERMEIRO
0025	DANIELE CRISTINA PENTEADO	ENFERMEIRO
0028	ISELINE CORREIA DE SOUZA DO VALLE	ENFERMEIRO
0079	LAYLA LIMA BLOMER	ENFERMEIRO
0080	ANA KELLI ORTIZ	ENFERMEIRO
0085	EDSON DE OLIVEIRA MATOS	ENFERMEIRO
0089	DEYSE APARECIDA HEINE	ENFERMEIRO
0108	DIOGO LAURINDO BRASIL	ENFERMEIRO
0131	CRISTIANE ANTUNES SCUSSIATO	ENFERMEIRO
0136	JUSENIA TEREZINHA DOS SANTOS	ENFERMEIRO
0152	VALÉRIA OSÓRIO DA CUNHA	ENFERMEIRO
0156	LUCIANA MARIA ZORZENON	ENFERMEIRO
0192	JUCIARA MENDES MADUREIRA	ENFERMEIRO
0208	DINAMAR APARECIDA GOMES	ENFERMEIRO
0216	ALINE MANDELLI	ENFERMEIRO
0227	BIANCA CAMARGO DA SILVA	ENFERMEIRO
0237	SANDRO LUIS SALLES DOS SANTOS	ENFERMEIRO
0276	ACHAIANE CAMILA DA SILVA DOS ANJUS	ENFERMEIRO
0285	VANESSA PETRYKOWSKI	ENFERMEIRO
0289	MAGDA APARECIDA DA SILVA SCHNEIDER	ENFERMEIRO
0296	NARA TESCKE	ENFERMEIRO
0313	MARIZA DE FÁTIMA OZÓRIO	ENFERMEIRO
0314	GIZÉLI APARECIDA LOAT PEDROSO	ENFERMEIRO
0317	KEITY DA SILVA MOREIRA	ENFERMEIRO
0344	FRANCIELY MARTINS FRUHAUF	ENFERMEIRO
0345	SIRLENE RAITZ	ENFERMEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0360	TELMA ALMEIDA OLIVEIRA	ENFERMEIRO
0361	CRISTIANE PRISCILA BECKER	ENFERMEIRO
0366	MARIANA FIGUEROA MAFFIOLETTI	ENFERMEIRO
0369	MARIELY MATIAS DOS SANTOS	ENFERMEIRO
0398	LUCIENE RIBEIRO GARCIA	ENFERMEIRO
0411	SANDRO LUIZ BOCASANTA	ENFERMEIRO
0424	CRISTIANE REGINA BACHMANN BOHN	ENFERMEIRO
0434	IVONEI APARECIDA GRANEMANN	ENFERMEIRO
0447	PATRICIA APARECIDA MIGLIOLLI	ENFERMEIRO
0456	CARINE DAUFENBACH	ENFERMEIRO
0491	FRANCIELI HOLLAS	ENFERMEIRO
0492	ANA APARECIDA DA CUNHA DE MELLO	ENFERMEIRO
0496	BRUNA PEREIRA DOLBERTH	ENFERMEIRO
0505	MARA LUIZA VEBER DA ROCHA	ENFERMEIRO
0537	ADRIANE MARLENE VEZARO	ENFERMEIRO
0550	MARCIA KELLE MOURA DE SOUZA	ENFERMEIRO
0553	LEYLA REGINA DAL PIVA DE QUADROS	ENFERMEIRO
0567	NATALIA FANTINEL	ENFERMEIRO
0571	FABIANA FAEDO ESCOLARI	ENFERMEIRO
0572	NEURIDIANE ISABELITA PASQUALIN	ENFERMEIRO
0576	FERNANDA BARATO	ENFERMEIRO
0580	VIVIANE MOREIRA SPINDOLA	ENFERMEIRO
0597	WILLIAN SCHRODER	ENFERMEIRO
0605	ROSANE LOPES DUARTE	ENFERMEIRO
0608	ALICE LORENI GOMES DE LAFAVERA	ENFERMEIRO
0611	ARIADNE LUCIANA HACK	ENFERMEIRO
0621	MARYANA DOS SANTOS	ENFERMEIRO
0633	ROBSON JOÃO ROSA	ENFERMEIRO
0635	ELIS MARINA ANDRADE RETZLAFF	ENFERMEIRO
0637	LOURENAI PEREIRA DOS SANTOS	ENFERMEIRO
0656	MARIA ALVES CARNEIRO	ENFERMEIRO
0658	THAYSE DANIELLE MATOS	ENFERMEIRO
0664	CRISTINA MILAN	ENFERMEIRO
0683	JEANE CRISTINA BENDLIN	ENFERMEIRO
0684	TATIANE APARECIDA MOREIRA COSTA OLIVEIRA	ENFERMEIRO
0693	MONICA EMANUELE KOPSEL	ENFERMEIRO
0704	MÁRCIA LEMOS	ENFERMEIRO
0719	ELAINE GRANEMANN SOUZA	ENFERMEIRO
0724	SIMONE PONTES DE SOUZA	ENFERMEIRO
0728	ANDRESSA LAIARA FERRONATTO	ENFERMEIRO
0737	ADRIANA REGINA BATAGLIN	ENFERMEIRO
0752	ALINE LOURENÇO RODRIGUES FIGUEIRÓ	ENFERMEIRO
0754	SILVIA REGINA CAMPOS	ENFERMEIRO
0786	GIOVANNA ZANOTTO DA ROCHA	ENFERMEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0802	VANESSA SOUSA SILVA	ENFERMEIRO
0806	LICEIA RINALDI RAMOS	ENFERMEIRO
0811	ANA CRISTINA MIRANDA	ENFERMEIRO
0815	GILVANEI SANTOS ORTIZ	ENFERMEIRO
0821	JULIANA MARA CAMPOS DA ROCHA KOJIKOSKI	ENFERMEIRO
0851	SILVANA CLAUDIA GIACOMELLI DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO
0853	RODRIGO MORALES EBERSOL	ENFERMEIRO
0857	SANDRA APARECIDA MULLER WALTRICK	ENFERMEIRO
0869	ELISÂNGELA PADILHA	ENFERMEIRO
0876	BRUNA ALMEIDA DA SILVA	ENFERMEIRO
0877	FABÍOLA NATÉL DE PAULA	ENFERMEIRO
0883	KARIN CRISTINA DENARDI	ENFERMEIRO
0885	KENNYA SOARES LIMA	ENFERMEIRO
0918	JENIFFER ANDREZZA DE SOUZA	ENFERMEIRO
0939	ROSANGELA BEREZOWSKI	ENFERMEIRO
0944	BRUNA ROSIANI ANDRADE	ENFERMEIRO
0950	NERIANE HEUSSER LERMEN	ENFERMEIRO
0963	AIRISON GUEDES ANTUNES DOS SANTOS	ENFERMEIRO
0969	ALEXANDRE ENGEL	ENFERMEIRO
0976	ROSELAINE CARDOSO	ENFERMEIRO
0981	TAINA PAULA BRITO	ENFERMEIRO
0984	TAILANA BAZZO	ENFERMEIRO
0993	ANDERSON GONDIM ROQUE	ENFERMEIRO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0207	REGIANE MACIEL BATISTA	FARMACÊUTICO
0297	ELAINE CRISTINA DE SOUZA	FARMACÊUTICO
0878	DEISI HENTZ KOCHHANN	FARMACÊUTICO
0920	CLEONICE ROZA ANTUNES	FARMACÊUTICO
0983	FERNANDO SICKA	FARMACÊUTICO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0443	MAIRON LEONAM RIBEIRO	FISCAL DE TRIBUTOS
0508	GERUSA CAROLINE DAVID	FISCAL DE TRIBUTOS

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0476	MAYRA PAULA ALVES PACHECO	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
0640	BRUNA DA APARECIDA FRANCO	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
0725	WILMAR MOREIRA DE ALMEIDA JUNIOR	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
0738	JULIANE DAS NEVE DIAS	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
0817	DIONATAN DE SOUZA CAMARGO	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
0908	ADRIANA DO PRADO TONCHAK	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
0954	LARISSA DE CASSIA SCHIMITH	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0019	EMANOELI PRISCILA DOMINGUES DA SILVA	FISIOTERAPEUTA
0232	TIAGO SOLIMAN	FISIOTERAPEUTA
0291	THUYANNA MALÚ DIAS	FISIOTERAPEUTA
0302	CAMILA LOUISE GRALOV	FISIOTERAPEUTA
0450	JANISSE CATARINA GONÇALVES DE SOUZA	FISIOTERAPEUTA
0545	ALLYNE PAULA SANTOS	FISIOTERAPEUTA
0574	TALITTA PADILHA MACHADO	FISIOTERAPEUTA
0584	EDILAINE CRIMINACIO DE OLIVEIRA	FISIOTERAPEUTA
0644	ALANNA DE ALMEIDA	FISIOTERAPEUTA
0689	SIMONE ANGELA SCOLARO	FISIOTERAPEUTA
0690	ELISIANE DIAS	FISIOTERAPEUTA
0709	FERNANDO RENATO DIOGO JACINTO DE OLIVEIRA	FISIOTERAPEUTA
0743	DANIEL LUIS ARIOTTI	FISIOTERAPEUTA
0757	POLYANNA APARECIDA AMARAL VERONEZI	FISIOTERAPEUTA
0765	INDAIARA FELISBINO	FISIOTERAPEUTA
0778	FABIANO BAZEN COSER	FISIOTERAPEUTA
0785	DENIVON TOMCHAK	FISIOTERAPEUTA
0814	GISLAINE APARECIDA DA SILVA	FISIOTERAPEUTA
0824	IRINEU STEPHANE FILHO	FISIOTERAPEUTA
0829	PATRICIA CRISTIANE ZAGO	FISIOTERAPEUTA
0923	PATRICIA ALLAGE	FISIOTERAPEUTA
0935	SILVANA PRIGOL	FISIOTERAPEUTA
0974	VERONICA LEONOR FRANÇA	FISIOTERAPEUTA
0978	FRANCINE DEMARCHI	FISIOTERAPEUTA

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0170	ALEXANDRE DE BRITO CARDOSO	MÉDICO
0323	JOEL WORMA DE SOUZA	MÉDICO
0410	DANIEL NASCIMENTO DA COSTA	MÉDICO
0503	MARSELLE ROCHA MARTINELLI	MÉDICO
0666	DANIEL BARROS GARCIA HERNANDES	MÉDICO
0723	ANDERSON ZESCHAU	MÉDICO
0826	NATHALIE CRISTI GALVAN	MÉDICO
0986	CÍNTIA SIMONE FETT	MÉDICO
0998	RENAN DOS SANTOS PEREIRA	MÉDICO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0020	ALINE DIEFENBACH GOMES	MÉDICO VETERINÁRIO
0084	ALINE CRISTINA DALL ORSOLETTA	MÉDICO VETERINÁRIO
0094	MAILTON RAFAEL WOLFART	MÉDICO VETERINÁRIO
0111	LUIZ GUSTAVO ESTOELE DEBOITE	MÉDICO VETERINÁRIO
0113	FELIPE MACHADO VIEIRA	MÉDICO VETERINÁRIO
0125	ANA MAIRA DE CEZARO	MÉDICO VETERINÁRIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0157	KÁTIA ROSO	MÉDICO VETERINÁRIO
0162	LUIZ CARLOS LEITE	MÉDICO VETERINÁRIO
0268	RODRIGO AZAMBUJA MACHADO DE OLIVEIRA	MÉDICO VETERINÁRIO
0288	BRUNA BENDER PRANDO	MÉDICO VETERINÁRIO
0380	JOANA VALENTI	MÉDICO VETERINÁRIO
0392	SADI JAIME SANDIN JÚNIOR	MÉDICO VETERINÁRIO
0455	FERNANDA GEMELLI	MÉDICO VETERINÁRIO
0471	KAROLI BOBATO REGAILO	MÉDICO VETERINÁRIO
0515	CLAUDIA GAIOVIS	MÉDICO VETERINÁRIO
0551	JULIANA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	MÉDICO VETERINÁRIO
0552	EDILSON ANDRADE	MÉDICO VETERINÁRIO
0564	HENRIQUE FERNANDO DRISSEN ROSA	MÉDICO VETERINÁRIO
0578	RENAN MARCOS FARINA	MÉDICO VETERINÁRIO
0617	PAULA COSTA LIS	MÉDICO VETERINÁRIO
0627	VALÉRIA COLDEBELLA	MÉDICO VETERINÁRIO
0718	DENISE DE SENNA CARDOSO	MÉDICO VETERINÁRIO
0734	HENRIQUE SCHWERTNER GOELLNER	MÉDICO VETERINÁRIO
0756	BERNARDO MANSUR SCHIMALESKI	MÉDICO VETERINÁRIO
0766	KARIM BOEING PADILHA	MÉDICO VETERINÁRIO
0774	PATRÍCIA WARZENSACKY GOTTARDO BALESTRIN	MÉDICO VETERINÁRIO
0793	GIANICE DE ALMEIDA SOLANO	MÉDICO VETERINÁRIO
0813	JOÃO EDUARDO CARDOSO DA SILVA	MÉDICO VETERINÁRIO
0843	ALAN LENGERT	MÉDICO VETERINÁRIO
0845	ALEX LENGERT	MÉDICO VETERINÁRIO
0864	KELYN CRISTINE WENTZ	MÉDICO VETERINÁRIO
0867	JEAN ALVIR BENDLIN	MÉDICO VETERINÁRIO
0873	GABRIEL FERNANDO TERCÍ	MÉDICO VETERINÁRIO
0888	JADERSON CANALLE	MÉDICO VETERINÁRIO
0906	KAIANA CHRISTINA MORANDINI	MÉDICO VETERINÁRIO
0961	CRISTIANO ARISTIDES TORTATO	MÉDICO VETERINÁRIO
0997	CARLA SOUZA DE OLIVEIRA	MÉDICO VETERINÁRIO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0146	ADOLAR GITO DE LORENA	MOTORISTA
0184	AMAURO INHAIA	MOTORISTA
0355	FERNANDO JOSUE DIAS	MOTORISTA
0376	VALDECIR ANTUNES	MOTORISTA
0441	JAIR ALVES DE CARVALHO	MOTORISTA
0731	VALDIR MOREIRA PEPES	MOTORISTA
0761	JOSE ADEMIR GRANEMANN DE MELO	MOTORISTA
0784	JOAO CARLOS RIZZO MOREIRA	MOTORISTA
0980	ALESSANDRO MORAES ROSA	MOTORISTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0030	EDIPO CARLOS MOREIRA	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0139	ADRIANO MORAES DA SILVA	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0185	ANDRÉ FRANCISCO DOS ANJOS	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0235	VOLNEI FERREIRA RAFAELI	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0307	MARCELO INEIAS CORREA	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0334	JOSÉ ADEMIR CORRÊA SUBTIL	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0350	VALDIR BATISTA DE FREITAS	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0407	ODAIR JOSE SOARES TERCENIO	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0435	VANDERLEI SIMAO	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0437	PAULO CEZAR FIDELIS RIBEIRO	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0532	RENI ANTONIO MAFIOLETTI	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0590	ALESSANDRO GRANEMANN SOUZA	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0615	NILTON ALVES DOS SANTOS	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0659	RUI SOARES DOS SANTOS	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0711	VANDERLEI KLUG	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0828	LAERCIO ROSA	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0838	ANDERSON LUIZ DA COSTA	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR
0970	VASCONCELO CARLIM DA SILVA	MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0022	ARMANDO NUNES DA SILVA JUNIOR	ODONTÓLOGO
0043	FRANCINE ALLAGE	ODONTÓLOGO
0130	ELISANGELA GRANDE GUIOTTI	ODONTÓLOGO
0195	KAROENE CRISTINA DÁVILA DENARDI	ODONTÓLOGO
0205	REGIS FABIANO DE OLIVEIRA	ODONTÓLOGO
0262	LUCIANO DE OLIVEIRA	ODONTÓLOGO
0299	MARINA POLO	ODONTÓLOGO
0316	BRUNO LUCAS BUZZI TORRES	ODONTÓLOGO
0321	JULIANA ROYER HEIDMANN	ODONTÓLOGO
0351	DIRCE TEREZINHA CORREA	ODONTÓLOGO
0379	EVERTON SANTOS FERREIRA	ODONTÓLOGO
0468	OTÁVIO FRANCISCO GOMES DIAS	ODONTÓLOGO
0479	ANGÉLICA SITA BENDER	ODONTÓLOGO
0514	LISLÂNIE THAELIS TRANCOSO	ODONTÓLOGO
0521	FLAVIA BALVEDI MEDEIROS THIBES PEREIRA	ODONTÓLOGO
0547	MAIKON PEDRO FABIAN	ODONTÓLOGO
0561	PAULA CRISTINA RECH	ODONTÓLOGO
0593	ALEXANDRE ZAMBONINI MOREIRA	ODONTÓLOGO
0613	LEONARDO CASTILHO	ODONTÓLOGO
0648	HELENTON LUIS DZIECINNY	ODONTÓLOGO
0667	FRANCIANE GOMES	ODONTÓLOGO
0681	BRUNA DAMASCENO DA SILVA	ODONTÓLOGO
0726	ROBSON JOVIANO CAGNINI	ODONTÓLOGO



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0739	ANA LUCINEA BERTELLI	ODONTÓLOGO
0742	MÁRCIO CAVALLI LAGRECA	ODONTÓLOGO
0771	ANDRE LUIZ OLIVEIRA DE ARAUJO GUTERVIL	ODONTÓLOGO
0772	JESSICA BARASUOL	ODONTÓLOGO
0816	ROBERTA VEDANA ERCKMANN	ODONTÓLOGO
0837	SUSILEIDE DANIELE RODRIGUES PUTTI	ODONTÓLOGO
0866	TIAGO CASSOL	ODONTÓLOGO
0879	DANIELA LANDO	ODONTÓLOGO
0957	ANUBA TIANA PIOVESANA	ODONTÓLOGO
0964	LUCIANA HENKES	ODONTÓLOGO
0982	JULIO FRANCISCO ROLOFF DE MELO	ODONTÓLOGO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0014	ROBERTO CAETANO MORAES	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0204	ANTONIO MAEBERG PADILHA	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0303	MAYARA DE FÁTIMA CARLIN	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0436	CAMILA OLIVEIRA DE LIMA CAMPOS	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0493	TAFAREL JULIO FARIAS	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0538	JOAO PAULO DE OLIVEIRA	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0624	CAROLINA DE CÁSSIA CAVALHERI	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0669	TATIANE AP MAIBERG QUERINO	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0787	EMANOEL DIEGO DE OLIVEIRA ISRAEL	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0832	DANIELE JACIARA TELLES DA COSTA	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0836	VIVIANE APARECIDA DA SILVA	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0848	TAINA GRAZZIOTIN	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0945	MARCELO BORBA DO VALLE	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0948	LETICIA DOS SANTOS GOMES	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0949	WILLIAM ANGELO RIZZO	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0959	GLEICE DOS SANTOS	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0960	ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS	OFICIAL ADMINISTRATIVO
0971	JAINE DA ROCHA CORDEIRO	OFICIAL ADMINISTRATIVO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0356	CEZARIO DIAS DE SOUZA	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
0562	GABRIEL FERNANDO ROCHA	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
0647	DANIEL DE SOUZA PIRES	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA
0692	ITAMAR RODRIGUES AZEVEDO	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADA

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0264	DIEGO COSTA VILAÇA	PROFESSOR DE DANÇA
0267	ANDRIELY GUSI	PROFESSOR DE DANÇA
0598	ELIZANDRA ROSA DOS SANTOS CARNEIRO	PROFESSOR DE DANÇA
0639	ALYSSA OHANA SOARES	PROFESSOR DE DANÇA
0702	ANA LUCIA DA SILVA CESAR	PROFESSOR DE DANÇA



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0893 JOSIELLE BATISTA SOUZA
0941 VANUSA DE OLIVEIRA CORRÊA

PROFESSOR DE DANÇA
PROFESSOR DE DANÇA

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0259	GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO	PSICÓLOGO
0374	ROSANE REGINA DE SOUZA	PSICÓLOGO
0405	EDNA DIAS DE OLIVEIRA	PSICÓLOGO
0422	DIANA CASTILHO	PSICÓLOGO
0431	ANDRÉIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES	PSICÓLOGO
0475	LILIANE CRIMINANCIO	PSICÓLOGO
0544	DÉBORA AUERSWALD DE MORAIS	PSICÓLOGO
0607	MARCELO LUIZ MARQUES	PSICÓLOGO
0614	ANDERSON CASTILHO	PSICÓLOGO
0650	MAIARA DE CASSIA BOLZANI	PSICÓLOGO
0688	DAIANE APARECIDA COPELI	PSICÓLOGO
0701	THAISE LILIAN GROTH	PSICÓLOGO
0729	MÔNICA CARDOSO	PSICÓLOGO
0803	CRISTIANE SCHINEIDE	PSICÓLOGO
0825	LILIANE SCHEFFMACHER DE SOUZA XAVIER	PSICÓLOGO

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0087	PAULA ANDRESSA GOETTEN	RECEPCIONISTA
0116	JOSÉ AUGUSTO SCHEFFMACHER	RECEPCIONISTA
0138	ROSENILDE DO AMARAL SCHEFFMACHER	RECEPCIONISTA
0143	CLAUDIANE DO AMARAL SCHEFFMACHER	RECEPCIONISTA
0150	HELEN CAROLINE GOIS	RECEPCIONISTA
0215	JOSIANE FERNANDES CARDOSO	RECEPCIONISTA
0280	ANDRE GIOVANE DA SILVA DOMINGUES	RECEPCIONISTA
0454	CLAUDIA TATIANE DE SOUZA	RECEPCIONISTA
0460	NADIANNE REGINA DE SOUZA	RECEPCIONISTA
0481	JENIFER APARECIDA DE SOUZA MARCIANO	RECEPCIONISTA
0506	NAYRA ANGEL CORREA SUBTIL	RECEPCIONISTA
0535	SUELEN FRANCINI MOREIRA DA SILVA	RECEPCIONISTA
0591	THAIS SPOCZAK DOS SANTOS	RECEPCIONISTA
0641	ADRIANA FERLIN MELO	RECEPCIONISTA
0694	CRISTIANI DE MELO COSTA	RECEPCIONISTA
0716	CLARICE APARECIDA SCHIMITD CARVALHO DOS SANTOS	RECEPCIONISTA
0730	SIMONE APARECIDA ANTUNES	RECEPCIONISTA
0746	LARISSA DE SOUZA MATTOS	RECEPCIONISTA
0764	ALESSANDRA DA SILVA DOS SANTOS	RECEPCIONISTA
0781	ADRIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	RECEPCIONISTA
0783	LAISA GABRIELLA DOS SANTOS LIMA	RECEPCIONISTA
0839	ALINE DO PRADO FRANÇA	RECEPCIONISTA
0868	MARCELISE DA SILVA	RECEPCIONISTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0880	VANESSA PERETTI	RECEPCIONISTA
0909	JANAINA RENATA MATOS	RECEPCIONISTA
0915	KATIUSKA KELLY ROSA	RECEPCIONISTA
0922	MARILETE NOGUEIRA	RECEPCIONISTA
0934	JOSIANE APARECIDA CAYE LEMOS	RECEPCIONISTA
0936	JUCIELE RIBEIRO PALHANO	RECEPCIONISTA
0943	ELIZABETE SPAUTZ	RECEPCIONISTA
0958	SARLETE RIBEIRO	RECEPCIONISTA
0967	SAMANTA MAYER MARTINS GRANEMANN	RECEPCIONISTA

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0083	DAUTINA DOS SANTOS PADILHA DA SILVA	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0145	MARIA FRANCELINA PRESTES	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0174	BERENICE DE SOUZA	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0186	VALQUIRIA EMILIA TIBOLLA	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0198	MARIA DA LUZ BUENO	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0309	MARIA FRANCO HOFFMANN	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0310	NERLI GOMES DE OLIVEIRA	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0330	EMILIA CAMARGO FERREIRA VIEIRA	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0385	EDILAINE PAHL	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0420	ARLETE ALVES FERMINO	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0421	ANDREA ALVES FERMINO	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0442	NELIA GABRIEL DOS SANTOS	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0480	ADILSON ALVES DOS SANTOS	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0482	IRONI RODRIGUES CAVALEIRO DOS SANTOS	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0486	MAIARA ALBUQUERQUE ALVES	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0489	ROSELI FERREIRA	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0533	GISELE MEDEIROS DA SILVA CESAR	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0541	ERENITA DO PRADO VEIGA	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0542	ELIZETE GONÇALVES RIBEIRO	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0548	IDALCI DOMINGA MACHADO	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0565	MARILENE ALVES	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0646	ROSANA MEDEIROS DA SILVA CESAR	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0680	JOSIANA FORMAGINI	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0699	MARLI APARECIDA SCHMIDT VERONESE	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0708	NILZA MEIRELES DO PRADO	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0713	MARLI TEREZINHA BERTÉ DOS SANTOS	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0748	SEBASTIANA CLEUZA CARNEIRO	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0749	CAMILA DE LIMA	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0790	CLAUDETE DE CÁSSIA QUERINO	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0791	JUSSARA BINELLO	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0796	LEONILDA PINTO	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0847	ALIONA RIBEIRO DA SILVA	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
0881	ROSANA TIBES PERETTI	SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

0902 LUCIMARI APARECIDA KPEREL MELO
0907 JANAINA PADILHA FERNANDES
0975 SARITA SCHULTZ DA SILVA

SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS
SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0449	ALMIR LIDANI	TÉCNICO AGRÍCOLA
0924	RENATO LEANDRO	TÉCNICO AGRÍCOLA

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0012	DIEGO CASTILHO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0081	RUAN MEIRELES DA SILVA	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0100	ALONSO PAES CARNEIRO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0147	RUI BATISTA DOS SANTOS	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0322	RODRIGO FALIGUSKI STRINGHINI	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0340	LUCIANO DANIEL DICK	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0363	BRUNO RODRIGUES DE SOUZA	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0423	CLEITON GUESSER DE MELO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0528	JOÃO LEANDRO PEREIRA DA SILVEIRA	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0645	CRISTYAN ANDREY PIERDONÁ	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0661	ANDERSON CLAYTON COPINI	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0696	ANDRÉ LUIZ COPELLI	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0720	RICARDO MACALI CAMARGO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0727	ALAM CHRISTYAM BARZOTTO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0732	NATHAN CESAR DE LIMA	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0740	ALEX SANDRO BARZOTTO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0744	FERNANDO GRANEMANN A.DOS SANTOS	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0782	LUCIANO VIEIRA DA SILVA	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0865	FERNANDO ALAN URIO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0966	EVANDRO THOMAZ DE MELLO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
0994	JONATHAN DAVID	TÉCNICO EM INFORMÁTICA

INSC.	CANDIDATO(A)	CARGO
0193	ACIR GABRIEL RIBEIRO	VIGIA
0426	ANDERSON LUIZ PRESTES	VIGIA
0485	LUIZ PEREIRA	VIGIA
0534	AMADEUS FERREIRA DE SOUZA	VIGIA
0712	JOSE ADRIANO PEREIRA	VIGIA

Encontra-se aberto o prazo para recurso conforme disposto em Edital 001/2012 em seu Anexo VI do dia 26/10 ao dia 29/10 até as 19:00 hrs, mediante requerimento preenchido disponível no site da empresa www.aprenderesc.com.br na pagina inicial na guia "Processos em Andamento".

Prefeito Municipal
Ludovino Labas

Presidente da Comissão do Concurso Público
Rosane Dias Guesser

Lebon Régis(SC), 26 de Outubro de 2012.

WWW.APRENDERSC.COM.BR - FONE (49) 3522.3791

Página 16



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei N.º 924/2012

LEI N.º 924 DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

Dispõe sobre a criação do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Leoberto Leal - IPRELL, alteração dos §§8º e 10 do Art. 72 da Lei 148/2000 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e diante da determinação contida no art. 3º-A da Portaria MPS/GM n. 519/2011, acrescido pela Portaria MPS n. 170/2012, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado, diante da determinação contida no art. 3º-A da Portaria MPS/GM nº 519/2011, acrescido pela Portaria MPS nº 170/2012, o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Leoberto Leal - IPRELL, como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, cujas decisões serão registradas em ata.

Art. 2º O Comitê de Investimentos, criado nos termos do art. 1º desta Lei, integra a estrutura organizacional do IPRELL e terá em sua composição os seguintes membros:

- I - o Diretor-Executivo do IPRELL, como membro nato;
- II - o Tesoureiro do IPRELL, como membro nato;
- III - 01 (um) servidor efetivo ativo indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§3º Na ausência de algum dos membros do Comitê de Investimentos por período superior a 30 (trinta), este será substituído automaticamente pelo Presidente do Conselho Administrativo, até que seja procedida nova nomeação.

§4º Os membros do Comitê de Investimentos não perceberam remuneração de qualquer espécie.

§5º O mandato dos membros do Comitê de Investimentos:

- I - será de dois anos para o membro indicado, nos termos do inciso III do caput deste artigo;
- II - será pelo período em que estiver nomeado, para o cargo de Diretor-Executivo ou Tesoureiro do IPRELL.

§6º O mandato dos membros natos do Comitê de Investimentos perdura pelo período em que estiverem nomeados para os cargos de Diretor-Executivo e Tesoureiro do IPRELL.

§7º Os membros do Comitê de Investimentos serão nomeados através de Portaria emitida pelo Chefe do Poder Executivo.

Art.3º O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre, com a presença da maioria absoluta dos membros e, deliberará por maioria simples dos presentes.

Art. 4º O Comitê de Investimentos poderá ser convocado, extraordinariamente, por seu Presidente.

Parágrafo único. As convocações extraordinárias, juntamente com a ordem do dia, devem ser comunicadas com antecedência mínima de 02(dois) dias, ressalvada a ocorrência de fato relevante e emergencial.

Art. 5º Compete ao Comitê de Investimentos:

- I - acompanhar o desempenho da carteira de investimentos do IPRELL, em conformidade com os objetivos estabelecidos pela política de investimentos;
- II - analisar, avaliar e emitir recomendações sobre proposições de investimentos;
- III - propor a atualização da política de investimentos de acordo com a evolução da conjuntura econômica;
- IV - participar da reunião anual de aprovação da política de investimentos, com a participação dos membros do Conselho Administrativo do IPRELL;
- V - assegurar a prudência dos investimentos do IPRELL;
- VI - analisar os resultados da carteira de investimentos do RPPS municipal;
- VII - buscar o reenquadramento do plano, quando ocorrer alguma alteração ao longo do ano ou ocorrer alguma alteração na legislação;
- VIII - zelar pela promoção dos elevados padrões de ética na condução das operações relativas às aplicações dos recursos do IPRELL.

Parágrafo único. Qualquer alteração na política de investimentos somente poderá ocorrer após aprovação do Conselho Administrativo e Fiscal, ouvido o Comitê de Investimentos.

Art. 6º As atividades do Comitê de Investimentos iniciarão a partir de 01/10/2012.

Art. 7º O §§8º e 10 do art. 72 da Lei 148/2000 passam a vigorar a partir de 01/01/2013, com a seguinte redação:

0,

"Art. 72

()

§8º O Conselho reunir-se-á ordinariamente, a cada trimestre, e extraordinariamente mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 04 (quatro) de seus membros.

§9º

§10 As decisões do Conselho Administrativo serão registradas em ata."

Art. 8º Fica determinado que os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal devem reunir-se no mês de dezembro de cada ano para aprovar expressamente a política de investimentos para o exercício seguinte.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 25 de outubro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Decreto N.º 100/2012

DECRETO Nº 100, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012.

"ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 920 de 24 de outubro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas dotações do orçamento da seguridade social Vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	72.194,84

Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	72.194,84
Função	10	Saúde	72.194,84
Sub-Função	301	Atenção Básica	72.194,84
		Saúde com Excelência	72.194,84
Programa	6		72.194,84
Projeto/ Atividade	2.016	Atenção Básica	72.194,84
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	72.194,84
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	70.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	70.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.194,84
		Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	2.194,84
Modalidade de Aplicação	91		
		Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde	72.194,84
Fonte de Recurso	0.1.0002		72.194,84
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			72.194,84

Art. 2º O recurso para atender o disposto no artigo anterior, correrá por conta da anulação, na dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	72.194,84
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	72.194,84
Função	15	Urbanismo	72.194,84
Sub-Função	451	Infra-Estrutura Urbana	72.194,84
Programa	10	Revitalização da Área Urbana	72.194,84
Projeto/ Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	72.194,84
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	72.194,84
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	72.194,84
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	72.194,84
		Recursos Ordinários	72.194,84
Fonte de Recurso	0.1.0000		72.194,84
TOTAL DA ANULAÇÃO			72.194,84

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de Outubro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 101/2012

DECRETO Nº 101, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 921 de 24 de outubro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas dotações do Orçamento Fiscal Vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	38.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	38.000,00
Função	28	Encargos Especiais	38.000,00
Sub-Função	845	Outras Transferências	38.000,00
Programa	0	Encargos Especiais	38.000,00
Projeto/ Atividade	0.001	Contribuição ao Pasep	38.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	38.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	38.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	38.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	38.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			38.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	38.00,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	38.000,00
Função	12	Educação	32.250,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	23.636,00
Programa	4	Educação é Tudo	23.636,00
Projeto/ Atividade	2.009	Transporte Escolar - Ensino Infantil	23.636,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	23.636,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	23.636,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	23.636,00
		Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	23.636,00
Fonte de Recurso	0.1.0001		23.636,00
Sub-Função	364	Ensino Superior	8.614,00
Programa	4	Educação é Tudo	8.614,00

Projeto/ Atividade	2.013	Apoio ao Transporte de Alunos Universitários	8.614,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	8.614,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	8.614,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	8.614,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	8.614,00
Função	27	Desporto e Lazer	5.750,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	5.750,00
Programa	5	Cultura Esporte e Turismo	5.750,00
Projeto/ Atividade	1.038	Instalação de Academia ao Ar Livre	5.750,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.750,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.750,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	5.750,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.750,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			38.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de Outubro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Decreto N.º 102/2012

DECRETO Nº 102, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 922 de 24 de outubro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas dotações do Orçamento Fiscal Vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	117.494,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	117.494,00
Função	12	Educação	117.494,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	117.494,00
Programa	4	Educação é Tudo	117.494,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	117.494,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	117.494,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00

Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	100.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	17.494,00
Modalidade de Aplicação	91	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	17.494,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	117.494,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			117.494,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	117.494,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	117.494,00
Função	12	Educação	4.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	4.000,00
Programa	4	Educação é Tudo	4.000,00
Projeto/ Atividade	1.006	Construção de Salas de Aula	4.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	4.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	4.000,00
Função	12	Educação	10.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	10.000,00
Programa	4	Educação é Tudo	10.000,00
Projeto/ Atividade	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	10.000,00

Fonte de Recurso	0.1.0001	Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	10.000,00
Função	12	Educação	5.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	5.000,00
Programa	4	Educação é Tudo	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.009	Construção de Quadra Esportiva Coberta para Escolas Municipais	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	5.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	20.000,00
Sub-Função	695	Turismo	20.000,00
Programa	5	Cultura Esporte e Turismo	20.000,00
Projeto/ Atividade	1.013	Construção de um Mirante – Turismo	20.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	20.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	20.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	2.494,00
Sub-Função	695	Turismo	2.494,00
Programa	5	Cultura Esporte e Turismo	2.494,00
Projeto/ Atividade	1.039	Construção de um Monumento ao Tropeiro	2.494,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.494,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.494,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	2.494,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	2.494,00
Função	12	Educação	10.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	10.000,00
Programa	4	Educação é Tudo	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto – Ensino Infantil	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	10.000,00

Fonte de Recurso	0.1.0001	Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	10.000,00
Função	12	Educação	38.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	38.000,00
Programa	4	Educação é Tudo	38.000,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério – Ensino Fundamental (60% FUNDEB)	38.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	38.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	38.000,00
Modalidade de Aplicação	91	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	38.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	38.000,00
Função	12	Educação	28.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	28.000,00
Programa	4	Educação é Tudo	28.000,00
Projeto/ Atividade	2.009	Transporte Escolar – Ensino Infantil	28.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	28.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	28.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	28.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	28.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			117.494,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de Outubro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 103/2012

DECRETO Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE”

A Prefeita de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 923 de 24 de outubro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas dotações do Orçamento da Seguridade Social Vigente, com a seguinte classificação, no valor de:



Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.236,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.236,00
Função	08	Assistência Social	25.236,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	25.236,00
Programa	7	Vivendo com Amor	25.236,00
Projeto/ Atividade	2.021	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistencial Social	25.236,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.236,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	25.236,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	25.236,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	25.236,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			25.236,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	5.000,00
Função	04	Administração	5.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	5.000,00
Programa	2	Gestão com Excelência	5.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	5.715,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	5.715,00
Função	04	Administração	5.715,00
Sub-Função	122	Administração Geral	5.715,00
Programa	3	Gestão Geral e Administrativa	5.715,00

Projeto/ Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	4.420,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	4.420,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.420,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	4.420,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.420,00
Programa	12	Fortalecimento do Município	1.295,00
Projeto/ Atividade	2.032	Contribuição a Entidades Municipais	1.295,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.295,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.295,00
Modalidade de Aplicação	50	Transferência a Instituições sem fins Lucrativos	1.295,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.295,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.521,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.521,00
Função	08	Assistência Social	9.521,00
Sub-Função	241	Assistência ao Idoso	4.000,00
Programa	7	Vivendo com Amor	4.000,00
Projeto/ Atividade	2.024	Integração do Idoso	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	5.521,00
Programa	7	Vivendo com Amor	5.521,00
Projeto/ Atividade	2.025	Apoio ao Grupo de Mulheres	5.521,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.521,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.521,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.521,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.521,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.000,00
Função	26	Transporte	5.000,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviário	5.000,00
Programa	10	Revitalização da Área Urbana	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.025	Construção de Abrigo de Passageiro	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesa de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	5.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recurso Ordinário	5.000,00
TOTAL DA ANULÇÃO			25.236,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de Outubro de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Edital de Licitação Nº 002/2012

EDITAL DE LICITAÇÃO
NO 002/2012

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
FORMA: EXECUÇÃO INDIRETA
REGIME: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBETO LEAL, através da Comissão de Licitações, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público que realizar-se-á no próximo dia 14 de novembro de 2012, às 14h (quatorze) horas, na sede da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LEOBERTO LEAL, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, CEP-88.445-000 - LEOBERTO LEAL - SC, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO ELÉTRICO E O PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO NA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, sendo a presente licitação do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

I - DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada, em regime de empreitada por menor preço global, PARA EXECUTAR O PROJETO ELÉTRICO E O PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO NA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, edificada no imóvel situado na Av. Adolfo Scheidt, município de Leoberto Leal, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Ituporanga, sob o nº. R-3-13.045, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Edital e os seguintes anexos que o integram:

- a) Anexo I - Minuta de Contrato
- b) Anexo II - Modelo de Declaração de Cumprimento do Disposto

no inciso

XXXIII do art.. 7º da Constituição Federal.

c) Anexo III – Modelo de Declaração de submissão às condições do Edital e seus Anexos.

d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Vistoria ao local da Obra

e) Anexo V - Modelo de Declaração de inexistência de Fatos Impeditivos e da Habilitação.

f) Anexo VI – Modelo de Declaração de que recebeu todos os documentos necessários a elaboração da proposta.

g) Anexo VII – Quadro Quantitativo de Custos;

h) Anexo VIII - Cronograma Físico-Financeiro e Orçamento.

I) Anexo IX - Projetos

1. Projeto Elétrico – Folhas E-1 a E-2;

2. Projeto Elétrico e Telefônico – Folha TE-1

3. Projeto Preventivo elétrico – Folha I-1;

4. Projeto de Prevenção Contra Incêndio – Folha P01 a P02;

j) Anexo X – Termo de Renúncia da Habilitação;

I) Anexo XI – Termo de Renúncia da Proposta.

1.1- As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Edital, previstos na Lei nº 655/2009 - PPA 2010-2013 – correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

01.01 01.031.0001 1.001 4.4.90.00.00.00.00.0175 (Câmara Municipal de Vereadores – Construção da Sede do Poder Legislativo – Recurso Ordinário)

II - DOS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação todas as empresas cadastradas ou interessadas no fornecimento do objeto acima descrito.

2.2 - Não podem participar desta licitação as empresas que:

2.2.1 - Tiverem contratos rescindidos, por culpa ou dolo, com o Poder Público;

2.2.2 - Tiverem seus cadastros cancelados;

2.2.3 - Tenham sido declaradas impedidas de se cadastrarem, licitarem ou contratarem com o Poder Público, enquanto durar o impedimento.

2.2.4 - Tenham seus cadastros suspensos.

2.2.5 - Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o Poder Público, de acordo com o previsto no Inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

2.2.6 – Com falência decretada.

III - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E DOCUMENTOS PARA CADASTRAMENTO E RENOVAÇÃO:

3.1 – Poderão participar da presente licitação na modalidade Tomada de Preços as empresas:

3.1.1 - Com inscrição prévia no “CADASTRO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS” da Câmara Municipal de Leoberto Leal, até o terceiro dia anterior ao recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

3.1.2 - Interessadas, não cadastradas ou com cadastro desatualizado ou vencido, deverão providenciar seu cadastramento,



atualização ou renovação, até o terceiro dia anterior à data prevista para o recebimento das propostas, conforme preconiza o parágrafo segundo do artigo 22 da Lei nº 8.666/93.

3.2 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CADASTRAMENTO E RENOVAÇÃO

Os documentos necessários ao cadastramento, renovação ou habilitação poderão ser apresentados em original por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou pela Comissão, mediante a apresentação dos originais ou publicação em órgão de imprensa oficial. São necessários para o cadastramento ou sua renovação:

3.2.1 - Cédula de identidade;

3.2.2 - Registro comercial, se empresa individual;

3.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documento de eleição de seus administradores;

3.2.4 - Inscrição do ato constitutivo, no Cartório de Títulos e Documentos no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de eleição da diretoria em exercício;

3.2.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.2.6 - Prova de inscrição no CPF ou CNPJ;

3.2.7 - Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratante;

3.2.8 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio;

3.2.9 - Prova de regularidade relativa à seguridade social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por lei;

3.2.10 - Prova de regularidade de situação com o FGTS;

3.2.11 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

3.2.12 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, ou balanço de abertura, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

3.2.13 - Certidão negativa de falência ou concordata, expedido pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

3.2.14 - Certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;

3.2.15 - Os documentos necessários ao cadastramento, renovação ou habilitação poderão ser apresentados em original por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou pela Comissão, mediante a apresentação dos originais ou publicação em órgão de imprensa oficial.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA "DOCUMENTAÇÃO,

PROPOSTA DE EXECUÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS".

4.1 - A "DOCUMENTAÇÃO" - (envelope nº 01) e a "PROPOSTA DE EXECUÇÃO E DE PREÇOS" - (envelope nº 02) deverão ser apresentadas em 01 (uma) via e em envelopes fechados com as seguintes subscrições:

4.1.1 ENVELOPE Nº 01:

À
CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2012
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO
EMPRESA

4.1.2 ENVELOPE Nº 02:

À
CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2012
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE EXECUÇÃO E DE PREÇOS
EMPRESA

4.2 - Na data, hora e local, determinados no preâmbulo deste edital de licitação n.º 002/2012, serão recebidos:

4.2.1 - ENVELOPE N. 01 - "DOCUMENTAÇÃO", o qual deverá conter como condição básica para participação da licitação os seguintes itens:

– DA HABILITAÇÃO

Cópia do Certificado de Registro Cadastral emitido pela Câmara Municipal de Leoberto Leal acompanhados das Certidões de Negativa de Débitos perante a Previdência Social e do FGTS;

Documentos e certidões que foram apresentados para cadastramento que estejam vencidos na data do certame;

Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 27.10.99), conforme modelo constante no Anexo II deste edital de Tomada de Preços

Declaração de plena submissão às condições deste Edital e seus anexos em todas as fases da licitação (Anexo III);

Todos os licitantes deverão apresentar atestado de vistoria ao local da obra, (anexo IV) devendo a mesma, vistoriar o local a ser executado o referido serviço, para se familiarizar com a obra e suas peculiaridades, não se admitindo posterior desconhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento do objeto desta licitação.

O licitante, cadastrado ou não, deverá apresentar declaração expressa, sob as penas da Lei, que ATÉ A DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA A SUA HABILITAÇÃO NO REFERIDO PROCESSO LICITATÓRIO ou EM CONTRATAR COM OS PODERES PÚBLICOS (ANEXO V).

– DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Todos os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

Comprovante de inscrição ou registro do seu Responsável Técnico e da empresa, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA.

01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa

jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove que a empresa, já executou serviços compatíveis com o objeto licitado.

A empresa deverá demonstrar que mantém relação de emprego ou contrato de prestação de serviços com profissional de nível superior, em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta. O vínculo do profissional com a empresa deverá ser comprovado através de cópia autenticada do registro profissional na carteira do trabalho. O vínculo do profissional com a empresa, caso não seja o seu empregado, deverá ser comprovado através de Contrato de Prestação de Serviços. Este profissional, devidamente registrado no CREA para o exercício da função de responsável técnico, será o responsável técnico pela obra.

Declaração do licitante de que recebeu todos os documentos necessários a elaboração da proposta e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Anexo VI).

4.2.2 - Os documentos necessários a habilitação, poderão ser apresentados em fotocópias autenticadas por cartório ou servidor municipal designado e desde que perfeitamente legíveis, sendo reservado à Comissão, o direito de exigir a apresentação dos originais, caso julgue necessário.

4.3.1 - ENVELOPE N. 02 - "PROPOSTA DE EXECUÇÃO E DE PREÇOS", o qual deverá conter:

4.3.1.1 - Quadro de Quantidades e Custos, conforme anexo I;

4.3.1.2 - Cronograma Físico-Financeiro;

4.3.1.3 - O Prazo de execução proposto, é o constante do cronograma físico financeiro apresentado pela proponente, podendo ser prorrogado mediante justificativa escrita pelo interessado e aceita pelas partes;

4.3.1.4 - Prazo de validade da proposta, não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua abertura.

4.3.1.5 - Na proposta o participante deverá fazer constar em separado o valor correspondente à mão-de-obra e aos materiais fornecidos para efeitos de incidência de tributação.

4.4 - Serão desconsideradas as propostas que deixarem de cumprir inteiramente ou em parte qualquer um dos itens dos envelopes nº. 01 e 02.

4.5 - Também serão desconsideradas, as propostas cujos preços estejam abaixo de 60% (sessenta por cento) do orçamento da obra fornecido pela Câmara Municipal constante deste Edital.

V - DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTAS E DO PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

5.1 - Na data, horário e local indicados neste Edital, a Comissão de licitação receberá dos proponentes, os envelopes contendo a documentação e as propostas mediante recibo de entrega;

5.2 - Após o Presidente da Comissão de Licitação ter declarado estar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito;

5.3 - Os documentos retirados do envelope, para o julgamento da habilitação, serão rubricados por todos os presentes facultando-se aos interessados o exame dos mesmos;

5.4 - Caso a Comissão de Licitação julgue conveniente, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, a fim de que tenha

melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir com os interessados, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação;

5.5 - Em nenhuma hipótese, será concedido prazo para apresentação da documentação exigida no Edital e não apresentada na reunião destinada a Habilitação;

5.6 - Ocorrendo o caso previsto no item 4.4, a Comissão e participantes deverão rubricar todos os documentos apresentados e os envelopes lacrados, contendo as propostas, que ficarão em poder da Comissão, até que julgada a habilitação;

5.7 - O não comparecimento de qualquer dos participantes a nova reunião marcada, não impedirá que ela se realize, não cabendo ao ausente, o direito a reclamação de qualquer natureza;

5.8 - Do resultado da habilitação caberá recurso com efeito suspensivo na forma definida neste Edital;

5.9 - Julgada a habilitação e os recursos que tenham sido interpostos, somente serão abertos os envelopes contendo as propostas dos licitantes declarados habilitados;

5.9.1 - As propostas das empresas não habilitadas permanecerão em poder da Comissão, com os envelopes devidamente lacrados e rubricados por todos os participantes, até o termo final do prazo recursal de que tratam os itens 9.2 e 9.6;

5.9.2 - Abertos os envelopes das propostas, os respectivos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão e facultativamente, pelos representantes das licitantes presentes à reunião;

5.9.3 - Serão consideradas desqualificadas e desclassificadas as propostas que deixarem de atender a qualquer das disposições deste Edital;

5.9.4 - Caso a Comissão de Licitação julgue necessário, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, a fim de que tenha melhores condições de apreciar as propostas, marcando na oportunidade nova data e horário em que voltará a reunir-se com os interessados, ocasião em que será apresentado o resultado do julgamento das propostas;

5.10 - Das reuniões de recebimento, abertura e julgamento da habilitação e das propostas serão lavradas atas circunstanciadas, datilografadas, o registro de todas as ocorrências, por ventura ocorridos, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão e facultado aos proponentes presentes;

5.11 - O acolhimento para exame das propostas que se situam nas condições expressas deste Edital, não implica na obrigatoriedade da Licitante adjudicar ao autor de quaisquer delas os serviços objeto deste Edital;

VI - DISPOSIÇÕES PARTICULARES DA PROPOSTA

6.1 - Nos preços propostos deverão constar e ser computadas todas as despesas, inclusive instalação do canteiro de serviço, sinalização, energia elétrica, consumo de combustíveis, expediente, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das Leis Sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias não especificadas neste Edital e relativas aos trabalhos objeto desta licitação. Considerar-se-á que os preços nele fixados são completos e suficientes para pagar todas as obras. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se for devido a qualquer erro ou má interpretação, por parte do proponente;

6.2 - Poderão ser aceitas propostas em que se constatarem erros de cálculo no Quadro de Quantidades e Preços reservando-se a licitante o direito de corrigi-los na forma seguinte:

6.2.1 - Erro na multiplicação de preços unitários, pelas quantidades correspondentes, será retificado mantendo-se o preço unitário e quantidade, corrigindo-se o produto;

6.2.2 - Erro na adição será retificado conservando-se as parcelas corretas, trocando-se o total proposto pelo correspondente calculado;

6.2.3 - Qualquer item dos Quadros de Quantidades e Preços não cotados será considerado como valor "0" (zero) o que ocasionará a eliminação da proposta por não atender ao item 4.4;

6.2.4 - No caso de discordância entre o preço unitário e o total de cada item, prevalecerá o primeiro, ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último;

6.3 - Todas as propostas que contenham ressalvas, emendas, rasuras e entre linhas ou que estejam em desacordo com as normas e prescrições que regem a presente licitação serão desclassificadas;

6.4 - Não serão admitidas, sob pretexto algum, modificação ou substituição da proposta ou de qualquer documento.

VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - No julgamento das propostas, atendidas as condições prescritas no Edital, levar-se-á em conta:

7.1.1 - Menor preço Global;

7.2 - As propostas serão classificadas por ordem numérica crescente a partir da de menor preço, a que se atribuirá o primeiro lugar.

7.3 - Não serão levadas em consideração vantagens não previstas nos atos convocatórios da licitação, nem ofertas de redução sobre a proposta de menor preço.

7.4 - No caso de absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, a Comissão realizará o sorteio na forma da Lei;

7.5 - Do resultado do julgamento, caberá recurso com efeito suspensivo na forma definida neste Edital e na Lei 8.666/93.

VIII - DAS PENALIDADES

8.1 - A empresa proponente ou vencedora, conforme o caso, que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

8.1.1 - Multa;

8.1.2 Rescisão do contrato ou cancelamento da ordem de serviço;

8.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto a Câmara Municipal;

8.1.4 - Declaração de inidoneidade.

8.2 - Será aplicada multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto contratual não realizado, quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido à obrigação assumida.

8.3 - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da

contratação, quando a contratada ou a proponente:

8.3.1 - Recusar-se a assinar o contrato, estando sua proposta dentro do prazo de validade;

8.3.2 - Prestar informações inexatas ou criar embaraços a fiscalização;

8.3.3 - Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização da Câmara Municipal;

8.3.4 - Executar o objeto contratual em desacordo com o projeto, normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias as suas expensas;

8.3.5 - Desatender as determinações da fiscalização;

8.3.6 - Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

8.3.7 - Cometer faltas reiteradas na execução do objeto contratual;

8.3.8 - Não iniciar, sem justa causa, a execução do objeto contratual, no prazo fixado.

8.4 - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, quando a contratada:

8.4.1 - Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto contratual;

8.4.2 - Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte o objeto contratual;

8.4.3 - Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar dano a Câmara Municipal ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

8.5 - Constituem motivos para rescisão unilateral do contrato, independente das sanções legais e contratuais aplicáveis:

8.5.1 - A ocorrência de qualquer dos casos previstos nos itens 8.3 e 8.4 deste Edital, a critério da Câmara Municipal

8.5.2 - A decretação da falência, a solicitação de concordata, a liquidação ou dissolução da contratada, ou falecimento, no caso de firma individual;

8.5.3 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, em forma que prejudiquem a execução do contrato, a juízo da Câmara Municipal.

8.6 - A rescisão unilateral do contrato será formalizada por ato fundamentado do Presidente da Câmara Municipal.

8.7 - Sem prejuízo de qualquer sanção aplicáveis a critério da Câmara Municipal, a rescisão importará em:

8.7.1 - Assunção imediata dos trabalhos no estado e local em que se encontrarem, pela própria Câmara Municipal;

8.7.2 - Ocupação e utilização do local, das instalações, equipamentos e material empregados na execução do contrato, necessários a sua continuidade, mediante prévia avaliação para posterior ressarcimento ou devolução conforme o caso;

8.7.3 - Perda da garantia contratual;

8.7.4 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato;

8.7.5 - Responsabilização da contratada por prejuízos causados a Câmara Municipal e a terceiros.

8.8 - Sem prejuízos de outras sanções, aplicar-se-á a contratada a pena de suspensão do direito de licitar com a CÂMARA MUNICIPAL e seus órgãos descentralizados, pelos prazos de 03 (três) meses, 06 (seis) meses e por maiores prazos, em função da gravidade da falta cometida.

8.8.1 - Quando o objeto da licitação não for entregue e aceito até o vencimento do prazo estipulado, a suspensão será automática e perdurará até que seja feita a sua entrega, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e neste Edital.

8.9 - Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade quando a contratada, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé, a juízo da CÂMARA MUNICIPAL, independentemente das demais cabíveis.

8.9.1 - A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a ampla defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

IX - DOS RECURSOS

9.1 - São admissíveis, em qualquer fase da licitação ou da execução das obrigações dela decorrentes:

9.1.1 - Recurso;

9.1.2 - Pedido de reconsideração.

9.2 - O recurso será dirigido, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do ciente ao proponente, à autoridade que o houver determinado.

9.3 - O pedido de reconsideração será dirigido a autoridade imediatamente superior aquela que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, as demais autoridades.

9.4 - O pedido de reconsideração somente poderá ser interposto quando negado provimento ao recurso.

9.5 - O pedido de reconsideração deverá ser interposto no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da ciência do indeferimento do recurso.

9.6 - O recurso contra os termos do edital e seus anexos, ou suas especificações só poderá ser interposto até cinco dias úteis antes do prazo prefixado para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo ser julgado e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis.

9.7 - Os recursos contra o edital e seus anexos ou suas especificações, e os interpostos na fase de habilitação terão efeito suspensivo, aqueles interpostos em outras fases terão efeito devolutivo.

9.8 - Os pedidos de reconsideração e os recursos deverão observar os seguintes requisitos:

9.8.1 - Serem datilografados, digitados e devidamente

fundamentados;

9.8.2 - Serem assinados por representante legal da recorrente ou por procurador devidamente habilitado.

9.9 - Os pedidos de reconsideração e os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.10 - Na contagem dos prazos recursais, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, se este cair em dia sem expediente na Câmara Municipal o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

X - DO PAGAMENTO

10.1 - Os pagamentos serão efetuados a partir do 10º dia, após a aprovação dos serviços efetuados, observando-se o cronograma físico-financeiro, à vista da documentação fiscal fornecida pelo licitante.

10.2 - O pagamento será efetuado observadas as seguintes condições:

10.2.1 - A fatura corresponderá à prestação do serviço executado, mediante fiscalização e aceite pela Contratante, incluindo a legalização da obra, que não poderá ser inferior ao estipulado no cronograma físico-financeiro.

10.2.2 - Os pagamentos subsequentes, também ficam condicionados a prestação do serviço feita pela fiscalização de acordo com o cronograma físico-financeiro, conferência e aceite, sendo que os mesmos ficam condicionados a disponibilidade financeira do Poder Legislativo.

10.2.3 - A última fatura fica condicionada ao Termo de Recebimento Definitivo dos serviços executados.

10.3 - Para fins de pagamento a Contratada deverá encontrar-se em situação regular referente aos seguintes documentos:

I - Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND) e FGTS;
II - Certidão conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

10.4 - O licitante vencedor indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta-corrente para efetivação do pagamento.

10.5 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira da contratada com a Câmara Municipal, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

XI - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 - Executado o Contrato, o seu objeto será recebido:

11.1.1 - Provisoriamente, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, nomeada pelo Presidente da Câmara, composta no mínimo por 03 (três) membros, e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a comunicação escrita de entrega da obra pela Contratada e a emissão do termo de medição de acordo com o cronograma físico-financeiro.

11.1.2 - A Comissão comunicará diretamente a empresa contratada as irregularidades e as descreverá no verso do Termo de Recebimento Provisório ou em termo, que será anexado ao processo original, ou, não se verificando irregularidades, assinará o

Termo de Recebimento Provisório, que será anexado ao processo original, para fins de pagamento, conforme cronograma físico-financeiro;

11.1.3 – Definitivamente, pela comissão a qual se refere o item anterior, dentro de 60 (sessenta) dias corridos, após o recebimento provisório e precedido de vistoria que comprove a adequação da obra às disposições estabelecidas no Edital e em seus anexos, bem como, nas cláusulas contratuais, mediante Termo de Recebimento Definitivo, o qual será lavrado, se atendidas todas as reclamações da fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições que tenham sido verificadas na execução da obra.

11.2 - Fica obrigada a Contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Tomada de Preços nº 002/2012 em que se verifiquem vícios, falhas, utilização de materiais impróprios ou má qualidade, incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

XII – DO PRAZO PARA ASSINATURA, DA GARANTIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 – Prazo para assinatura do contrato:

12.1.1 – A proponente vencedora deverá assinar o contrato dentro de 30 (trinta) dias, contados da comunicação do ato de homologação e adjudicação do presente certame.

12.2 - Para garantia da fiel execução dos compromissos assumidos no presente Contrato, fica previsto garantia de 3% (três por cento) do valor do contrato, devendo o contratado optar por quaisquer das modalidades de garantia elencadas no artigo 56 da lei n.º 8666/93, no ato da assinatura do contrato que deverá ocorrer dentro do prazo previsto no item 11.1.1.

12.3 - Caso à adjudicatária se recuse a assinar o Termo de Contrato, serão convocados os demais licitantes, obedecendo sucessivamente a ordem de classificação, ou efetuando nova licitação. Ocorrendo esta hipótese, ficará a adjudicatária sujeita às penalidades da Lei.

12.4 – O Licitante se obriga a entregar o objeto do presente edital no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

XIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 - A Contratada se obriga expressamente a cumprir, sem qualquer falha, o objeto do Contrato, obedecendo rigorosamente as Cláusulas e condições contratuais, e ainda:

Executar os serviços com mão-de-obra qualificada e obedecer rigorosamente as instruções contidas nos anexos da Tomada de Preços nº 002/2012.

b) Apresentar solicitação por escrito à fiscalização, minuciosamente justificada, quando se fizer necessário a mudança das especificações ou substituições de algum material pelo seu equivalente por iniciativa da Contratada, além de catálogos e ensaios técnicos emitidos em laboratório qualificado, quando for o caso. Entende-se por equivalente o material ou equipamento que tem a mesma função e o mesmo desempenho técnico. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não venha prejudicar o andamento da obra e não dar causa a possíveis prorrogações de prazo.

c) Manter durante toda a execução do Contrato, um profissional diplomado em engenharia civil, para exercer a função de responsável técnico, além de um encarregado (que deverá permanecer no local durante todas as horas de trabalho) e pessoal de

comprovada competência.

d) Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

Empregar boa técnica na execução da obra, utilizando materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no projeto e nas especificações técnicas, submetendo a Contratante qualquer modificação que se faça necessária em relação às especificações constantes nos anexos do edital.

g) Arcar com todas as despesas relativas a instalação e execução da obra, tais como: fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas, transportes, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais, etc.

h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de erro de execução ou do emprego de material de má qualidade.

i) Manter no local da obra um Diário de Serviços para registro de todas as ocorrências dos serviços, alertando por escrito à fiscalização quanto às dificuldades, erros, divergências que possam comprometer a sua realização ou a segurança de pessoas.

j) Manter o canteiro de obras em perfeito estado de limpeza ao longo do decorrer da obra.

l) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, apresentando os comprovantes que lhe forem solicitados pela Contratante.

m) A ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade pela má execução da obra contratada.

n) A Contratada responderá pela solidez e segurança da obra no prazo previsto no Código Civil Brasileiro.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Ao Presidente da Câmara reserva-se o direito de anular ou revogar a presente Licitação, nos casos previstos em Lei, ou de adjudicar a execução da obra e serviços previstos no Edital, no todo ou em parte, por Conveniência Administrativa, Técnica ou Financeira, sem que, com isso, caiba aos Concorrentes, o direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

14.2 - No interesse da consecução dos objetivos da Câmara Municipal, os serviços objeto deste ato convocatório poderão ser aumentados ou suprimidos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93, decorrentes da alteração do projeto proposto pela Câmara Municipal.

14.3 - A Câmara Municipal emitirá ORDEM DE SERVIÇO para realização do objeto desta licitação.

14.4 - Qualquer impugnação por parte de proponente, em relação ao presente Edital, deverão ser dirigidas a Câmara Municipal no endereço constante deste Edital, no prazo estipulado pelo Parágrafo primeiro do artigo 41 da Lei n.º 8.666/93.

14.5 - Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas, não cabendo a proponente, direitos a qualquer reclamação posterior.

14.6 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Câmara Municipal o respectivo endereço para qualquer correspondência.

14.7 - Somente poderão usar da palavra no decorrer da reunião, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

14.8 - A minuta de contrato, as especificações e observações constantes dos Anexos fazem parte do presente Edital.

14.9 - O ato de aceitação definitiva não exime a empresa contratada das obrigações definidas no Código Civil em vigor.

14.10 - A Contratada deverá, obrigatoriamente, colocar as suas expensas, placas de identificação das obras, conforme modelos fornecidos pela Câmara Municipal.

14.11 - A sinalização e segurança do objeto contratual serão de responsabilidade da contratada, por conta da qual correrão os ressarcimentos de quaisquer prejuízos causados a contratante ou a terceiros, sem que altere esta responsabilidade o acompanhamento e a fiscalização das obras pela Câmara Municipal.

XV – LOCAL DE INFORMAÇÕES, ELEMENTOS OU ESCLARECIMENTOS, ENTREGA OU EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1 - As empresas ou pessoas que desejarem obter informações, elementos e/ou esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do seu objeto deverão dirigir-se ao seguinte endereço e horário: Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, anexo ao Prédio da Prefeitura Municipal, diariamente das 13:30 às 17:00 horas ou pelo telefone (048) 3268-1317.

Leoberto Leal/SC, 25 de outubro de 2012.

ARINO SCHEIDT MARIAN

Presidente da Câmara

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL E A EMPRESA

Por este instrumento particular de Contrato de Empreitada por menor preço global, que fazem entre si, a CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl – Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 10.779.622/0001-13, neste ato representado pelo Presidente da Câmara, ARINO SCHEIDT MARIAN, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a , doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 002/2012, homologado em/....../....., mediante sujeição mútua das normas constantes do Edital antes citado e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO ELÉTRICO

E O PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO NA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, edificada no imóvel situado na Av. Adolfo Scheidt, município de Leoberto Leal, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Ituporanga, sob o nº. R-3-13.045, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preços nº 002/2012, por parte da CONTRATADA, conforme projeto respectivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA declara ter examinado em detalhes a documentação atinente ao objeto do presente Contrato e possuir condições de executá-los dentro da melhor técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Fazem parte deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é do conhecimento das partes Contratantes: Normas e Especificações da ABNT, proposta da Contratada, Edital de Licitação, modalidade Tomada de Preços nº 002/2012, projeto, plantas, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A obra, objeto do presente Contrato será realizado sob o regime de Empreitada por Preço Global.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para fornecimento e execução dos serviços ora contratados, constituindo-se na única remuneração pelos trabalhos prestados inclusive transportes.

Os pagamentos serão efetuados a partir do 10º dia, após a aprovação dos serviços efetuados, observando-se o cronograma físico-financeiro, à vista da documentação fiscal fornecida pelo licitante.

O pagamento será efetuado observadas as seguintes condições:

01. A fatura corresponderá à medição do serviço executado, mediante fiscalização e aceite pela Contratante, incluindo a legalização da obra, que não poderá ser inferior ao estipulado no cronograma físico-financeiro.

02. Os pagamentos subsequentes, também ficam condicionados a prestação de serviços aprovados pela fiscalização de acordo com o cronograma físico-financeiro, conferência e aceite, sendo que os mesmos ficam condicionados a disponibilidade financeira do Poder Legislativo.

03. A última fatura fica condicionada ao Termo de Recebimento Definitivo dos serviços executados.

04. Para fins de pagamento a Contratada deverá encontrar-se em situação regular referente aos seguintes documentos:

I - Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND) e FGTS;
II - Certidão conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

05. O licitante vencedor indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta-corrente para efetivação do pagamento.

06. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira da contratada com a



Câmara Municipal, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

01. Para garantia da fiel execução dos compromissos assumidos no presente Contrato, a CONTRATADA deverá depositar a importância equivalente a 03% (três por cento) do valor deste contrato em conta poupança específica no Banco do Brasil S/A, agência de Leoberto Leal, em nome da CÂMARA MUNICIPAL, onde será corrigida pelo índice de correção da Caderneta de Poupança

02. O total retido só será restituído a CONTRATADA, depois de liquidado todos os compromissos que assume neste Contrato e obtido o Termo de Recebimento de Serviços;

03. A liberação da caução estará condicionada a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação no INSS, relativo ao serviço executado;

04. A Caução será liberada até 01 (um) dia após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pela comissão especialmente designada. O Termo de Recebimento de Obras será emitido após 60 (sessenta) dias do recebimento provisório da obra, caso não surjam quaisquer irregularidades;

05. Em caso de rescisão contratual, a devolução da caução somente se efetivará se houver acordo ou por falência da CONTRATADA;

06. A CONTRATADA estará sujeita a perda de caução, se na execução do objeto, vier a comprometer a Ordem ou Segurança Pública;

07. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir qualquer compromisso que assume neste Contrato, fica a CÂMARA MUNICIPAL, após comprovação, autorizada a liberar a seu favor (da Câmara Municipal), total ou parcialmente, os valores depositados a título de caução;

08. Em qualquer dos casos previstos, a liberação da caução da CONTRATADA se efetivará através de autorização da CÂMARA MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E RECURSOS

As despesas oriundas do presente Contrato correrão por conta dos seguintes recursos:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

01.01 01.031.0001 1.001 4.4.90.00.00.00.00.0175 (Câmara Municipal de Vereadores – Construção da Sede do Poder Legislativo – Recurso Ordinário)

CLÁUSULA SÉTIMA - ANDAMENTO DOS SERVIÇOS E PRAZO PARA EXECUÇÃO

01. Os serviços deverão ser iniciados até 05 (CINCO) dias após a assinatura da respectiva Ordem de Serviço;

02. A obra deverá ser entregue no prazo previsto no cronograma físico, salvo motivos de força maior devidamente justificado;

03. A CONTRATADA poderá pedir prorrogação do prazo em caso de interrupção dos trabalhos, por fatos oriundos da Administração Municipal ou de força maior, conforme definido no Código Civil em vigor;

04. O andamento dos serviços seguirá rigorosamente o cronograma

apresentado pela CONTRATADA na sua proposta;

05. Os serviços incompletos ou executados em desacordo com os projetos e normas apresentados, serão refeitos imediatamente, não cabendo a Firma executante o direito de indenização.

06. O Licitante se obriga a entregar o objeto do presente edital no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato

CLÁUSULA OITAVA - MULTAS

01. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado, quando sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o valor da multa for igual ou inferior a 01 (uma) UFM, será dispensado o seu pagamento, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato.

02. O atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega do serviço, sem justificativa da CONTRATADA, será considerado como recusa e dará causa de cancelamento da Ordem de Serviço correspondente a aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto do Contrato não realizado;

03. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 01 (uma) a 10 (dez) UFM, em caso de infração a quaisquer disposições contidas no Código de Posturas, Código de Obras, Código Nacional de Trânsito e outros dispositivos legais pertinentes, respondendo ainda pelas multas decorrentes da infração cometida devidas ao órgão competente;

04. A CONTRATADA assiste o direito de pedir reconsideração, por escrito a CÂMARA MUNICIPAL dentro de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data da notificação recebida, que será decidida em 03 (três) dias, relevando ou não a multa;

05. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA notificada, por escrito, pela CÂMARA MUNICIPAL. A partir da notificação, terá ela o prazo de 10 (dez) dias para recolher a CÂMARA MUNICIPAL;

06. Nenhum pagamento de medição será efetuado a CONTRATADA, se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA - DA FORÇA MAIOR

Se a CONTRATADA, por circunstância de força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato a CÂMARA MUNICIPAL e ratificar por escrito até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CÂMARA MUNICIPAL e a CONTRATADA, reciprocamente, não serão responsáveis por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - EMPREGADOS

A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado nas obras que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente as obrigações previdenciárias e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É de total responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, em efetivo funcionamento, na obra em questão.

01. As multas ou outras penalidades impostas à CONTRATADA, pela Delegacia Regional do Trabalho, deverão ser pagas pela mesma, nos termos da NR-4 de 18 de junho de 1978, item 4.6.5;

02. Atrasos no cronograma, decorrentes de penalidades impostas por infração legal, não serão consideradas em hipótese alguma, motivos de força maior.

PARAGRAFO SEGUNDO - A CÂMARA MUNICIPAL poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação ou permanência nos serviços prejudique a execução das obras, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta Resolução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

01. O material necessário a execução dos serviços e obras será fornecido pela CONTRATADA.

O material a ser transportado, sua carga e descarga, assim como a guarda será de inteira responsabilidade da CONTRATADA não cabendo a CÂMARA MUNICIPAL, em hipótese alguma, a obrigação de indenizar ou substituir por perdas, desaparecimentos, furtos ou outros;

02. A CONTRATADA colocará a disposição da obra, todo o equipamento necessário e em bom estado de conservação, em qualidade e espécie, para manter o bom andamento da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

01. A CONTRATADA responderá pela solidez, segurança e perfeição das obras executadas, nos termos do Código Civil em vigor, mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

02. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados a CÂMARA MUNICIPAL ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a CÂMARA MUNICIPAL de quaisquer reclamações resultantes de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou procedimento, mediante documento escrito, quando:

a) As partes assim o acordarem;

b) A CÂMARA MUNICIPAL assim o julgar conveniente, administrativamente se a CONTRATADA:

01. Não cumprir qualquer uma das obrigações aqui assumidas;

02. Transferir o Contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CÂMARA MUNICIPAL;

03. Entrar em concordata ou falência, ou atrasar em mais de quinze dias o salário do pessoal envolvido na obra;

04. Deixar evidenciada por culpa, dolo, simulação, fraude na execução da obra ou por reiteradas impugnações feitas pela Fiscalização, sua incapacidade para dar execução aos serviços;

05. Desatender as determinações regulares da fiscalização da CÂMARA MUNICIPAL ou seu(s) preposto(s);

06. Paralisar os serviços sem justa causa e prévia comunicação a CÂMARA MUNICIPAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Da rescisão unilateral, não caberá qualquer indenização a CONTRATADA, ficando a CÂMARA MUNICIPAL autorizada a liberar a seu favor (Câmara Municipal) os valores depositados a título de caução;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo rescisão contratual, a qualquer título, a CÂMARA MUNICIPAL pagará no ato da assinatura do Termo da Rescisão, por todos os serviços executados pela CONTRATADA, e ainda não faturados pela mesma, de acordo com avaliação feita pela Fiscalização da CÂMARA MUNICIPAL, não cabendo a CONTRATADA, qualquer valor adicional, a título de indenização ou qualquer outro;

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de ocorrer a hipótese de rescisão constante do item 03, desta Cláusula, as obras serão recebidas pela CÂMARA MUNICIPAL na situação em que se encontrarem, que ficará desobrigada de qualquer vínculo para com a CONTRATADA, massa falida ou sucessora da Firma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização pertinente aos serviços, obras e fornecimentos de materiais, será exercida por:

01. CÂMARA MUNICIPAL, que designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, o qual terá autoridade para exercer controle e fiscalização da execução contratual;

02. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e

03. Demais órgãos de fiscalização.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CÂMARA MUNICIPAL poderá exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, exibição dos documentos pertinentes ao cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas previdenciárias relacionadas com o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES DO PROJETO

No interesse da consecução dos objetivos da Câmara Municipal, os serviços objeto deste ato convocatório poderão ser aumentados ou suprimidos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93, decorrentes da alteração do projeto proposto pela Câmara Municipal, sem que caiba a CONTRATADA, direito de reclamação ou indenização, mesmo que o valor global da obra seja diminuído.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de variação do volume das obras e serviços estipulados, prevalecerão para efeito de pagamento, os preços unitários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

O presente Contrato é estipulado em R\$(.....).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - VIGÊNCIA

Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, perdurando sua vigência pelo período de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada se obriga expressamente a cumprir, sem qualquer falha, o objeto do Contrato, obedecendo rigorosamente as Cláusulas e condições contratuais, e ainda:

Executar os serviços com mão-de-obra qualificada e obedecer rigorosamente as instruções contidas nos anexos da Tomada de Preços nº 002/2012.

b) Apresentar solicitação por escrito à fiscalização, minuciosamente justificada, quando se fizer necessário a mudança das especificações ou substituições de algum material pelo seu equivalente por iniciativa da Contratada, além de catálogos e ensaios técnicos emitidos em laboratório qualificado, quando for o caso. Entende-se por equivalente o material ou equipamento que tem a mesma função e o mesmo desempenho técnico. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não venha prejudicar o andamento da obra e não dar causa a possíveis prorrogações de prazo.

c) Manter durante toda a execução do Contrato, um profissional diplomado em engenharia civil, para exercer a função de responsável técnico, além de um encarregado (que deverá permanecer no local durante todas as horas de trabalho) e pessoal de comprovada competência.

d) Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

e) Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

f) Empregar boa técnica na execução da obra, utilizando materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no projeto e nas especificações técnicas, submetendo a Contratante qualquer modificação que se faça necessária em relação às especificações constantes nos anexos do edital.

g) Arcar com todas as despesas relativas a instalação e execução da obra, tais como: fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas, transportes, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais, etc.

h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de erro de execução ou do emprego de material de má qualidade.

i) Manter no local da obra um Diário de Serviços para registro de todas as ocorrências dos serviços, alertando por escrito à fiscalização quanto às dificuldades, erros, divergências que possam comprometer a sua realização ou a segurança de pessoas.

j) Manter o canteiro de obras em perfeito estado de limpeza ao longo do decorrer da obra.

l) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, apresentando os comprovantes que lhe forem solicitados pela Contratante.

m) A ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade pela má execução da obra contratada.

n) A Contratada responderá pela solidez e segurança da obra no prazo previsto no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado o Contrato, o seu objeto será recebido:

Provisoriamente, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, nomeada pelo Presidente da Câmara, composta no mínimo por 03 (três) membros, e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a comunicação escrita de entrega da obra pela Contratada e a emissão do termo de medição de acordo com o cronograma físico-financeiro.

A Comissão comunicará diretamente a empresa contratada as irregularidades e as descreverá no verso do Termo de Recebimento Provisório ou em termo, que será anexado ao processo original, ou, não se verificando irregularidades, assinará o Termo de Recebimento Provisório, que será anexado ao processo original, para fins de pagamento, conforme cronograma físico-financeiro;

Definitivamente, pela comissão a qual se refere o item anterior, dentro de 60 (sessenta) dias corridos, após o recebimento provisório e precedido de vistoria que comprove a adequação da obra às disposições estabelecidas no Edital e em seus anexos, bem como, nas cláusulas contratuais, mediante Termo de Recebimento Definitivo, o qual será lavrado, se atendidas todas as reclamações da fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições que tenham sido verificadas na execução da obra.

Fica obrigada a Contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Tomada de Preços nº 002/2012 em que se verifiquem vícios, falhas, utilização de materiais impróprios ou má qualidade, incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga - SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Leoberto Leal/SC, ... de..... de 2012.

ARINO SCHEIDT MARIAN Presidente da Câmara CONTRATANTE	CONTRATADA
---	------------

TESTEMUNHAS:

CPF:	CPF:
------------	------------

VISTO:

ANEXO II DECLARAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a).....
, portador(a) da Carteira de Identidade nº.....
. e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,

perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO III

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012

(NOME DA EMPRESA)....., CNPJ Nº, sediada.....(endereço completo)....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº..... em atendimento a exigências do anexo DOCUMENTOS E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012, DECLARA, sob as penas da lei, por si e por seus sucessores e cessionários, que tem pleno, total, amplo e irrestrito conhecimento da natureza, escopo e objeto da LICITAÇÃO. DECLARA, ainda, conhecer toda a legislação relativa à presente LICITAÇÃO, bem como os termos e condições estabelecidos no EDITAL e seus ANEXOS.

Local e data

(representante legal)

ANEXO IV

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012

A CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, consoante o que dispõe o item 4.2.1.1, letra "e", do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012, que o Sr(a) _____, representante da firma _____, vistoriou o local da obra a ser licitada no dia ____/____/____, às _____ horas, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO ELÉTRICO E O PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO NA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, edificada no imóvel situado na Av. Adolfo Scheidt, município de Leoberto Leal, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Ituporanga, sob o nº. R-3-13.045, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Edital, e que tomou conhecimentos gerais das condições de solos, topografia, vegetação e demais peculiaridades da área onde se localiza a edificação.

Leoberto Leal/SC, de de 2012.

ASSINATURA

ANEXO V

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA)....., CNPJ Nº, sediada.....(endereço completo)....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº.....

....., declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, modalidade Tomada de Preços nº. 002/2012, ou em contratar com os Poderes Públicos, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

(representante legal)

ANEXO VI

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012

(NOME DA EMPRESA)....., CNPJ Nº, sediada.....(endereço completo)....., em atendimento a exigências do anexo DOCUMENTOS E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012, DECLARA, sob as penas da lei, por si e por seus sucessores e cessionários, que tem pleno, total, amplo e irrestrito conhecimento da natureza, escopo e objeto da LICITAÇÃO, DECLARA, que recebeu todos os documentos necessários a elaboração da proposta e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do presente processo licitatório.

Local e data

(representante legal)

ANEXO VII

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012

FORMA: EXECUÇÃO INDIRETA

REGIME: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL.

QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E EQUIPAMENTOS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, edificada no imóvel situado na Av. Adolfo Scheidt, município de Leoberto Leal, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas neste Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL	TOTAL GERAL
1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
1.1	Instalações elétricas conforme Projeto (material e mão de obra 5% do CUB)	m2	276,33	50,56	13.971,24	
1.2	Instalações Telefônicas conforme Projeto (material e mão de obra 0,75% do CUB)	m2	276,33	7,58	2.094,58	
1.3	Instalações de sonorização conforme Projeto (material e mão de obra 0,50% do CUB)	m2	276,33	5,30	1.464,55	
1.4	Instalações da rede lógica conforme Projeto (material e mão de obra 0,50% do CUB)	m2	276,33	5,30	1.464,55	18.994,92
2	PREV. CONTRA INCÊNDIO					
2.1	Extintores de pó químico seco de 4 kg	UN.	2,00	132,00	264,00	
2.2	Luminária de emergência 2x10w	UN.	8,00	112,00	896,00	
2.3	Luminária de emergência 2x55w	UN.	2,00	375,00	750,00	
2.4	Bloco autônomo indicativo "SAÍDA"	UN	7,00	129,00	903,00	
2.5	Abrigo completo para 02 cilindros de gás 13 kg com botijão	UN	1,00	1.010,00	1.020,00	
2.6	Central de alarme contra incêndio para seis setores com acessórios	UN.	1,00	105,80	110,80	
2.7	Accionador manual segurança de alarme quebra vidro	UN.	1,00	705,90	705,90	4.649,70
8	TOTAL GERAL					23.644,62

ANEXO VIII

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012

CAMARA DE VEREADORES DE LEOBERTO LEAL - SC																															
OBRA : EXECUÇÃO DOS PROJETOS ELÉTRICO E PREV. CONTRA INCENDIO DA SEDE DA CAMARA DE VEREADORES																															
ÁREA : 276,33 m2				DATA : OUTUBRO/2012																											
LOCAL : Avenida Adolfo Scheidt - Centro - Leoberto Leal - SC																															
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO								VALORES EM REAIS																							
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL	%	1* MES	%	2* MES	%	3* MES	%	4* MES	%	5* MES	%	6* MES	%	7* MES	%	8* MES	%												
1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	18.994,92	0,00	18.994,92	100	-		-		-		-		-		-		-													
2	PREV. CONTRA INCÊNDIO	4.649,70	0,00		100	4.649,70		-		-		-		-		-		-													
	SUBTOTAL	23.644,62	100,00	18.994,92	100	4.649,70	100																								
	TOTAL ACUMULADO					23.644,62	100																								

ANEXO IX

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012

Projetos de Arquitetura e Engenharia. Caderno de Encargos e Especificações.

1. Projeto Elétrico – Folhas E-1 a E-2;
2. Projeto Elétrico e Telefônico – Folha TE-1
3. Projeto Preventivo elétrico – Folha I-1;
4. Projeto de Prevenção Conta Incêndio – Folha P01 a P02;

ANEXO X

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012

TERMO DE RENÚNCIA – HABILITAÇÃO

À Comissão Permanente de Licitações da CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

O proponente abaixo assinado, participante da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 002/2012, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, em nome da empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o seguimento do curso do Processo Licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço das proponentes habilitadas.

Leoberto Leal/SC, ____ de ____ de 2012.

Assinatura do representante credenciado

NOME LEGÍVEL: _____

ANEXO XI

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 002/2012

TERMO DE RENÚNCIA – PROPOSTAS

À Comissão Permanente de Licitações da CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

O proponente abaixo assinado, participante da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 002/2012, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, em nome da empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação que julgou as propostas de preços, renunciando assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com a decisão da Comissão Permanente de Licitações.

Leoberto Leal/SC, ____ de ____ de 2012.

Assinatura do representante credenciado

NOME LEGÍVEL: _____

Leoberto Leal, ____ de ____ de 2012.

Il.mo Sr.

Fornecedor:

CGC/CPF n.º

Insc. Estadual:

End.

Bairro:

CEP:

Cidade:

UF: SC

Fone:

PROTOCOLO DE ENTREGA

Declaro(amos) que recebi(emos) em ____/____/____, o Edital de Tomada de Preços n.º 002/2012 e seus anexos devidamente preenchido e de acordo com as Leis Federais n.º 8666/93 e suas alterações, e n.º 8883/94, entre outros dispositivos legais aplicados à espécie.

Carimbo e Assinatura do Fornecedor

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Homologação Tomada de Preço PML.011.2012 - Muro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Tomada de Preço nº 0011/2012

O Prefeito de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0080/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

- Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para construção de um muro de contenção em concreto armado com extensão de 38,74m na esquina da Rua Nair Souza com Alvício Wolfart, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma.

- Empresas Vencedoras: EGITO ENGENHARIA LTDA

- Valor total: R\$ 13.651,25

Luzerna (SC), 26 de outubro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Extrato de Contrato Nº PML.061.12 - Egito Engenharia Ltda - Muro de Contenção

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.061.12

MODALIDADE: Tomada de Preço nº 0011/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: EGITO ENGENHARIA LTDA

OBJETO: Contrato de fornecimento de material e mão de obra para construção de um muro de contenção em concreto armado com extensão de 38,74m na esquina da Rua Nair Souza com Alvício Wolfart, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

VALOR: R\$ 13.651,25 (treze mil seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos);

VIGÊNCIA: de 06 (seis) meses, contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial.

DOTAÇÃO:

Conta: 11.1101.15.451.0061.1053.44900000

Reduzido : 090

Órgão : SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS

Proj/Atividade : PAVIMENTAÇÃO E ALARGAMENTO DE RUAS E PASSEIOS PÚBLICOS

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 26 de outubro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Contratante

LUCIEN RIBAS DA COSTA

EGITO ENGENHARIA LTDA

Contratada



Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 319/2012

PORTARIA n.º 319/2012

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 87 e seguintes da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º À servidora pública municipal IZABEL MATIAS CARMINATI - matrícula nº 67, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil Efetiva, a licença por motivo de doença da família, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir de 29 de Outubro de 2012, conforme parecer social e atestados médicos apresentados.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Outubro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 320/2012

PORTARIA n.º 320/2012

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 910/2002, Lei n.º 1409/2009 e suas alterações, Lei n.º 1547/2012, de 04 de abril de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita AMANDA SIMON, para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 80%, até o término das aulas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Izabel Matias Carminati, em virtude de licença por motivo de doença na família.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Outubro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 078/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 078/2012

O MUNICIPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 12/11/2012, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 078/2012, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (mangueiras decorativas) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA DECORAÇÃO NATALINA DE PRÉDIOS E PRAÇAS MUNICIPAIS. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:00 às 13:00 de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 25 de outubro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Errata 001 do Aviso de Licitação de Dispensa N.º 01/2012 Fhmn

Errata 001 do Aviso de Licitação de Dispensa N.º 01/2012 FHMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

ERRATA 001

DISPENSA N.º. 01/2012

O Município de Navegantes, comunica que houve alterações no TÍTULO convocatório referente a publicação na edição nº 1105 de 25/10/2012 - DISPENSA Nº 01/2012, que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DA OBRA DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Ficando assim alterado para CARTA CONVITE 01/2012 - Navegantes/SC.

Navegantes, 26 de outubro de 2012 -

O PREGOEIRO.

Extrato de Anulação do Pregão Presencial N.º 97/2012PMN

EXTRATO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 97/2012PMN

TERMO DE ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 97/2012PMN

Informamos que encontra - se ANULADO o processo de PREGÃO PRESENCIAL nº 97/2012, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO VISANDO À AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E LIMPEZA DE CONDICIONADORES DE AR PARA A PRAÇA DE ESPORTE E CULTURA, LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS NO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, tendo em vista a constatação de vício pela falta de publicação do aviso de licitação no Diário Oficial da União, por se tratar de licitação custeada com recursos federais, sendo um erro insanável que corrobora a anulação.

Navegantes (SC), 26 de outubro de 2012.

NELSON DA CUNHA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Extrato de Suspensão de Carta Convite 01/2012 Fhmn

Extrato de Suspensão de Carta Convite 01/2012 FHMN
EXTRATO DE SUSPENSÃO DE CARTA CONVITE 01/2012 FHMN
Referência: Carta Convite nº 01/2012 - Processo nº 01/2012;

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DA OBRA DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. O Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, por meio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados que foi suspenso por tempo indeterminado a Carta Convite 01/2012 FHMN, por motivo de agendamento para uma data posterior.

Nada mais.

Navegantes, 26 de Outubro de 2012.
O PREGOEIRO

Novo Horizonte

PREFEITURA

Decreto Nº 1.984, de 19 de Outubro de 2012.

DECRETO nº 1.984, de 19 de Outubro de 2012.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 461/2012;

Art. 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 238.400,00 (duzentos e trinta e oito mil e quatrocentos reais), relativos a recursos ordinários, assim consignados:

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**

Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 23.100,00

Elemento de Despesa 3.1.91-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Elemento de Despesa 3.2.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.300,00

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Atividade 2.005 - Manutenção da contribuição para o PASEP

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES**40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Atividade 2.012 - Manutenção Transporte Escolar Ensino Fundamental.

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

40.02 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES

Atividade 2.019 - Manutenção do DME

Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Elemento de Despesa 3.1.91-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE
50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS
Atividade 2.023 - Manutenção do Depto de Transportes.

Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2.028 - Manutenção Depto de Agricultura e Meio Ambiente

Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Elemento de Despesa 3.1.91-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL**60.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL**

Atividade 2.030 - Manutenção Fundo Mun. Assistência Social.

Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 238,400.00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação, no valor de R\$ 238.400,00 (Duzentos e trinta e oito mil e quatrocentos reais).

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**

Atividade 2.007 - Manutenção da Segurança Pública

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Atividade 2.034 - Manutenção do FUNREBOM

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES**40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Atividade 2.011 - Manutenção Central da Secretaria de Educação

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas R\$ 10.300,00

Atividade 1.001 - Manutenção e ampliação rede física ensino fundamental

Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Atividade 2.010 - Manutenção Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Atividade 2.011 - Manutenção Central da Secretaria de Educação

Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Atividade 2.013 - Manutenção Projeto Talentos

Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Atividade 2.014 - Manutenção Educação Infantil

Elemento de Despesa 3.1.91-0.1-0001 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Atividade 2.017 - Manutenção APAE

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Atividade 1.002 - Construção Museu Municipal
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Atividade 2.018 - Manutenção da Cultura
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.800,00
Elemento de Despesa 3.3.90-0.3-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.300,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE
50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS
Atividade 1.004 - Pavimentação de Vias Urbanas
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 31.700,00

Atividade 2.020 - Manutenção da Iluminação pública
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Atividade 2.022 - manutenção do Fundo de Habitação
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 33.900,00

Atividade 1.005 - Apoio na Implantação de Industrias
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 17.800,00

Atividade 1.006 - construção de pontes e pontilhões
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.200,00

Atividade 1.007 - construção de pontes e pontilhões
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

50.02 - DEPARTAMENTO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade 1.011 - Gestão de Recursos Hídricos e Ambiental
Elemento de Despesa 3.3.50-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.400,00

Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Atividade 1.012 - Manutenção do programa de poços artesianos
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Atividade 2.024 - Programa de Melhoramento e Distribuição de Sementes
Elemento de Despesa 3.3.50-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Atividade 2.025 - Manutenção do Programa Reflorestamento
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Atividade 2.027 - Manutenção do Programa de Inseminação
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Atividade 1.009 - Apoio na Ampliação de Telefonia Rural
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Atividade 1.010 - Apoio na Ampliação de eletrificação Rural
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
Atividade 2.030 - Manutenção Fundo Mun. Assistência Social.
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 238.400,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC, em 19 de Outubro de 2012.
SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria N. 367 18 de Outubro de 2012.

PORTARIA N. 367 18 DE OUTUBRO DE 2012.
HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA APTA ANDRÉIA GEMELLI SIMIONI PARA O EMPREGO PUBLICO DE PEDAGOGA (CRAS), CONCURSO PÚBLICO 001/2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 10.4 e 10.5 do edital de concurso público n.º 001/2012;

Considerando o parecer do Laudo médico;

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar o exame médico Admissional e declarar apta para o trabalho a candidata ANDRÉIA GEMELLI SIMIONI, para exercer o cargo de PEDAGOGA (CRAS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de outubro de 2012.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
18 de outubro de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N. 370 24 de Outubro de 2012.

PORTARIA N. 370 24 DE OUTUBRO DE 2012.
HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA APTA JURCELEI BERTHA PARA O EMPREGO PUBLICO DE ASSISTENTE SOCIAL (CRAS), CONCURSO PÚBLICO 001/2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 10.4 e 10.5 do edital de concurso público n.º 001/2012;

Considerando o parecer do Laudo médico;

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar o exame médico Admissional e declarar apta para o trabalho a candidata JURCELEI BERTHA, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL (CRAS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de outubro de 2012.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
24 de outubro de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N. 371 24 de Outubro de 2012.

PORTARIA N. 371 24 DE OUTUBRO DE 2012.

HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA APTA ALESSANDRA SERATTO PARA O EMPREGO PUBLICO DE PSICÓLOGA (CRAS), CONCURSO PÚBLICO 001/2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 10.4 e 10.5 do edital de concurso público n.º 001/2012;

Considerando o parecer do Laudo médico;

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar o exame médico Admissional e declarar apta para o trabalho a candidata ALESSANDRA SERATTO, para exercer o cargo de PSICÓLOGA (CRAS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de outubro de 2012.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
24 de outubro de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria N. 30, de 25 de Outubro de 2012.**

PORTARIA Nº 30, DE 25 OUTUBRO DE 2012.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PRISCILA BARONCELLO OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETORA GERAL DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA.

PEDRO RABUSKE, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade como o que dispõe a constituição Federal;

Considerando, laudos médico apresentado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora PRISCILA BARONCELLO, ocupante do cargo de provimento em comissão de diretora geral, lotado na Secretaria da Câmara de Vereadores, gozo de 30(trinta) dias de Licença para Tratamento de Saúde, conforme laudos médicos apresentados, com início em 15 de outubro de 2012 e termino em 13 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a data de 15 de outubro de 2012.

Câmara Municipal de Vereadores - SC, 25 de outubro de 2012.
PEDRO RABUSKE
Presidente da Câmara de Vereadores

Porto União**PREFEITURA****Termo de Revogação do Pregão Presencial 075/2012**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 128/2012

Pregão Presencial 075/2012

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 25 de Outubro de 2012

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul**PREFEITURA****Decreto 2908/12**

DECRETO Nº 2.908, de 10 de outubro de 2012

"DEFINE OS SUBSÍDIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DA TRAVESSA PETRÓPOLIS, BAIRRO BOA VISTA, NOS TERMOS DA LEI Nº 5.092, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º -Nos termos da Lei nº 5.092/2010, os subsídios concedidos pelo Executivo Municipal para a pavimentação da TRAVESSA PETRÓPOLIS, bairro Boa Vista, são os seguintes:

I - Fornecimento de projetos e orientação técnica

II - Participação financeira sobre o orçamento global da obra.

Art. 2º - O custo estimado dos subsídios e de R\$ 32.249,38.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

10 de outubro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2924/12

DECRETO Nº 2.924, de 15 de outubro de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/12-FMS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 2.254/11, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 037/12, de 20/08/2012, do Fundo Municipal de Saúde, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes NUNESFARMA DISTR. DE PROD. FARM. LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; ANB FARMA LTDA; BH FARMA COMERCIO LTDA; ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA; MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA; ANGEMED COMERCIO DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA; DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA; WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA; CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA; LICIMED DIS. MED. CORR. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA; CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA; COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA; SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP; SODROGAS DIST. DE MED. E MAT. HOSP. LTDA; DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA; DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA; WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA; ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LONDRINA LTDA-EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

15 de outubro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 2.924/2012

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 037 de 20/08/2012-FMS

Objeto da Licitação: Registro de Preço para aquisição de 147 (cento e quarenta e sete) itens de medicamentos da Rede Básica para a Secretaria de Saúde.

Preço: por item

Participantes: NUNESFARMA DISTR. DE PROD. FARM. LTDA; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; ANB FARMA LTDA; BH FARMA COMERCIO LTDA; ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA; MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA; ANGEMED COMERCIO DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA; DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA; WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA; CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA; LICIMED DIS. MED. CORR. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA; CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA; COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA; SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP; SODROGAS DIST. DE MED. E MAT. HOSP. LTDA; DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA; DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA; WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA; ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LONDRINA LTDA-EPP. .

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes NUNESFARMA DISTR. DE PROD. FARM. LTDA no item 032; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA nos itens 025,036,050,061,064,069,071 e 106; ANB FARMA LTDA no item 020; BH FARMA COMERCIO LTDA no item 098; ALTERMED

MAT. MED. HOSPITALAR LTDA nos itens 005,030,039,056,060,063,088,089,112,114,115,116,117,118,119,120,121,122,123,127,128,131,132,133,135,136,137,138,139,140,141,143,144 e 146; MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA nos itens 018,019,029,065,066,087 e 101; PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA nos itens 004,009,010,015,017,028,041,062,068,072,073,079,085,093,096,097,099,108,109 e 101; ANGEMED COMERCIO DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA nos itens 008 e 045; DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA nos itens 012,035,037,044 e 104; WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA no item 033; CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA nos itens 014,023,051,053,054,081,125 e 126; LICIMED DIS. MED. CORR. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA no item 011; CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA no item 043; HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA nos itens 082 e 100; COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA nos itens 007,034,040,049,059,067,090,092 e 094; SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP nos itens 003,021 e 070; SODROGAS DIST. DE MED. E MAT. HOSP. LTDA no item 013; DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA nos itens 002,006,016,022,031,038,042,047,052,057,075,076,077,080,086,095,102,110,124,134,142,145,147; DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA nos itens 026,027,048,074,078,083,113 e 129; WINCORP FARMACEUTICA COMERCIAL LTDA no item 046; ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA nos itens 001,024,084 e 107 e DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LONDRINA LTDA-EPP nos itens 055,058,103,105 e 130.

Decreto 2932/12

DECRETO Nº 2.932, de 19 de outubro de 2012.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 006/2012-FMD."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 2.253/11, o resultado da Carta Convite nº 006/2012, de 28/09/2012, da Fundação Municipal de Desportos, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante MICHEL JOSÉ DA SILVA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de outubro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

NILO BORGONOVO

Superintendente Municipal de Desportos

ANEXO AO DECRETO Nº 2.932/2012

Carta Convite nº 006/2012 de 28.09.2012-FMD

Objeto da Licitação: Aquisição de material de treinamento e viagem para a categoria de voleibol feminino-FMD.

Preço: por item

Participantes: CR MALHAS IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA,



LONGVICCIO IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA e MICHEL JOSÉ DA SILVA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante MICHEL JOSÉ DA SILVA.

Decreto 2934/12

DECRETO Nº 2.934 de 19 de outubro de 2012

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.227 de 06/12/2011

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais), por conta da tendência do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Fundo Nacional de Saúde, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.091 BLMAC - FAEC EXTRA TETO

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 810.000,00

TOTAL R\$ 810.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

19 de outubro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto 2936/12

DECRETO Nº 2.936, de 22 de outubro de 2012

“DEFINE OS SUBSÍDIOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA DO REDENTOR, BAIRRO CANTA GALO, NOS TERMOS DA LEI Nº 5.092, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2010.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º -Nos termos da Lei nº 5.092/2010, os subsídios concedidos pelo Executivo Municipal para a pavimentação da ESTRADA DO REDENTOR, bairro Canta Galo, são os seguintes:

I - Fornecimento de projetos e orientação técnica

II - Participação financeira sobre o orçamento global da obra

Art. 2º - O custo estimado dos subsídios e de R\$ 309.584,43.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

22 de outubro de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resolução Nº 029 de 19 de Outubro de 2012.

RESOLUÇÃO Nº 029 DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.

“HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE DA Sra. EDIT ROCHA”

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

RESOLVE:

Art.1º - Homologar o pedido de aposentadoria por idade a Sra. EDIT ROCHA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 279.920 e CPF nº 219.643.789-15 domiciliada e residente na Rua Rodrigues Alves, 105 Bairro Santana, em Rio do Sul - SC, no cargo de Telefonista, nível C-1, matrícula nº 2348/01, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com proventos proporcionais calculados pela média das 80% maiores remunerações, sem paridade, a partir de 1ª de Novembro de 2012.

Art. 2º - A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra “d”, inciso I do art. 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra “d” inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e § 1º inciso III alínea “b” do artigo 40 da Constituição Federal.

Art.3º - A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 17 de outubro 2012 e após análise do pedido de aposentadoria em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de outubro de 2012.

MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI

Presidente do FAP

Resolução Nº 030 de 19 de Outubro de 2012

RESOLUÇÃO Nº 030 DE 19 DE OUTUBRO DE 2012

“HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. LUIZ CEZAR PHILIPPI”

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

RESOLVE:

Art.1º- Homologa o pedido de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor Sr. Luiz Cezar Philippi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 529.593 e CPF nº 164.087.219-15, matrícula nº 1210/01, domiciliado e residente na Rua XV de Novembro, 839, em Rio do Sul - SC, no cargo de Operador de Equipamentos, nível E-1, com proventos integrais e adicional de 26%, com paridade a partir de 1º de Novembro de 2012.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra “c” inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra “c” inciso I do Artigo 19 e seguintes do

Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 3º da E.C. nº 47/2005.

Art.3º - A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 17 de Outubro de 2012 e após análise do pedido de aposentadoria em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Outubro de 2012.

MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI

Presidente do FAP

Pregão Presencial 162/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2012

OBJETO: Aquisição de balcões e mesas para unidades atingidas pelas cheias de 2011. Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 09/11/2012, às 11:30h, no endereço abaixo

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 09/11/2012, no endereço abaixo.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 26 de outubro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Edital de Chamada Pública Nº 69/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 69/2012

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, pela COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 298, de 22 de fevereiro de 2010, torna público que será realizada a seleção de pessoas jurídicas, privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no município, em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 8.080/90, com as normas da Lei nº 8.666/93, a Lei Orgânica do Município, Norma Operacional Básica (NOB-SUS 01/96)), Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2002) e segundo o disposto nas demais normas do Sistema Único de Saúde e princípios gerais da administração pública.

1. DO OBJETO:

Este Edital tem por objeto habilitar pessoas jurídicas para a

prestação de serviços de atenção à pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, mediante leitos de acolhimento em Comunidades Terapêuticas, conforme regulamento técnico da Resolução Diretora Colegiada de nº 29, publicada em 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

2. DOS SERVIÇOS:

O serviço a ser tomado pela Secretaria Municipal de Saúde será leitos de acolhimento noturno à pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, em Comunidades Terapêuticas, constantes na Tabela de Procedimentos SIA/SUS, disponível no site www.saude.gov.br/sas.

3. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Poderão habilitar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que atendam às disposições deste Edital, observado o preconizado na NOAS-SUS 01/2002.

4. DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS:

Os usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde serão aqueles que forem encaminhados pelas Unidades de Saúde e Unidades de Referência à Saúde do Município de São Bento do Sul, na forma do seu modelo de atenção de referência e contra-referência, devidamente autorizados pela SEMUS.

5. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. O preço referente à prestação dos serviços, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será diária de R\$ 33,28, totalizando R\$ 1.031,68 por paciente/mês; código 03.01.08018-6 constante na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde (SIGTAP), reajustado conforme tabela.

5.2 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados, conforme Portaria Ministerial nº 3478, de 20 de agosto de 1998, através de depósito em conta corrente da CONTRATADA após a entrega do relatório equivalente à produção prestada.

5.3. O relatório da prestação dos serviços deverá ser encaminhado até o terceiro (3º) dia útil do mês subsequente à realização dos atendimentos, acompanhado de requisição médica e da relação dos usuários conforme sequência das requisições, constando: data da requisição, nome do usuário, código do procedimento, descrição do procedimento, valor do procedimento e valor total da fatura. Guia médica assinada no verso pelo usuário/responsável e previamente autorizada pelo CAPS/SEMUS.

5.4. Após conferência pela Divisão de Controle e Avaliação da SEMUS, as requisições médicas deverão ficar arquivadas pela contratada e à disposição desta Secretaria, conforme legislação em vigor.

5.5. As despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Edital, consignados no SIA/SUS, tem o valor limite definido na Ficha de Programação Orçamentária (FPO) anexo ao Contrato. Havendo diminuição na demanda de algum dos serviços contratados, a sobra poderá ser convertida para outro serviço em que a demanda seja maior.

6. DO MONITORAMENTO:

6.1. É competência dos COMEN's, CONEN's, Secretarias de Saúde

Estaduais, Municipais e do Distrito Federal a fiscalização e avaliação periódicas, respeitando o âmbito de atuação dos agentes envolvidos dos Serviços mediante a criação de protocolo específico a ser definido posteriormente. Podem ser criadas comissões locais compostas por representantes das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, COMEN's, CONEN's, Federações e Associações.

7. DA INSCRIÇÃO:

7.1. As inscrições para contratação pelo presente Edital de Chamada Pública nº 69/2012 se darão no período de 29 de outubro a 09 de novembro de 2012, podendo ser prorrogado por igual período, havendo interesse da administração pública.

7.2. Requerimento de Contratação (Anexo I) - Solicitação formal de contratação (em duas vias para protocolo), contendo a declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pelo SUS e que realizará todos os procedimentos a que se propõe.

7.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em fotocópia autenticada em cartório ou, com a apresentação dos documentos originais, com fotocópia para autenticação, no ato da inscrição, por funcionário da Divisão de Controle Avaliação e Auditoria (DCAA) da Secretaria Municipal de Saúde.

7.4. A entrega da solicitação de Contratação deverá ser acompanhada de cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) Contrato Social ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social devidamente registrado, no órgão competente e suas devidas alterações de reformulação;
- c) Declaração dos sócios e diretores de que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito municipal, estadual ou federal;
- d) Relação nominal dos recursos humanos disponíveis, por categoria funcional e cópia da inscrição no Conselho de Classe, quando houver;
- e) Comprovante de inscrição da unidade no Conselho Estadual de Entorpecentes de Santa Catarina (CONEN/SC);
- f) Curriculum Vitae resumido do responsável técnico (anexar diploma, títulos e certificados);
- g) Cópia dos Contratos dos serviços terceirizados pela unidade de saúde, para a prestação dos serviços relacionados diretamente aos serviços contratados, ou declaração do prestador de que não necessita de terceiros para execução dos serviços, objeto deste Edital;
- h) Declaração mencionando os horários de atendimento aos usuários do SUS;
- i) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado;
- j) Certidão Negativa de Débito para com o Sistema de Seguridade Social - INSS;
- k) Certidão Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- l) Alvará emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, reconhecidamente apto para tal;
- m) Alvará de localização e permanência no local, emitida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal;
- n) Certidão Negativa de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- o) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da Sede do Proponente;
- p) Certidão Negativa de Débito junto à Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal;
- q) Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
- r) Dados bancários (relacionar número da Agência e o número da Conta Corrente do Banco para depósito);
- s) Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido

neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

7.5. A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

7.6. Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços estará apto para firmar o Termo de Contrato, conforme decisão da SEMUS de acordo com o interesse público.

7.7. A negativa ou o não comparecimento, quanto ao definido no item anterior, acarreta a anulação da inscrição.

8. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. Como exigência imprescindível para a formalização e manutenção do contrato, a empresa proponente/contratada deve atender às seguintes condições:

- a) Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- b) A empresa Contratada não poderá alterar as instalações bem como o endereço de atendimento sem conhecimento prévio e aceitação, por escrito, da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
- d) As entidades que não atenderem os requisitos exigidos constantes no presente Edital de Chamada Pública nº 69/2012 serão consideradas inabilitadas e não poderão ser contratualizadas com o SUS;
- e) A SEMUS poderá celebrar contrato de prestação de serviços, com as entidades consideradas habilitadas, mediante inexigibilidade de licitação (artigo 25, "caput", da Lei nº. 8.666/93), considerada a inviabilidade de competição de preço, dando preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;
- f) A Contratação se dará após a aprovação e homologação do requerimento de inscrição, quando deferido em sua análise técnica e legal, pela Comissão Especial de Contratação e na forma preconizada por este Edital.

8.2. A SEMUS não se obriga a contratar todas entidades habilitadas, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda SUS em conformidade com os parâmetros da Portaria GM/MS nº 1.101, de 12/06/08 e a série histórica da Programação Física e Orçamentária, visando a complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, dando prioridade para os serviços com integralidade da assistência, atendendo todos os procedimentos constantes na FPO anexo do Contrato, com maior número de horas oferecidas para atendimento aos usuários do SUS e sistema informatizado que possibilite agilizar o atendimento ao público alvo deste Edital.

9. DA MANUTENÇÃO DO CONTRATO, A CONTRATADA COMPROMETE-SE:

9.1. Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do SUS.

9.2. A empresa contratada será responsável pelo material e equipamentos necessários para a realização de consultas/atendimentos/procedimentos/exames a serem realizados, incluído nesse caso, todo e qualquer medicamento/solução imprescindível para a realização do solicitado e os equipamentos de proteção individual (EPI).

9.3. Os estabelecimentos assistenciais de saúde, que possuem procedimentos de desintoxicação e tratamento de residentes com transtornos decorrentes do uso ou abuso de SPA, que fazem uso de medicamentos a base de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicos e outras sujeitas ao controle especial, estão submetidos

à Portaria SVS/MS n.º 344/98 - Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial e suas atualizações ou outro instrumento legal que vier substituí-la.

9.4. A responsabilidade técnica pelo serviço junto ao órgão de Vigilância Sanitária dos Estados, Municípios e do Distrito Federal deve ser de técnico com formação superior na área da saúde e serviço social.

9.5. Nos estabelecimentos em que não há prescrição, mas admissão de pessoas usuárias de medicamentos controlados, a direção do serviço assumirá a responsabilidade pela administração e guarda do medicamento, ficando dispensada dos procedimentos de escrituração previstos na Portaria SVS/MS n.º 344/98 ou outro instrumento legal que vier substituí-la.

10. CONDIÇÕES OBRIGATÓRIAS DA CONTRATADA:

10.1. Proposta de acolhimento da Comunidade Terapêutica a usuários de crack e outras drogas, contendo, necessariamente conforme Resolução RDC n.º 29, de 30 de junho de 2011:

Estrutura física da Comunidade Terapêutica,

Número de leitos a serem contratados;

Descrição do fluxo das atividades realizadas no cotidiano do serviço da Comunidade Terapêutica;

Descrição das ações desempenhadas por cada profissional que compõe a equipe da Comunidade Terapêutica.

10.2. Os leitos de acolhimento das Comunidades Terapêuticas devem:

Ser, exclusivamente, de caráter voluntário, além de condicionados a encaminhamento pelo serviço de atenção da rede SUS;

Atender a usuários que necessitem de afastamento, por período prolongado, do ambiente no qual se iniciou/desenvolveu/estabeleceu o uso de crack e outras drogas;

Atender a usuários que obtiveram resultados positivos, em período anterior, em abordagens terapêuticas menos reclusivas do sistema público de saúde;

Organizar-se de modo a atender demanda municipal.

10.3. A Comunidade Terapêutica selecionada deverá comprometer-se com as seguintes diretrizes clínicas:

Desenvolver ações integrais de intervenção em crise e de proteção e suporte social ao usuário durante todo o período de acolhimento;

Nortear as ações de cuidados por uma Proposta de Acolhimento Individual elaborado com a participação do usuário, do familiar e da Equipe de Referência da rede de saúde local;

Constituir em seu quadro técnico pelo menos 01 (um) consultor em dependência química para cada 10 (dez) usuários;

A Comunidade Terapêutica selecionada deverá comprometer-se com as orientações sobre a linha de cuidado dos serviços:

- Não permitir ações de contenção física, isolamento ou qualquer restrição à liberdade do usuário;

- Preservar como direitos do usuário:

a) Receber atendimento médico e atendimento em saúde mental conforme Proposta de Acolhimento Individual.

b) Não ser obrigado a participar de atividades de cunho religioso durante o período de acolhimento;

c) Receber visitas de familiares conforme a rotina da instituição;

d) Ter acesso aos meios de comunicação que permitam contato com familiares durante o acolhimento, conforme a rotina de funcionamento da instituição;

e) Ter garantida sua privacidade pessoal, vestuário e objetos pessoais próprios.

10.4. Critérios de Elegibilidade: As pessoas em avaliação que apresentarem grau de comprometimento grave no âmbito orgânico e/ou psicológico não são elegíveis para tratamento nestes serviços, devendo ser encaminhados a outras modalidades de atenção.

10.5. Os critérios para o tratamento de pessoas com transtornos decorrentes de uso ou abuso de substâncias psicoativas, seguem segundo protocolo da Resolução RCD nº 29, de 30 de junho de 2011:

Serviços que atendem dentro do modelo psicossocial, ficando vedada a admissão de pessoas cuja situação requeira a prestação de serviços de saúde não disponibilizados pela instituição;

Cabe ao responsável técnico da instituição a responsabilidade pelos medicamentos em uso pelos residentes, sendo vedado o estoque de medicamentos sem prescrição médica;

Critério de voluntariedade e não discriminação por nenhum tipo de doença associada, não havendo restrições quanto ao grau de comprometimento para adesão e manutenção do tratamento;

A situação social, familiar e legal da pessoa com transtornos decorrentes de uso ou abuso de SPA não será condição restritiva ao tratamento;

A admissão será feita mediante prévia avaliação diagnóstica, clínica e psiquiátrica, cujos dados deverão constar na Ficha de Admissão;

As instituições devem indicar os serviços de atenção integral à saúde disponíveis para os residentes, sejam eles públicos ou privados.

10.6. Os procedimentos do serviço de tratamento, no processo de admissão do residente e durante o tratamento, aspectos devem ser contemplados segundo Resolução RCD nº 29, de 30 de junho de 2011, bem como os recursos humanos e infra-estrutura física do estabelecimento deverão seguir o regulamento técnico da referida Resolução.

11. DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO:

11.1. O procedimento seletivo para contratação será composto pelas seguintes fases:

a) Divulgação da Chamada Pública;

b) Análise da proposta e dos documentos para a habilitação;

c) Divulgação dos nomes dos prestadores técnicos e habilitados;

d) Adjudicação e Homologação.

11.2. A divulgação dos prestadores habilitados será feita por meio de publicação em Diário Oficial, acessado através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br.

11.3. Poderá o interessado interpor recurso no prazo de dois (02) dias úteis após a divulgação dos resultados, endereçado a Secretaria Municipal de Saúde, para a Comissão Especial de Contratação, por escrito e protocolado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul (sede).

12. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS:

12.1. A vigência do contrato será de até 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por outros períodos, de acordo com o ano orçamentário, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses.

12.2. A rescisão poderá ocorrer a qualquer momento, pela CONTRATANTE, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, ou pela CONTRATADA, mediante aviso escrito e protocolado, apresentado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1. Dúvidas decorrentes do presente edital serão esclarecidas mediante consulta formulada por escrito e/ou encaminhada via Fax (47) 3631-0431 e 3631-0408 à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Controle, Avaliação e Auditoria, aos cuidados da Comissão Especial de Contratos, a Rua Largo Hugo Fischer, 25 - Bairro

Centro, no horário das 08:00 às 13:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

13.2. Integra o presente Edital o Requerimento para Contratação, que poderão ser fornecidos a qualquer interessado no site www.saobentodosul.sc.gov.br.

13.3. O Serviço/Clínica habilitado deverá iniciar suas atividades a partir da assinatura do contrato, e a critério da SEMUS.

13.4. Fica reservada, à SEMUS, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular a presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2012.

MARCUS MALUF

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I REQUERIMENTO

À
Secretaria Municipal de Saúde
Comissão Especial de Contratação
N E S T A

Prezados Senhores:

Pelo presente, atendendo ao Edital de Chamada Pública nº 69/2012, oferecemos aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS/São Bento do Sul, a prestação de serviços de _____

Declaramos desde já, que o atendimento será realizado conforme normas e determinação da Secretaria Municipal de Saúde, seguindo a legislação do SUS.

Declaramos outrossim, que aceitamos a remuneração proposta, a qual será feita com base na Tabela de Valores e Procedimentos do SIA/SUS, da qual temos pleno conhecimento, e sem qualquer cobrança adicional ao usuário.

Anexo a relação dos documentos entregues para a Comissão conforme Edital, para análise e parecer.

São Bento do Sul, _____ de _____ de _____.

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO:

Data: ____/____/____

Nome e Assinatura Funcionário: _____

Extrato Dispensa Nº 353/2012

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 353/2012

OBJETO: Aquisição de materiais diversos para Educação de Trânsito (Art. nº. 320 do Código de Trânsito Brasileiro), conforme especificações anexas.

CONTRATADO: ALVO VISUAL SERIGRAFIA E PLOTAGEM LTDA.

VALOR: R\$ 9.969,00

SÃO BENTO DO SUL, 19 de outubro de 2012.

MAURO OSOWSKY

Secretário de Planejamento e Urbanismo

Extrato Dispensa Nº 359/2012

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 359/2012

OBJETO: Locação de imóvel localizado na Rua Paulo Grossl nº 135, Bairro Dona Francisca, neste município, para abrigar a família da sra. Adriana Zambonin Bispo conforme determinação do Ministério Público através dos Autos nº 058.12.003863-0, pelo período de 06 (seis) meses.

CONTRATADO: Joelma Gonçalves de Oliveira Epifanio.

Valor: R\$ 2.100,00

SÃO BENTO DO SUL, 25 de outubro de 2012.

LINDACIR EMIDIA CONDE

Secretária de Assistência Social

Justificativa Dispensa Nº 353/2012

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Aquisição de materiais diversos para Educação de Trânsito (art. nº. 320 do código de trânsito brasileiro), conforme especificações anexas, com base no art. 24 V, da Lei 8.666/93.

II - Contratado: ALVO VISUAL SERIGRAFIA E PLOTAGEM LTDA

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a dispensa de licitação para a aquisição dos materiais diversos para Educação de Trânsito se funda no inciso V do art. 24 da Lei 8.666/93 e se justifica devido a realização de 02 (dois) pregões nº 297/2012 licitação fracassada e 325/2012 licitação deserta onde os itens ficaram prejudicados.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Alvo Visual Serigrafia e Plotagem Ltda foi a única empresa a apresentar a cotação para o Departamento de Trânsito Urbano - DETRU, e portanto, passível de dispensa de licitação, conforme art. 24, V da Lei 8.666/93.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 9.969,00 (nove mil, novecentos e sessenta e nove reais) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário de Planejamento e Urbanismo, Sr. Mauro Osowsky.

PATRÍCIA ZEIDEMANN ZIPPERER

Diretora do DETRU

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MAURO OSOWSKY

Secretário de Planejamento e Urbanismo

Justificativa Dispensa Nº 359/2012

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexistência de licitação.

I - Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA PAULO GROSSL Nº 135, BAIRRO DONA FRANCISCA, NESTE MUNICÍPIO, PARA ABRIGAR A FAMÍLIA DA SRA. ADRIANA ZAMBONIN BISPO CONFORME DETERMINAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ATRAVÉS DOS AUTOS Nº 058.12.003863-0, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

II - Contratado: JOELMA GONÇALVES OLIVEIRA EPIFANIO.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a Dispensa de Licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: a) O aluguel social é um benefício garantido por Lei para famílias que se enquadrem nos critérios apresentados na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), para que possam garantir moradia digna a seus familiares; onde, a família da Sra. Adriana Zambonin Bispo, possui determinação judicial do Ministério Público através dos Autos nº 058.12.003863-0, após passar por avaliação da Secretaria de Assistência Social através da Assistente Social e Psicóloga, conforme parecer anexo, foi julgada em situação de vulnerabilidade e com diversas limitações financeiras, estruturais e emocionais, sendo a família apta a receber o referido benefício por 06 (seis) meses.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A contratada, Joelma Gonçalves Oliveira Epifanio foi quem ofereceu um dos melhores imóveis naquele bairro e que melhor se adequou às necessidades da família, pelos motivos acima elencados.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

LINDACIR EMIDIA CONDE
Secretária de Assistência Social

Resumido Pregão Presencial 362/2012

EDITAL DE PREGÃO Nº. 362 /2012
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração e do Pregoeiro Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 09:45 horas do dia 09 de novembro de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO, ENCANADOR, SERVENTE E CARPINTEIRO PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME DESCRIÇÕES ANEXAS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 13:00.

O edital estará disponível no site: www.saobentodosul.sc.gov.br

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2012.
TIAGO MARTINHUK
Pregoeiro Municipal

MARCO RODRIGO REDLICH
Secretário de Administração

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 465/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 465/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/11/2012 a 15/11/2012, à servidora RUTHE MARIA DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/10/2012 a 31/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2012.

São Bento do Sul, 24/10/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 466/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 466/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/11/2012 a 14/04/2013, à servidora SANDRA LEONIDA TREIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/10/2012 a 31/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2012.

São Bento do Sul, 24/10/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 467/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 467/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 30/10/2012 a 18/12/2012, à servidora TATIANE MARCELI DENEZ LIETZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/10/2012 a 29/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/10/2012.

São Bento do Sul, 24/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 468/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 468/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 09/10/2012 a 20/12/2012, à servidora MARCILI GERTLER WEDEKIND, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 24/09/2012 a 08/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/10/2012.

São Bento do Sul, 24/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 469/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 469/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 23/10/2012 a 19/12/2012, à servidora RUBIA DO PRADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de serviços, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/10/2012 a 22/10/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/10/2012.

São Bento do Sul, 24/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 470/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 470/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 09/10/2012 a 02/01/2013, concedido à servidora JOSEANE DZIEDICZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 221/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/10/2012.

São Bento do Sul, 24/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 471/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 471/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 11/10/2012 a 02/11/2012, concedido à servidora IRACY NUNES NOGUEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 149/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/10/2012.

São Bento do Sul, 24/10/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 472/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 472/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 14/10/2012 a 03/11/2012, concedido à servidora MARLI LEHNERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação,

através da Portaria IPRESBS nº. 368/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/10/2012.

São Bento do Sul, 24/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 473/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 473/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 17/10/2012 a 30/11/2012, concedido à servidora SANDRA ELIETE SANT ANNA PINHEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 027/2009, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/10/2012.

São Bento do Sul, 24/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 474/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 474/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 21/10/2012 a 04/11/2012, concedido à servidora SIRLENE RIVELLES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 407/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/10/2012.

São Bento do Sul, 24/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 475/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 475/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/10/2012 a 31/01/2013, concedido à servidora TERESA MAAHS RENNERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 479/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/10/2012.

São Bento do Sul, 25/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 476/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 476/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 28/10/2012 a 31/01/2013, concedido à servidora OLIVIA BATISTA GABARDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 185/2009, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/10/2012.

São Bento do Sul, 25/10/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto N.º 128/2012

Decreto n.º 128/2012

DESIGNA A SERVIDORA MARIA MADALENA KRETZER GELSLEICHTER PARA SER RESPONSÁVEL PELA UTILIZAÇÃO DE DESPESA SOBRE REGIME DE ADIANTAMENTO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1.º- Designar a servidora MARIA MADALENA KRETZER

GELSLEICHTER, matrícula 2562, ocupante do cargo de Tesoureiro nesta Municipalidade, como sendo responsável pela utilização de despesa sobre regime de adiantamento.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de outubro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2012.

Decreto N.º 129/2012

Decreto n.º 129/2012

DESIGNA SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1.º- Designar a servidora MICHELE MAIA DA SILVA, matrícula 2896, ocupante do cargo de Secretária de Administração, Finanças e Planejamento; e ERNEI JOSÉ STAHELIN, matrícula 2214, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, como sendo responsáveis pela movimentação de contas da Defesa Civil, do município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de outubro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2012.

Decreto N.º 126/2012

DECRETO N.º 126/2012

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 656/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2006 - Func. e Manut. do Ensino Fundamental R\$ 9.602,38

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.005 - Aplicações Diretas R\$ 8.643,40

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.004 - Aplicações Diretas R\$ 958,98

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.004 - Aplicações Diretas R\$ 9.602,38

04.01.12.365.4-2008 - Func. e Manut. da Educação Infantil R\$ 50.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.005 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.004 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.004 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.01.27.812.7-2010 - Func. e Manut. do Esporte Amador R\$ 6.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 22 de outubro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Portaria N.º 349/2012

PORTARIA n.º 349/2012

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de 18/10/2012, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/10/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de outubro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2012.

Portaria N.º 350/2012

PORTARIA n.º 350/2012

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ROSEMARI REITZ FRANCENER, ocupante do cargo de Diretora de Escola, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ROSEMARI REITZ FRANCENER, pelo período de 15 (quinze) dias,

a contar da data de 18/10/2012, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/10/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de outubro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2012.

Portaria N.º 351/2012

PORTARIA n.º 351/2012

Concede licença para tratamento de saúde a servidora NEUSA MARIA HAMPEL, ocupante do cargo de Professora IV, lotada na Secretaria de Educação.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a funcionária NEUSA MARIA HAMPEL, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar da data de 16/10/2012, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/10/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de outubro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2012.

Primeiro Termo Aditivo ao Edital de Licitação N.º 95/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 95/2012, que tem por objeto aquisição parcelada e estimada de material de expediente para a Administração Municipal, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

1.2 - Da Entrega dos envelopes e abertura da sessão.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando a mudança no horário de expediente dessa Prefeitura por conta do horário Brasileiro de verão, com obediência ao item 9.2 do Edital a comissão resolve dar prosseguimento ao Certame aprazando a data da sessão publica com recebimento dos envelopes Proposta e Habilitação para o dia 30 de outubro de 2012 às 09:30h.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas e ajustes constantes do Edital n.º 95/2012 e seu Anexo I continuam em vigor, revogando-se somente aquilo que for conflitante à cláusula primeira supra.

Parágrafo único: Este segundo termo aditivo passa a vigorar na data de sua assinatura.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de outubro de 2012

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Termo de Desistência

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2011

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de 2012, IZETE TEREZINHA DA SILVA VENTURA, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Processo Seletivo Edital n.º. 001/2011, da Prefeitura Municipal de São de Alcântara, relativo ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de outubro de 2012.

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 002518/12 de 24 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 002518/12 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 9.100,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.100,00 .

04.03.10.303.0016.2.060 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 9.100,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de Outubro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 002519/12 de 24 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 002519/12 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 89.200,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 25.000,00 .
3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 64.200,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 89.200,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de Outubro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 002520/12 de 24 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 002520/12 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 19.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 9.000,00.
04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 5.700,00.
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 3.200,00.
04.03.10.304.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal

Civil R\$ 1.100,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 9.000,00.
04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 3.200,00.
3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 5.700,00.
04.03.10.304.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.100,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de Outubro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 002521/12 de 24 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 002521/12 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 13.800,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00.
04.01.08.244.0018.2.057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.800,00.
3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 8.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E

ADOLESCENTE

3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 3.000,00.

04.01.08.244.0018.2.057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 800,00.

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de Outubro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 002522/12 de 24 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 002522/12 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.200,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

04.01.08.243.0020.2.053 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 3.200,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

04.01.08.243.0020.2.053 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 3.200,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de Outubro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 002523/12 de 24 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 002523/12 DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 400.760,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

02.01.04.122.0001.2.061 - MANUTENÇÃO DO PROCON

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.240,00.

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 260,00.

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS**03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO**

03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 1.720,00.

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 7.280,00.

03.01.28.846.0000.0.001 - AMORTIZAÇÃO E JUROS DA DÍVIDA CONSOLIDADA

4.6.90.71.00.00.00.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatado R\$ 158.000,00.

03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA

03.02.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO, INFORMÁTICA E PROTOCOLO

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 200,00.

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 23.800,00.

03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.500,00.

03.07 - SETOR ADMINISTRATIVO

03.07.04.122.0003.2.007 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 3.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.500,00.

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

04.01.08.243.0020.2.062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 850,00.

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.500,00.

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.550,00.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER**

05.01.27.812.0007.2.028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 28.200,00.

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.300,00.

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.700,00.

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 16.000,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 11.200,00.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**05.03 - SETOR DE CULTURA**

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 500,00.

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 9.760,00.

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 200,00.

05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..R\$ 9.000,00.

05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 7.300,00.

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 3.000,00.

05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..R\$ 28.400,00.

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 3.500,00.

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 1.600,00.

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 12.000,00.

05.04.12.365.0005.2.022 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 19.000,00.

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS**

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 2.300,00.

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 27.600,00.

06.03.15.451.0008.2.031 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 4.000,00.

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"**

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 1.800,00.

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 7.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

02.01.04.122.0001.2.061 - MANUTENÇÃO DO PROCON

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$

1.000,00.

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00.

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS**03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO**

03.01.04.123.0003.2.005 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE, PATRIMÔNIO E FINANÇAS

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 9.000,00.

03.01.28.846.0000.0.001 - AMORTIZAÇÃO E JUROS DA DÍVIDA CONSOLIDADA

3.2.90.21.00.00.00.00 - Juros sobre a Divida por Contrato R\$ 158.000,00.

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS**03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA**

03.02.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO, INFORMÁTICA E PROTOCOLO

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.000,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 18.000,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00.

03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 5.000,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00.

03.07 - SETOR ADMINISTRATIVO

03.07.04.122.0003.2.007 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00.

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.500,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 800,00.

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 400,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.300,00.

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

04.01.08.243.0020.2.062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 900,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER**

05.01.27.812.0007.2.028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 8.000,00.

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00.

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 1.000,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 4.000,00.

3.3.90.31.00.00.00.00 - Premiações Culturais, Artist. Cientif. Despor. e Out R\$ 8.000,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 9.000,00.

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.400,00.

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF ..R\$ 500,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.500,00.

3.3.90.31.00.00.00.00 - Premiações Culturais, Artist. Cientif. Despor. e Out R\$ 4.000,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 20.000,00.

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 1.000,00.

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 5.000,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00.

3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 960,00.

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00.

05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 9.000,00.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.000,00 .

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 3.800,00.

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00.

05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 2.000,00.

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00.

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 2.000,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00.

3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita ..R\$ 10.000,00.

3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 900,00.

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 18.000,00.

3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições R\$ 5.000,00.

3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 100,00.

05.04.12.365.0005.2.022 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00.

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 1.000,00.

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 5.000,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 10.000,00.

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00.

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 1.800,00.

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio - Alimentação R\$ 1.100,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 25.000,00.

06.03.15.451.0008.2.031 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00.

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 8.800,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de Outubro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 002525/12 de 25 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 002525/12 DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 13.462,27 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.306.0005.2.011 - MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 6.393,32.

05.04.12.365.0005.2.012 - MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 6.256,96.

05.04.12.365.0005.2.016 - ALIMENTAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 811,99.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 13.462,27.



Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 25 de Outubro de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 002526/12 de 25 de Outubro de 2012

DECRETO Nº 002526/12 DE 25 DE OUTUBRO DE 2012

Abre crédito especial superavit financeiro no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 35.230,47 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.1.006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES/GALERIAS/PAVIMENTAÇÃO

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 8.895,42.

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 26.335,05.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 8.895,42.

Subtrair superávit financeiro R\$ 26.335,05.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 25 de Outubro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Decreto Nº 2.524/2012, de 25 de Outubro de 2012.

DECRETO Nº 2.524/2012, de 25 de outubro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de otimização dos recursos públicos de forma a manter a prestação de serviços à comunidade em níveis razoáveis de eficiência;

Considerando as obrigações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, lei complementar nº 101/00;

DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento dos serviços administrativos e de maquinário da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, a partir de 29 de outubro de 2012, passa a ser das 7h30min às 13h30min, com intervalo intrajornada de 15 minutos, para todos os servidores vinculados a tais serviços.

Art. 2º Ficam definidos os horários de funcionamento da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município, conforme quadro seguinte:

LOCAL	HORÁRIO
Unidade de Saúde Centro	7h30min às 19h30min
Demais Unidades de Saúde; Setores Administrativos da Área de Saúde; Vigilância Sanitária; Diretoria de Assistência Social (Todos os Setores); Setores não elencados, pertencentes à estrutura funcional da Secretaria.	7h30min às 13h30min

Art. 3º O horário de funcionamento dos serviços administrativos da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 29 de outubro de 2012, passa a ser das 7h30min às 13h30min, com intervalo intrajornada de 15 minutos, para todos os servidores vinculados a tais serviços.

Art. 4º O horário de funcionamento dos serviços da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e do Gabinete do Prefeito Municipal, a partir de 29 de outubro de 2012, passa a ser das 7h30min às 13h30min, com intervalo intrajornada de 15 minutos, para todos os servidores vinculados a tais serviços.

Parágrafo único. O horário para atendimento ao público no PRO-CON passa a ser das 9h30min às 13h.

Art. 5º Cada Secretaria, excepcionalmente, diante da necessidade devidamente justificada, poderá designar servidores para trabalho interno em horário diverso ao acima estipulado.

Art. 6º A implantação da nova jornada de trabalho dar-se-á em caráter extraordinário, não implicando em redução dos vencimentos devidos ao servidor, por expressa determinação constitucional, podendo ser revogada a qualquer tempo, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Revoga-se o Decreto n.º 2.373/2011, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 25 de outubro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI

Secretária de Saúde e Assistência Social

ARMELINDA WALZ SCHMITT

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ADILSON POMMERENING

Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo

JOSÉ DA CRUZ

Secretário de Saneamento e Gestão Ambiental

RUBENS FIEDLER

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Conselho Municipal de Assistência Social _resolução Nº 007 _2012

Resolução nº. 007/2012

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, da Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, na Resolução nº. 191, de 10 de novembro de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006 e Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007.

RESOLVE:

Fixar critérios para concessão dos benefícios eventuais, com base na Lei 1.696/2008, a pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade do município de Schroeder, via Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 1º Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária.

Art. 2º O benefício eventual deve atender, no âmbito do SUAS, aos seguintes princípios:

I - integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

II - constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;

III - proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;

IV - adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

V - garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;

VI - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

VII - afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;

VIII - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e
IX - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de assistência social.

Art. 3º A situação de vulnerabilidade temporária se caracteriza pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material; e

III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio;

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 4º As famílias/sujeitos que se beneficiarão dos benefícios eventuais deverão ser obrigatoriamente cadastradas na proteção social básica, no cadastro único e passar por atendimento e avaliação do profissional de serviço social desta secretaria, que irá avaliar a realidade e situação de vulnerabilidade do usuário e sua família (renda familiar, idade, estado de saúde, inserção no mercado de trabalho (formal/informal), condições habitacionais (despesas com aluguel/financiamento), número de filhos, acesso a bens e serviços, presença de gestante, lactante, idoso e/ou pessoas portadoras de deficiência, entre outros).

Parágrafo único: Para realizar cadastro, as famílias deverão apresentar os seguintes documentos dos membros que compõem o grupo familiar: identidade, certidão de nascimento e/ou casamento, CPF, carteira de gestante, carteira de vacinação das crianças, carteira de trabalho, folha de pagamento atualizada, declaração escrita de renda quando se tratar de trabalho informal, comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone), comprovante de pagamento de aluguel (recibo e/ou contrato de aluguel), comprovante de pagamento de prestação habitacional (terreno, casa, material de construção entre outros), comprovante de gastos com medicação por indicação médica e/ou tratamentos de saúde, frequência escolar, outros comprovantes que forem necessários e/ou solicitados pela profissional que compõem o grupo familiar. Os documentos serão solicitados de acordo com a situação apresentada.

Art. 5º A atualização do cadastro deverá ocorrer anualmente, ou a qualquer tempo, a pedido da profissional de serviço social que atende o sujeito e/ou grupo familiar.

Art. 6º Prioritariamente, famílias e/ou sujeitos com renda de até meio salário mínimo vigente per capita poderão ser beneficiadas com benefícios eventuais.

Parágrafo único: Mediante parecer de estudo sócio econômico, atribuição específica do profissional de serviço social, em situações de agravamento, a concessão de benefícios eventuais poderá se dar a sujeitos e/ou famílias com renda per capita de até um salário mínimo vigente.

Art. 7º Os auxílios eventuais disponíveis a sujeitos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade são: natalidade, por morte, transporte, fotos, alimentação, lentes oculares, casa geriátrica de repouso e fraldas descartáveis.

Art. 8º O auxílio por natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos:

I - necessidades do nascituro;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém nascido; e

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

Parágrafo Único: O auxílio natalidade se dará em pecúnia, nas formas da Lei nº. 8. 742, de 1993 - LOAS, Art. 22º, sendo de até 03 (três) Unidades Fiscais Municipais/UFM, ou em bens de consumo (auxílio enxoval).

Parágrafo Único: o auxílio enxoval compreenderá dos seguintes itens: 3 cueiros, 2 blusa e calça tamanho M, 2 blusa e calça tamanho G, 2 tip topes P e 2 tip topes M, 2 pares de meia, 1 lençol para berço, 1 cobertor infantil, 1 toalha de banho, 1 travesseiro de berço, 25 fraldas de pano, 36 fraldas descartáveis infantil tamanho P.

Art. 9º O auxílio por morte atenderá, prioritariamente despesas de urna funerária, velório e sepultamento, sendo de até 03 (três) Unidades Fiscais Municipais/UFM e pago diretamente a empresa que prestou os serviços funerários.

Parágrafo Único: o auxílio será concedido a famílias com renda percapita de até meio salário mínimo vigente, mediante apresentação de certidão de óbito.

Art. 10º o auxílio por morte poderá ser solicitado pela família até trinta dias após o funeral e pago até trinta dias após o requerimento.

Art. 11º O auxílio transporte se dará através da concessão de passes e/ou passagens municipais e intermunicipais, estadual e interestadual visando atender famílias e/ou sujeitos que necessitem dos mesmos para inserção no mercado de trabalho, retorno a cidade de origem e atendimento nos cursos, projetos e programas de proteção social básica, especial de média e alta complexidade.

Art. 12º O auxílio fotos terá o objetivo de atender a necessidade do sujeito de confecção de documentos e inserção do sujeito no mercado de trabalho.

Art. 13º O auxílio alimentação e material de limpeza serão concedidos conforme demanda apresentada pela família, podendo atender a necessidades específicas (leite, material de limpeza) ou na totalidade (todos os itens que compõem o auxílio).

Parágrafo único: o auxílio alimentação para famílias com até três membros compreenderá: 02 kg de arroz, 02 kg de feijão, 2kg de açúcar, 02kg de trigo, 01 kg de macarrão, 800 g de biscoito, 800 g de leite em pó, 01 kg de farinha de milho, 500 g de café, 250 g de extrato de tomate, 900 ml de óleo de soja e o kit material de higiene e limpeza: 1kg de sabão em pó, 04 rolos de papel higiênico de 30 mts, 500 ml de detergente, 02 sabonetes de 90g.

Para famílias com quatro ou mais membros o benefício será acrescido de 3 kg de arroz, 3 kg de trigo, 1 kg de açúcar e 900 ml de óleo de soja.

Art. 14º No caso de doações de alimentos e/ou produtos de limpeza, os mesmos serão entregues agregados, conforme necessidade do sujeito e/ou grupo familiar ao auxílio alimentação e material de limpeza.

Art. 15º O auxílio lentes oftalmológicas exclui a concessão de

lentes de contato.

Art. 16º O auxílio destinado a prover casa geriátrica de repouso com estrutura destina-se a abrigar pessoas idosas ou pessoas portadoras de deficiência, que estejam em situação de abandono, advindo de risco pessoal.

Art. 17º O auxílio destinado a prover fraldas descartáveis, nas categorias infantil, adulta e geriátrica, dá-se em situações advindas do nascimento, velhice e deficiência congênita ou adquirida.

Art. 18 º As despesas dos benefícios eventuais serão financiadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 19º As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 20º Esta resolução revoga a Resolução nº 001/2009.

Art. 21º Essa resolução passa a ter vigor a partir da data de sua publicação.

Schroeder, 24 de outubro de 2012.

REINALDO WALKINIR

Presidente do CMAS

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 87/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 87/2012-PMS

PROCESSO Nº. 139/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medidor de vazão e materiais em fofa para suprir as necessidades da Estação de Tratamento de Água - ETA da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 14 de novembro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 14 de novembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 29 de outubro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Decreto No 2893, de 22 de Outubro de 2012

DECRETO No 2893, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012

Estabelece, em caráter excepcional, horário especial de trabalho e expediente nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó, a contar de 05 de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, inciso VII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Complementares no 01/93, 137/98, 196/2000 e 212/2001, e;

Considerando que compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração pública, de forma a garantir a economicidade e eficiência do serviço prestado, consoante preconiza o artigo 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Timbó, c/c artigo 37 da Carta Magna Republicana;

Considerando que a jornada de trabalho do servidor é compreendida através do número de horas imposta, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos em Lei e mediante a necessidade da Administração, conforme estabelecem os artigos 212, §1º da Lei Complementar n. 01/93 e artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988;

Considerando que as peculiaridades dos serviços prestados pelas Secretarias, impelem a necessidade de adoção de regime especial de trabalho;

Considerando a necessidade permanente de adoção de medidas que resultem na redução de despesas, buscando zelar pela economia de recursos públicos;

Considerando que os estudos efetuados pela Controladoria Interna desta municipalidade apontam como medida a atender ao princípio da economicidade no serviço público, sem comprometer a sua eficiência aos munícipes, a instituição de jornada de trabalho em turno único de 6 (seis) horas diárias ininterruptas, a exemplo do que ocorre em outras Unidades da Federação,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, em caráter excepcional, o expediente e funcionamento para atendimento ao público dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, em turno único e contínuo de 06 (seis) horas diárias, que serão prestados de forma ininterrupta de segunda à sexta-feira no horário compreendido entre as 07 (sete) horas e às 13 (treze) horas.

§1º O expediente e funcionamento definidos no caput serão implementados no período compreendido entre:

I - 05.11.2012 a 31.12.2012 na Secretaria da Fazenda e Administração, Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Articulação Política e Institucional, Secretaria de Educação, Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, Secretaria de Saúde e Assistência Social e SAMAE;

II - 05.11.2012 a 17.02.2013 na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

§2º Em caso de excepcional interesse público, o turno de trabalho poderá ser alterado e adequado através de escalas previamente

elaboradas e comunicadas aos servidores por intermédio das respectivas Secretarias, respeitado o disposto no artigo 3º.

§3º Ficam excluídos do cumprimento das condições definidas no caput, permanecendo inalterado o horário de expediente e de atendimento ao público, os serviços considerados essenciais pela legislação e os:

- a) Serviços prestados nos Postos de Saúde e na Policlínica;
- b) Serviços de Coleta e Seleção de Lixo, bem como de manutenção do Aterro Sanitário;
- c) Serviços de Tratamento de Água;
- d) Serviços prestados pela Fundação Cultural de Timbó e pela Fundação Municipal de Esportes;
- e) Serviços de Irrigação;
- f) Serviços prestados pelas Escolas, Núcleos de Educação Infantil - NEI e Unidades Pré-Escolares - UPE;
- g) Serviços prestados pelo Conselho Tutelar;
- h) Serviço de Proteção ao Consumidor - PROCON e Casa da Cidadania.

Art. 2º O horário especial de trabalho e expediente não se aplica aos servidores públicos da administração direta e indireta que exerçam suas funções em órgãos distintos do mencionado no presente Decreto, bem como aos servidores que, embora lotados nas respectivas secretarias, exerçam dentre suas funções serviços de acompanhamento junto aos expedientes de portaria e de segurança patrimonial ou laborem no exercício das atividades mencionadas no §3º do artigo 1º, os quais permanecerão com os seus horários inalterados.

Art. 3º Para atender a este novo horário os servidores públicos terão sua jornada diária de trabalho reduzida para o regime de seis horas, com intervalo de no máximo 15 (quinze) minutos, distribuídos conforme escala a ser elaborada pelos dirigentes de cada unidade.

§ 1º A redução da jornada de trabalho não implicará na redução dos vencimentos dos servidores abrangidos pelo presente Decreto.

§ 2º Em caso de excepcional interesse público, havendo a necessidade da permanência do servidor no desempenho de suas funções em período superior à jornada definida neste decreto, será respeitado o intervalo mínimo de 01 (uma) hora entre cada jornada de 4 (quatro horas), sem prejuízo à percepção de hora-extra quando a aludida permanência exceder:

I - à 8(oito) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;

II - à 8ª (oitava) hora de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 40 (quarenta) horas, e;

III - à 7ª (sétima) hora de trabalho diário para os cargos com jornada semanal de 35 (trinta e cinco) horas.

§ 3º O cumprimento do horário de trabalho de que trata este artigo será comprovado mediante o registro obrigatório de ponto, o qual servirá inclusive para fins de fiscalização quanto à pontualidade e assiduidade do servidor.

Art. 4º A inobservância às regras dispostas no presente decreto culminará ao infrator a incidência nas sanções impostas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Timbó (instituído pela Lei Complementar n.01/93), por desrespeito ao dever funcional.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

gerando efeitos a contar de 05 de novembro do corrente, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó em Exercício

Aviso Pregão Presencial N.º 134 2012 - Passagens Aéreas

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 134/2012

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa prestadora de serviço de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais destinadas às Unidades Administrativas da Prefeitura incluindo Fundos e Fundações. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min horas do dia 12 de novembro de 2012. ABERTURA: dia 12 de novembro de 2012 as 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 08/10/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Extrato de Contrato 2012/184

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/184

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó

CONTRATADO: Soberana Serviços e Construções Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa para reforma da Unidade de Saúde Bairro Quintino conforme Programa Requalifica UBS do Ministério da Saúde.

VALOR: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

PRAZO: 26/10/2012 a 24/12/2012.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

ELSON A. A. MARSON JUNIOR

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

SAMAE

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Contrato N.2011/130

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/130.

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE TIMBÓ. CONTRATADA: BSA BUREAU DE SERVIÇOS EM ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA EPP. OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO. SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA SANITÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL CONFORME CARTA CONVITE N.33/2011. DATA DA ASSINATURA: 23/12/2011. PRAZO DE EXECUÇÃO: PRORROGADO ATÉ A DATA DE 31/12/2012.

Três Barras

PREFEITURA

Ata Registro de Preço 113/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 113/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2012

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 26 dias do mês de outubro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº. 03.409.551/0001-00, com sede e foro na Cidade de Três Barras, cito a Avenida Abrahão Mussi, nº 2600, Bairro São Cristóvão; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	50.000,00000	UNID	0,7800	39.000,00	PAPEL HIGIENICO BRANCO, FOLHA DUPLA, COM 60 MTS CADA ROLO.
007	350,00000	LATA	8,9500	3.132,50	CERA EM PASTA INCOLOR (LATA 375 GRS)
011	600,00000	UNID	1,3700	822,00	SABONETE (APROX.90 GRS) NEUTRO
019	1.680,00000	UNID	1,1700	1.965,60	PEDRA SANITÁRIA - unidade
022	2.800,00000	UNID	3,2600	9.128,00	PANO PARA LIMPAR CHAO NAO ALVEJADO (GRANDE)
023	420,00000	PACO	3,6700	1.541,40	PANO MULTI-USE COM 33 CM x 58 CM COM 05 UNIDADES CADA
024	2.100,00000	UNID	2,4700	5.187,00	PANOS DE PRATO
030	500,00000	PACO	2,7700	1.385,00	SACO PLASTICO PARA FREEZER 3 KG
031	500,00000	PACO	2,2600	1.130,00	SACO PLASTICO PARA FREEZER 02 KG
032	500,00000	PACO	2,4700	1.235,00	SACO PLASTICO PARA FREEZER 05 KG



043	280,00000	UNID	21,7300	6.084,40	TOALHA DE BANHO FELPUDA
044	400,00000	UNID	11,7900	4.716,00	TOALHA DE ROSTO
046	140,00000	UNID	7,3600	1.030,40	SHAMPOO INFANTIL FRASCO DE APROX. 200ML
047	553,00000	FRAS	4,2700	2.361,31	AMACIANTE PARA ROUPA (FRASCO COM 2 LITROS)
049	140,00000	UNID	11,4600	1.604,40	VASSOURA DE FIBRA DE POLIPROPILENO COM CABO
050	280,00000	FRAS	8,4300	2.360,40	DESODORIZADOR DE AMBIENTES (FRASCO APROX. 400 ML)
051	3.640,00000	FRAS	2,9800	10.847,20	DETERGENTE (FRASCO 1000 ML)
052	200,00000	UNID	4,9700	994,00	ESCOVA DE NYLON COM CABO (PARA CHAO)
053	70,00000	DUZI	0,8700	60,90	GRAMPOS DE MADEIRA PARA ROUPA
054	42,00000	UNID	21,7900	915,18	LIXEIRA PLASTICA COM PEDAL (APROX. 13 LITROS)
055	42,00000	UNID	73,9000	3.103,80	LIXEIRA GRANDE FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTO IMPACTO, COM TAMPAS BASCULANTE, PARA COZINHA, DIMENSOES MINIMAS EXTERNAS 410 X 410 X 805 MM, CAPACIDADE PARA APROX. 50 LITROS
056	42,00000	UNID	23,9900	1.007,58	LIXEIRAS PLASTICAS C/TAMPA (30 LITROS)
065	15,00000	FRAS	7,4700	112,05	SODA CAUSTICA - (PACOTE 01 KG)
066	140,00000	UNID	1,6700	233,80	CORDA PARA VARAL COM APROX.20 METROS
067	35,00000	UNID	69,8900	2.446,15	GARRAFA TERMICA (CAPACID. 1,8 LITROS) SERVE JATO.

068	75,00000	FRAS	2,1700	162,75	AGUA SANITARIA (FRASCO COM NO MINIMO 500 ML)
070	1.400,00000	PACO	1,4200	1.988,00	COPOS BRANCOS DESCARTAVEIS PARA CAFE (50 ML)
071	1.120,00000	PACO	4,7300	5.297,60	COPOS 500 ML
Total FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA 109.852,42					
Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 79/2012 - Procedimento Administrativo nº. 113/2012 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 26 de outubro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA

CNPJ nº. 03.409.551/0001-00,

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 113/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 113/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2012

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 26 dias do mês de outubro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0001-94, com sede e foro na Cidade de Canoinhas, cito a Rua Gustavo Brandes, nº484, Bairro Jardim Esperança; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	5.400,00000	FRAS	1,5600	8.424,00	AGUA SANITARIA (FRASCO C/ 1000 ML)
006	3.000,00000	FRAS	6,4500	19.350,00	CERA LIQUIDA INCOLOR (FRASCO COM NO MINIMO 750 ML)
008	2.100,00000	LATA	8,9700	18.837,00	CERA EM PASTA VERMELHA (LATA DE APROX. 400 GRS)
010	2.800,00000	UNID	1,4300	4.004,00	SABAO EM PEDRA (PEDACO DE 200 GR)
015	1.400,00000	UNID	8,5700	11.998,00	RODO DE ESPUMA COM CABO
016	200,00000	UNID	8,3700	1.674,00	RODO PARA AGUA (PEQUENO) COM CABO
018	980,00000	FRAS	2,4700	2.420,60	SAPOLIO EM PO (FRASCO COM NO MINIMO 300 GR)
033	280,00000	UNID	8,9700	2.511,60	BALDES PLASTICOS COM ALCA (CAP. 20 LITROS)
034	140,00000	UNID	3,3700	471,80	BALDE PLASTICO
036	2.100,00000	PACO	1,9300	4.053,00	ESPONJA LA DE ACO (PACOTE 60 GRS)
037	200,00000	UNID	2,7700	554,00	ESPONJA P/BANHO - GRANDE E MACIA
038	350,00000	UNID	0,8800	308,00	ESPONJA DE ESPUMA DUPLA FACE - unidade
039	700,00000	UNID	1,9700	1.379,00	ESPONJA DE ACO
040	160,00000	UNID	6,9600	1.113,60	VASSOURA PARA LIMPAR VASO SANITARIO
041	20,00000	UNID	7,7800	155,60	VASSOURA PLASTICA COM CABO (PARA VARRER GRAMA)
042	1.120,00000	UNID	11,1800	12.521,60	VASSOURA DE NYLON COM CABO
069	2.100,00000	PACO	3,2700	6.867,00	COPOS DESCARTAVEIS (180 ML)
Total JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA 96.642,80					
Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da

proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 79/2012 - Procedimento Administrativo nº. 113/2012 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 26 de outubro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA

CNPJ nº. 02.672.502/0001-94

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 113/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 113/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2012

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 26 dias do mês de outubro do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SUPERMERCADO STEIDEL LTDA, CNPJ nº. 83.193.433/0001-38, com sede e foro na Cidade de Canoinhas, cito a Rua Estrada Dona Francisca, nº 585, Bairro Alto das Palmeiras; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

SUPERMERCADO STEIDEL LTDA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
003	2.800,00000	PACO	1,6700	4.676,00	SACO PLASTICO PARA LIXO 30 LITROS (PCT C/ 10 UNID 59x62cm)
004	2.800,00000	PACO	1,5700	4.396,00	SACO PLASTICO PARA LIXO - 50 LITROS (PCT COM 10 UNIDADES).
005	2.800,00000	PACO	1,5600	4.368,00	SACO PLASTICO PARA LIXO (100 LITROS)
009	2.800,00000	CAIX	6,9500	19.460,00	SABAO EM PO (CAIXA DE 1 KG)
012	420,00000	PAR	3,8700	1.625,40	LUVAS DE BORRACHA P/LIMPEZA TAMANHO PEQUENO

013	420,00000	PAR	3,8700	1.625,40	LUVAS DE BORRACHA P/ LIMPEZA TAMANHO MEDIO
014	420,00000	PAR	3,4700	1.457,40	LUVAS DE BORRACHA P/ LIMPEZA TAMANHO GRANDE
017	980,00000	FRAS	7,8700	7.712,60	QUEROSENE (FRASCO APROX. 1000 ML)
020	700,00000	UNID	1,1700	819,00	PALHA DE ACO No. 2
021	280,00000	UNID	3,8700	1.083,60	PA PARA LIXO (PLASTICO MEDIO)
025	560,00000	PACO	2,5700	1.439,20	PAPEL TOALHA (PCT. COM 02 UNIDADES)
026	530,00000	JOGO	3,8300	2.029,90	PILHA PEQUENA (embalagem c/ 4 pilhas cada)
027	210,00000	UNID	6,4700	1.358,70	LIMPA FORNO
028	280,00000	FRAS	3,9700	1.111,60	LUSTRA MOVEIS (FRASCO 200 ML)
029	21,00000	UNID	38,8800	816,48	MANGUEIRA PARA JARDIM (30 M)
035	2.520,00000	FRAS	5,3800	13.557,60	ALCOOL 92 GRAUS (FRASCO 1000 ML) - LIQUIDO
045	210,00000	FRAS	6,9000	1.449,00	TALCO INFANTIL (FRASCO APROX. 200 GR)
048	3.500,00000	FRAS	4,1300	14.455,00	DESINFETANTE (FRASCO DE 2 LITROS)
057	720,00000	FRAS	2,7600	1.987,20	LIMPA VIDRO (FRASCO 500 ML)
058	15,00000	PARE	35,8800	538,20	BOTA DE BORRACHA N. 35
059	30,00000	PARE	39,8800	1.196,40	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 36
060	30,00000	PARE	35,8800	1.076,40	BOTA DE BORRACHA No 37
061	30,00000	PARE	35,8800	1.076,40	BOTA DE BORRACHA No 38
062	30,00000	PARE	35,8800	1.076,40	BOTA DE BORRACHA N 39
063	20,00000	UNID	35,8800	717,60	BOTA DE BORRACHA N 40
064	10,00000	PARE	35,8800	358,80	BOTA DE BORRACHA N 42
Total SUPERMERCADO STEIDEL LTDA 91.468,28					Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 79/2012 - Procedimento Administrativo nº. 113/2012 e se responsabiliza pelo cumprimento

das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 26 de outubro de 2012.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

SUPERMERCADO STEIDEL LTDA

CNPJ nº. 83.193.433/0001-38

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FATIMA ABUDA

Turvo

CÂMARA MUNICIPAL

Termo de Contrato Nº 12/2012.

TERMO DE CONTRATO Nº 12/2012.

Proponente: Roni Dos Santos.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Prestação de Serviços de Sonorização, Gravação, Edição e Transmissão das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Especiais e Solenes da Câmara de Vereadores de Turvo.

Valor: R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais.

Vigência: De 11 de Outubro a 31 de Dezembro de 2012.

Vargeão

PREFEITURA

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE - APACO

OBJETO: Contratação de empresa para realização de reunião de orientação aos agricultores e Seminário de Cooperativismo.

VALOR: R\$ 1.166,00 (um mil cento e sessenta e seis reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 188/2012.

Vargeão, SC, 25 de outubro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MEDIGRAM DISTR. DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de alimento nutricional em pó.

VALOR: R\$ 7.380,00 (sete mil trezentos e oitenta reais);

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº

0032/2012 e Contrato nº 187/2012.

Vargeão, SC, 25 de outubro de 2012.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Resolução Nº 014/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996
RESOLUÇÃO Nº 014/2012.

Dispõe sobre a escolha e eleição do Vice-Presidente do CMAS, apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a Ata nº169 de 28 de Maio de 2012, a escolha e eleição de Rogério Antonio Kunze como Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução Nº 015/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996
RESOLUÇÃO Nº 015/2012.

Dispõe sobre requerimento de inscrição da entidade ASSOCIAÇÃO SORRIA CRIANÇA - ASCRI apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº169 de 28 de Maio de 2012, deferimento ao requerimento de Inscrição da Entidade: ASSOCIAÇÃO SORRIA CRIANÇA - ASCRI com CNPJ nº 07.754.011/0001-06 com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução Nº 016/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996
RESOLUÇÃO Nº 016/2012.

Dispõe sobre requerimento de inscrição da entidade ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO PEQUENO TRABALHADOR - AAPT apreciado pela

plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº169 de 28 de Maio de 2012, deferimento ao requerimento de Inscrição da Entidade: ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO PEQUENO TRABALHADOR - AAPT com CNPJ nº 78.511.201/0001-40 com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução Nº 017/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996
RESOLUÇÃO Nº 017/2012.

Dispõe sobre requerimento de inscrição da entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº169 de 28 de Maio de 2012, deferimento ao requerimento de Inscrição da Entidade: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE com CNPJ nº 82.829.284/0001-98 com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução Nº 018/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996
RESOLUÇÃO Nº 018/2012.

Dispõe sobre requerimento de inscrição da entidade ESCOLA DE PAIS DO BRASIL apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº169 de 28 de Maio de 2012, deferimento ao requerimento de Inscrição da Entidade: ESCOLA DE PAIS DO BRASIL com CNPJ nº 00.551.146/0001-25 com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução Nº 019/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 019/2012.

Dispõe sobre requerimento de inscrição da entidade LAR BOM SAMARITANO apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº169 de 28 de Maio de 2012, deferimento ao requerimento de Inscrição da Entidade: LAR BOM SAMARITANO com CNPJ nº 78.488.202/0001-11 com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI

Presidente do CMAS

Resolução Nº 020/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 020/2012.

Dispõe sobre requerimento de inscrição da entidade REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº169 de 28 de Maio de 2012, deferimento ao requerimento de Inscrição da Entidade: REDE VIDEIRENSE DE COMBATE AO CÂNCER com CNPJ nº 04.296.936/0001-62 com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI

Presidente do CMAS

Resolução Nº 021/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 021/2012.

Dispõe sobre requerimento de inscrição da entidade PASTORAL DA CRIANÇA apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº169 de 28 de Maio de 2012, deferimento ao requerimento de inscrição dos programas, projetos e serviços da PASTORAL DA CRIANÇA com CNPJ nº 00.975.471/0001-15 com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI

Presidente do CMAS

Resolução Nº 022/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 022/2012.

Dispõe sobre requerimento de inscrição da entidade COMUNIDADE TERAPEÚTICA SÃO FRANCISCO apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº169 de 28 de Maio de 2012, indeferimento ao requerimento de inscrição dos programas, projetos e serviços da COMUNIDADE TERAPEÚTICA SÃO FRANCISCO com CNPJ nº 11.722.291/0001-48 com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI

Presidente do CMAS

Resolução Nº 023/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 023/2012.

Dispõe sobre requerimento de inscrição da entidade CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº169 de 28 de Maio de 2012, indeferimento ao requerimento de inscrição dos programas, projetos e serviços da CENTRO INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE com CNPJ nº DA MATRIZ com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI

Presidente do CMAS

Resolução Nº 024/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 024/2012.

Dispõe sobre requerimento de inscrição da entidade COMUNIDADE TERAPEÚTICA SÃO FRANCISCO apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº170 de 25 de Junho de 2012, indeferimento ao requerimento de inscrição dos programas, projetos e serviços da COMUNIDADE TERAPEÚTICA SÃO FRANCISCO com CNPJ nº 11.722.291/0001-48 com base na Resolução nº016/2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução Nº 025/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996
RESOLUÇÃO Nº 025/2012.

Dispõe sobre a solicitação de Contador, apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº170 de 25 de Junho de 2012, a solicitação de Contador ao Poder Executivo para emitir parecer de relatórios financeiros acolhidos pela Plenária do CMAS que servirá de subsídio para emissão de parecer da Comissão de Normas e Regulamentação e Plenária com posterior avaliação e deliberação da mesma.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução Nº 026/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996
RESOLUÇÃO Nº 026/2012.

Dispõe sobre a inclusão de Inciso no Artigo nº 9º, 10 e 11 da Resolução nº016/2011 apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº170 de 25 de Junho de 2012, inserção de Inciso no Artigo nº 9º, 10 e 11 da Resolução 016/2011, que dispõe sobre a Inscrição de Entidade, Programas, Projetos, Benefícios e Serviços Socioassistenciais, ficando com a seguinte redação:

Art. 9º As entidades e organizações de assistência social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

() _____

VIII - O Plano de Ação e o Relatório de Atividade deverão vir assinados e rubricados por profissional de Assistência Social inscrito no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS.

Art. 10. As entidades e organizações de assistência social que atuam em mais de um Município deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no CMAS apresentando os seguintes documentos:

() _____

VI - O Plano de Ação e o Relatório de Atividade deverão vir assinados e rubricados por profissional de Assistência Social inscrito no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS.

Art. 11. As entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham atuação preponderante na área da assistência social, mas que também atuem nessa área, deverão inscrever seus serviços,

programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do §1º e §2º do art. 6º e o art. 7º desta Resolução, mediante apresentação de:

() _____

VII - O Plano de Ação e o Relatório de Atividade deverão vir assinados e rubricados por profissional de Assistência Social inscrito no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução Nº 027/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996
RESOLUÇÃO Nº 027/2012.

Dispõe sobre indicação para Presidente do CMAS Sra. Rosani Luiza Schneider Manenti feita pelo Exmo Sr Wilmar Carelli - Prefeito de Videira conforme a Lei Orgânica Municipal.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Referenda sob a Ata nº169 de 28 de Maio de 2012, a indicação para Presidenta do CMAS Sra. Rosani Luiza Schneider Manenti feita pelo Exmo Prefeito Municipal Sr Wilmar Carelli com base na Lei Orgânica Municipal.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução Nº 028/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996
RESOLUÇÃO Nº 028/2012.

Dispõe sobre autorização a Comissão de Normas e Regulamentos a emitir parecer de deferimento e indeferimento em relação a situação da Comunidade Terapêutica São Francisco apreciado pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a Ata nº170 de 25 de Junho de 2012, autorização a Comissão de Normas e Regulamentos emitir parecer final a Comunidade Terapêutica São Francisco pelo deferimento e indeferimento ao requerimento de inscrição de programa, projetos, benefícios e serviços da mesma.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Resolução Nº 029/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua: Lauro Muller, 288 - Alvorada - (49) 35662202
Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996
RESOLUÇÃO Nº 029/2012.

Dispõe sobre a adoção de critério de arquivamento e salva-guarda de documentos apreciados pela plenária do CMAS/ Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº173 de 01 de outubro de 2012, a adoção de Livro de Anexos que fará parte do Livro Ata do CMAS para guardar ali todos os documentos que se fizerem necessários para o pleno arquivamento e deliberações da plenária do CMAS, retroativo a Janeiro de 2012.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ROSANI LUIZA SCHNEIDER MANENTI
Presidente do CMAS

Pregão Presencial N. 43/2012 - FMS

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2012 - FMS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 43/2012 - FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DO PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS, DESENVOLVIDO PELO PROGRAMA DST/HIV/AIDS/HV. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 12 de Novembro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 24 de Outubro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 08/2012 - FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2012-FIA

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal da Criança e Adolescente, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 08/2012-FIA. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE CONVIVÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: Menor Preço Unitário. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 19 de Novembro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira-SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30 hrs. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones 49 3566-9034/3566-9032.

Videira - SC, 24 de Outubro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Tomada de Preço N. 40/2012 - PMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 40/2012

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, fones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 12:30 às 18:30. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 14 de Novembro de 2012. O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. Informações através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira, 25 de Outubro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal.

Anexo IV Gastos com Saúde

ANEXO IV GASTOS COM SAÚDE JANEIRO A SETEMBRO DE 2012

DECRETO 8.766/07**ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE SETEMBRO DE 2012**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO	
1.1 - IPTU	3.069.887,95
1.2 - ITBI	1.232.637,71
1.3 - ISS	4.844.513,78
1.4 - IRRF	1.112.522,33
1.5 - FPM	12.179.217,86
1.6 - ITR	3.124,99
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	124.110,38
1.8 - ICMS	26.143.019,38
1.9 - IPVA	4.210.889,67
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	424.654,51
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	294.813,29
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	246.278,08
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS	53.885.669,93

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	ACUMULADO ATÉ O MÊS
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	8.082.850,49
2.2 - RECURSOS PAB	786.670,98
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB	9.430,12
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB	123.087,84
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	2.428.160,40
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	3.006.651,43
TOTAL	14.436.851,26

3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	8.082.850,49	9.643.186,94	1.560.336,45
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.5)	6.354.000,77	3.389.873,21	-2.964.127,56
TOTAL	14.436.851,26	13.033.060,15	-1.403.791,11

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 25 de Outubro de 2.012.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Lauri Pigozzo
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Anexo V Controle Gastos - 09 2012-3

Anexo V Controle Gastos - 09 2012-3

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS SETEMBRO/2012

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	3.069.844,53
1.2 - ITBI	1.232.637,71
1.3 - ISS	4.842.874,02
1.5 - IRRF	1.112.522,33
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	294.813,29
1.7 - Multas e Juros de Impostos	246.278,08
1.8 SOMA	10.798.969,96
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	12.179.217,86
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	124.110,38
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	26.143.019,38
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	424.654,51
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	3.124,99
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	4.210.889,67
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	43.085.016,79
1.18 TOTAL	53.883.986,75

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	13.470.996,69
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	11.869.898,71
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	101.950,80
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	551.360,46
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.087.666,28
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	90.290,71
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	1.019.964,68
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	730.942,18
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	121.795,23

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	13.470.996,69	16.356.815,75	2.885.819,06
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		7.482.509,94	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		8.874.305,81	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	12.523.209,97	12.704.330,28	181.120,31
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	7.513.925,98	10.156.418,57	2.642.492,59
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	5.009.283,99	2.547.911,71	-2.461.372,28
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	2.197.921,67	134.399,53	-2.063.522,14
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	852.737,41	392.424,68	-460.312,73

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	24,14%	-0,86%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	84,84%	24,84%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	21,28%	-19,12%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	11.869.898,71	8.621.520,58	3.248.378,13

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 10 de outubro de 2012.

Maria Angélica Vanz Balestieri
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Consórcios

CIS/AMARP

Resolução Nº 16/2012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP

Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.

<http://www.amarp.org.br>

cis@amarp.org.br

Resolução nº 16/2012

Cláudio Spricigo, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam incluídos na Tabela CIS-AMARP, em conformidade com a Proposição da Câmara Técnica e Aprovação pelos Secretários Municipais de Saúde dos Municípios Consorciados, os Procedimentos a seguir:

PROCEDIMENTOS MUTIRÃO CIRURGIAS ELETIVAS (2012/2013)		
CONSULTAS	(*)CÓDIGO	CIS
Consulta Pré-cirúrgica	90336	50,00
Consulta Pós-cirúrgica	90140	50,00
Consulta Pré-anestésica	90360	50,00

(*) Procedimentos com códigos próprios CIS/AMARP

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de outubro de 2012.

CLÁUDIO SPRICIGO

Presidente CIS-AMARP

Resolução Nº 17/2012

Resolução nº 17/2012

Cláudio Spricigo, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art.1º Fixar o horário de expediente do CIS-AMARP - Consórcio intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe, no período de 22 de outubro de 2012 a 04 de fevereiro de 2013, em conformidade com a aprovação pelos Secretários Municipais de Saúde dos Municípios Consorciados, em reunião ordinária ocorrida no dia 25 de outubro de 2012, conforme segue:

Período vespertino: das 13:00 horas às 19:00 horas.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de outubro de 2012.

CLÁUDIO SPRICIGO

Presidente CIS-AMARP